

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO TURISMO DE NATUREZA:
REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE BROTAS**

Jucilene Galvão

Orientador: Prof. Dr. Roberto Braga

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao

Programa de Pós-Graduação em **Geografia**

Área de concentração em **Organização do Espaço**

Para obtenção do Título de Mestre em

GEOGRAFIA

Rio Claro (SP)

2004

G330.98 Galvão, Jucilene.
G182p O processo de planejamento do turismo de natureza :
reflexões sobre a política municipal de desenvolvimento
sustentável do turismo de Brotas / Jucilene Galvão. -- Rio
Claro : [s.n.], 2004
90 f. : il., fots., mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Orientador: Roberto Braga

1. Geografia econômica. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

COMISSÃO EXAMINADORA

RITA DE CÁSSIA ARIZA DA CRUZ
POMPEU FIGUEIREDO DE CARVALHO
ROBERTO BRAGA

Rio Claro, 17 de Setembro de 2004

Resultado_____

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, como realização de um sonho, aos ***meus pais*** que sempre me ensinaram que sonhar e trabalhar para a realização dos nossos sonhos é a melhor parte da vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram a meu lado ao longo da elaboração desse trabalho, acreditando em minha vitória e compartilhando comigo de mais essa conquista. A todos os sinceros amigos e amigas que sempre fizeram a minha vida ser mais feliz, oferecendo-me carinho e ânimo para sempre continuar. Principalmente as amiguinhas de Rio Claro que viveram de perto toda a minha ansiedade, a Vanessa, a Maria José, a Rafaela, a Janaina, a Fernanda, a Susimara, a Daiane, assim como o Paulo, o Thiago, os amigos da graduação, e os professores do Chanceler, que também acompanharam o meu trabalho, incentivando-me de várias formas, entre eles, em especial, a professora Valquíria.

Agradeço ao meu orientador e verdadeiro mestre, Roberto Braga, que com pulso forte soube me fazer produzir. E ao Professor Pompeu, que sempre se fez presente, apoiando-me e dando-me segurança ao longo do trabalho, sendo assim um verdadeiro co-orientador.

Agradeço ao Plínio que elaborou os mapas e a Regina que fez a correção gramatical, além da Karen que me ajudou com a elaboração do abstract. Agradeço a todos os colaboradores da pesquisa, que me forneceram material e dispuseram-se a participar através das entrevistas. Agradeço, sinceramente, a boa vontade da secretária Ana Lucia de Matos, da Diretoria de Turismo, e da Maria Luiza Jordani de Andrade, Secretária de Turismo de Brotas; assim como, do Junior dono da Agência Mata'Dentro

e de toda sua equipe tão prestativa, principalmente, a Alisangela com todo seu carisma. Agradeço aos meus entrevistados: Professora Mirian (moradora), Sr Chavo (da Associação Comercial), Paulinho da agência H2Omem , Fabio da ONG Rio Vivo, Rodrigo Saldanha, Milena e Eloisa (donos de sítios turísticos),.

Agradeço, principalmente, aos grandes e verdadeiros responsáveis pelo meu crescimento, aqueles, que mesmo quando eu já não podia acreditar na caminhada estavam a meu lado dando força e consolo. Assim, agradeço à **minha família e aos amigos de Santo André**, que de certa forma, também fazem parte da minha família. Agradeço às minhas queridas irmãs **Jussara, Maria Aparecida**, e, principalmente, a **Jurema** que sempre me ouve com paciência e verdadeiro amor de irmã mais velha e amiga, e a **Karen**, irmã de coração, que esteve sempre presente, transmitindo-me equilíbrio e carinho. Agradeço aos meus cunhados **Ricardo, Carlos e Alfredo**, e a meus sobrinhos **Vanessa, Bruno, Fernando, Camila, Vagner, Eric, Joceli** e a linda **Andressa**. Mas quero agradecer principalmente aos meus adorados **pais, D. Maria Helena e Seu Galvão**, sem cuja presença constante, e a sabedoria transmitida nos pequenos gestos, eu não poderia prosseguir jamais. Amo Vocês.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de Localização do Município de Brotas	39
Figura 2 -	Mapa da Bacia Hidrográfica do Jacaré-Pepira	43
Figura 3 -	Mapa Hidrográfico e Turístico do Município de Brotas	44
Figura 4 -	Mapa da Cidade de Brotas	57
Figura 5 -	Mapa dos Recursos Turísticos do Município de Brotas	58
Figura 6 -	Mapa do Bairro do Patrimônio	59
Figura 7-	Fotografia do Recanto das Cachoeiras	60
Figura 8 -	Fotografia Cachoeira Bela Vista	60
Figura 9 -	Fotografia Cachoeira do Martelo	60
Figura 10 -	Fotografia Cachoeira Cassorova	60
Figura 11 -	Fotografia Nascente da Areia que Canta	60
Figura 12 -	Fotografia do Parque dos Saltos	61
Figura 13 -	Fotografia da Ponte da Usina do Parque dos Saltos	61
Figura 14 -	Fotografia do Antigo Prédio - Usina no Parque dos Saltos	61
Figura 15 -	Fotografia do Rio Jacaré-Pepira	61
Figura 16 -	Fotografia das Agências e Hospedagens da Cidade	62
Figura 17 –	Fotografia das Agências e Comércio da Cidade	62
Figura 18 -	Fotografia das Agências de Esporte Aventura	62
Figura 19 -	Fotografia da Rua Central de Bares e Restaurantes	62
Figura 20 -	Fotografia de Casarão – período cafeeiro	62
Figura 21 -	Fotografia do Centro Cultural – Prédio Histórico	62
Figura 22 -	Fotografia do Grupo Escolar – Prédio Histórico	62
Figura 23 -	Fotografia Câmara Municipal – Prédio Histórico	63
Figura 24 -	Fotografia Igreja Matriz	63
Figura 25 -	Fotografia Conjunto Habitacional	63
Figura 26 -	Fotografia Rua Periférica	63
Figura 27 -	Fotografia Rua Periférica	63
Figura 28 -	Fotografia Atividade de Aventura – Canyoning	66
Figura 29 -	Fotografia Atividade de Aventura – Bóia-Cross	66
Figura 30 -	Fotografia Atividade de Aventura – Rafting	66

Figura 32 -	Fotografia Atividade de Aventura - Tirolesa	66
Figura 33 -	Fotografia Atividade de Aventura – Mountain Bike	66

RESUMO

O presente trabalho, tem por objetivo propor uma reflexão sobre o processo de elaboração e a constituição da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Brotas (PMTS). Destacando a preocupação com o planejamento do turismo de natureza voltado para a aventura, e a importância do mesmo como forma de direcionamento para o desenvolvimento de uma atividade econômica em constante expansão e de significativos impactos positivos e negativos para a sociedade como um todo. O principal foco do estudo foi o processo de elaboração da PMTS, gerando uma discussão crítica sobre esse processo e avaliando a sua construção como forma de verificar acertos e erros, acreditando, ainda, poder traçar a partir daí o melhor caminho para o planejamento de um município turístico. Toda a discussão foi feita através da fundamentação de uma teoria de planejamento delimitada ao longo do trabalho e o processo de planejamento vivido em Brotas, que foi verificado por visitas de campo e entrevistas qualificadas.

ABSTRACT

The present work intend to propose a reflection about the organizational structure of Brotas Public Policy for developing a self-sufficient tourism in the city. It will show up the plans of tourist environment for adventurous experiences and its importance as an economic activity in constant development with good and bad aspects for the whole society. The main focus of this paper-work was the process of Brotas Public Policy for its tourism. We were concerned to discuss about this system for analysing its mistakes and strengths, believing to be able to find out, at the end, how to plan a better way to any Town explores its tourist resources. The whole argument was done by **comparing** a planning theory limited through the paper-work and the real situation in Brotas which was checked by qualified interviews and visits in field along the year.

ÍNDICE

	9
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
1.1 Turismo e Turismo Alternativo	17
1.2 Turismo de Natureza: Ecoturismo e Turismo de Aventura	21
1.3 O Desenvolvimento Sustentável	27
1.4 Planejamento e Políticas Públicas Para o Turismo	31
1.5 As Políticas Públicas do Turismo no Brasil	
CAPÍTULO II - BROTAS E O TURISMO	
1 O Município de Brotas	
1.1 Localização	39
1.2 Meio Físico	41
1.3 Histórico de Ocupação	46
1.4 Desenvolvimento Econômico Atual do Município	49
2 A Caracterização do Turismo	
2.1 Histórico e Caracterização do Turismo Brotense	51
2.2 Organização do Espaço Turístico	53
2.2.1 Atividades de Aventura Praticadas na Área de Estudo	65
2.3 Estrutura de Gestão do Turismo em Brotas	68
CAPÍTULO III - DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE BROTAS (PMTS)	
3.1 Análise da Elaboração da Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo	75
3.2 A Questão da Sustentabilidade na Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo	88

CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	101
ANEXOS I – ENTREVISTAS	
ANEXOS II – LEIS	

INTRODUÇÃO

A evolução do turismo, como uma intensa atividade econômica, trouxe a possibilidade de esgotamento e a transformação do meio, e com isso a necessidade de preservação. Assim, durante a segunda metade do século XX, os impactos socioambientais do turismo começaram a ser avaliados e colocados em pauta. Antes desse período, os principais estudiosos do turismo destacavam principalmente os valores positivos dessa nova atividade econômica, incentivando o seu desenvolvimento sem preocupação com os possíveis males que poderiam suceder.

As discussões mais críticas, que tomaram corpo após os anos 70, fazem-nos perceber a necessidade do estudo das relações geradas por esse fenômeno. Sendo uma atividade econômica em expansão, já podemos detectar seus efeitos, positivos, quando base econômica e de sustentação de algumas populações, e negativos quando levam à degradação dos locais turísticos e impactos ambientais em um curto espaço de tempo, à desestruturação das comunidades locais, à segregação socioespacial, e às mais variadas e novas relações econômicas, sociais e políticas.

Pensando nessas novas relações socioeconômicas, e na nova proposta de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, caminhamos em direção aos questionamentos sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável para a atividade turística e a importância do planejamento e das políticas públicas para a sua realização.

Assim, o objetivo do trabalho é propor uma reflexão sobre o processo de elaboração e a constituição da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Brotas (PMTS), aprovada como lei em 2002. A PMTS tem como principal objetivo direcionar o desenvolvimento do turismo no município de Brotas.

O desenvolvimento que a PMTS se propõe direcionar é um desenvolvimento baseado na idéia de sustentabilidade de recursos ambientais e socioculturais, gerando o crescimento econômico para a área.

Através da análise da elaboração da PMTS, pretendemos verificar as reais possibilidades de planejamento de um desenvolvimento sustentável para o turismo de uma localidade, analisando a possibilidade de o mesmo ser elaborado e direcionado para um desenvolvimento local que contribua para a melhora nas condições de vida de toda a sua população.

O principal foco do estudo foi o processo de elaboração da PMTS, gerando uma discussão crítica sobre esse processo e avaliando o seu desenrolar como forma de verificar acertos e erros. Esse estudo se faz necessário quando percebemos a importância do planejamento para as atividades turísticas na atualidade; assim, o planejamento do turismo em Brotas pode vir a ser um exemplo para a localidade como um todo, gerando um modelo de planejamento para todos os municípios da região, podendo traçar a partir daí o melhor caminho para o planejamento de um município turístico, além de chamar a atenção sobre a importância das políticas públicas como instrumento de planejamento e a eficiência e eficácia dessas políticas como forma de atingir um desenvolvimento sustentável do turismo.

O trabalho começa por fazer uma revisão bibliográfica sobre os principais termos que nortearam as reflexões, compondo assim o primeiro capítulo da dissertação. Nesse primeiro capítulo, partiu-se do conceito de turismo e seus desmembramentos ao longo de seu desenvolvimento histórico, detendo-se nos conceitos de turismo de natureza e suas variações, chegando, então, ao ecoturismo e o turismo de aventura, que, na verdade, são os tipos norteadores da caracterização do turismo de Brotas.

Após a conceituação de turismo, foi feita uma diferenciação sobre os tipos de desenvolvimento, até se definir o desenvolvimento sustentável e suas principais características, sempre levando em consideração as críticas que se possam fazer a esse tipo de desenvolvimento, e principalmente a quem ele

realmente serve. Ainda no primeiro capítulo, definiu-se planejamento e políticas públicas, relacionando-os com o turismo e com a sustentabilidade da atividade. Apresentando conceitos esclarecedores sobre a possibilidade da existência de sustentabilidade de recursos ambientais e socioculturais, é necessário que se elabore planos de ação para as atividades propostas. Tais planos de ação devem, por sua vez, seguir um conjunto de etapas descritas nas teorias sobre planejamento e nas quais nos apoiamos para a análise da construção da PMTS. Finalizando o primeiro capítulo foi feito um breve resumo sobre a evolução das políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil.

Na primeira parte do segundo capítulo, apresentou-se o Município de Brotas, através de dados oficiais e de uma caracterização da área estabelecida por visitas de campo, sendo descritas as práticas turísticas, suas localidades e infraestrutura. Esclareceu-se, então, o tipo de turismo praticado na área de estudo, suas principais características, assim como seu histórico de desenvolvimento. Ainda nesse capítulo, na segunda parte, apresentou-se a estruturação administrativa do turismo em Brotas, e fez-se um pequeno histórico da formação de seus principais órgãos e instrumentos de planejamento voltados para o turismo, e, finalmente, com maior ênfase descreveu-se a PMTS e seus objetivos.

No terceiro capítulo, foi feita uma discussão crítica sobre a elaboração da PMTS como principal instrumento de planejamento para o desenvolvimento da atividade turística de Brotas. Nesse item demonstrou-se, seguindo uma linha teórica de planejamento, como a PMTS foi construída e quais os acertos e falhas no decorrer desse percurso; Comparou-se as teorias de desenvolvimento sustentável e os princípios utilizados na elaboração da Política, pretendendo-se mostrar com isso que nem sempre os objetivos e propostas da PMTS caminham em direção a uma possibilidade prática do que seja o desenvolvimento sustentável do turismo para Brotas.

O quarto e último capítulo foi composto pelas considerações finais sobre toda a pesquisa, acreditando na possibilidade de comprovar a importância do planejamento e das políticas públicas para o desenvolvimento de uma atividade de

fundo econômico, e que pode ser de grande impacto para uma área, e frisando sempre suas dificuldades de ação, já que o processo de planejamento pode ser estabelecido, mas acabar por gerar um documento que nunca se manifestará em ação, podendo ainda fomentar a necessidade de uma reflexão sobre as reais possibilidades de uma atividade turística baseada na natureza, de ser sustentável, e regida por políticas que a façam como tal, salientando que para isso acontecer a população deve estar diretamente envolvida e preparada para tal ação, participando de todo o processo do planejamento.

O trabalho estruturou-se com bases na bibliografia revisada, e em uma teoria de planejamento delimitada já no primeiro capítulo. Toda a discussão e comparação feita entre a teoria de planejamento e o processo de planejamento vivido em Brotas foi fundamentada por visitas de campo e entrevistas qualificadas, que nos fizeram verificar e entender a verdadeira construção do planejamento no município.

CAPÍTULO I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 TURISMO e TURISMO ALTERNATIVO

Estudando a evolução histórica do conceito turismo, pode-se perceber o quanto, com o passar do tempo, esse fenômeno tomou espaço e importância dentro da própria história do desenvolvimento da humanidade.

Viajar implica voltar, coisa que, por exemplo, o homem primitivo não fazia intencionalmente, ao migrar de uma região para outra a procura de alimento. Portanto, nem todo deslocamento de pessoas pode ser considerado turismo. Estudos históricos fazem-nos crer que os romanos foram os primeiros a viajar por prazer, já que, em outros tempos, as viagens restringiam-se principalmente a peregrinações religiosas ou negócios, como os gregos em direção aos jogos olímpicos, que eram realizados para homenagear os deuses, ou ainda os fenícios em suas viagens comerciais. Períodos históricos como o do feudalismo ou das guerras modernas e contemporâneas fizeram as viagens de lazer serem paralisadas, sendo permitidas apenas as viagens oficiais.

No século XIX, surgiram as viagens agenciadas e com guias; as viagens em grupo faziam baratear a atividade, o que atraía os segmentos mais modestos da população. Além disso, o aumento da alfabetização e a melhora na comunicação fizeram com que a propaganda estimulasse o desejo e interesse por viagens. As reivindicações trabalhistas e o aumento de tempo livre, como limite de horas trabalhadas semanalmente e as férias remuneradas, criaram a possibilidade temporal e financeira para o turismo.

Barreto (1996, p.51) nos diz que o *“turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção determina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo”*. Por isso, após a Revolução Industrial mais pessoas puderam viajar, pelo surgimento de novas categorias sociais, ou porque novas tecnologias criavam a possibilidade de mais pessoas terem acesso às viagens.

Assim, a partir do início do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, a atividade turística tornou-se uma realidade mais efetiva para a humanidade, o que gerou a necessidade de definir tal atividade, fazendo surgir conceitos que tem como idéias chave: o deslocamento da residência, a permanência em local onde não reside oficialmente (por mais de 24hs), o descanso, o prazer, a vontade própria de se deslocar, o contato entre viajantes e nativos, o gasto de dinheiro que não ganhou no local e o equipamento receptivo.

Ao unirmos essas idéias, temos a definição proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), segundo a qual turismo é a:

Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.

Ou ainda :

[...] o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Talvez seja necessário realçar que o turismo não é apenas deslocamento, surge como um tipo especial de viagem, em que se deve considerar os recursos, a infra-estrutura e a superestrutura jurídico-administrativa, que envolvem essa viagem. (BARRETO,1996).

O turismo é uma atividade que em seu desenvolvimento estimula várias relações econômicas, sociais, ambientais e culturais, transformando a organização do espaço e da vida das mais variadas populações, além de provocar profundos impactos positivos ou negativos nessas populações.

Sendo assim, é certo que deve ser estudado em todas as suas movimentações e mecanismos, podendo, a partir desses estudos, ser planejado e direcionado de forma que não venha mais tarde, a tornar-se mais um problema de crescimento descontrolado e mal planejado. Até porque, como vimos, as viagens, sejam de lazer ou não, e o intercâmbio cultural que elas proporcionam às pessoas, perpassaram por todo caminhar histórico do homem contribuindo para as mudanças ocorridas através do tempo.

O turismo apresenta-se com uma grande tendência a ser uma atividade de massa, atividade essa que começa muitas vezes de forma tímida, no desbravar do espaço turístico pelos primeiros visitantes da área, mas que com o tempo ao tornar-se conhecido, atrai os empreendedores e uma quantidade cada vez maior de visitantes, passando, assim, a ter uma capacidade muito grande de transformar e degradar os locais turísticos. Esse turismo de massa, também conhecido como turismo convencional, sempre esteve voltado para um turismo programado, com infraestrutura apropriada e de agrado para o grupo de turistas que, em busca de descanso, pede uma viagem bem agendada com todo o conforto que lhe possa poupar qualquer esforço. Essa infraestrutura demandada pelos turistas acaba por transformar os locais e a vida da comunidade, visando apenas o interesse do viajante. Como nos diz Fenell (2002 p.20):

[...] o turismo de massa tem sido criticado pelo fato de dominar o turismo dentro de uma região, por causa da sua orientação não-local, e o fato de que muito pouco do dinheiro gasto ali efetivamente permanece no local e gera mais recursos [...] O marketing hoteleiro funciona na base de um volume elevado de pessoas, atraindo o maior número possível delas, muitas vezes em períodos sazonais. [...] O empreendimento existe como um meio de concentrar as

peças em altíssimas densidades, fazendo a população local trocar os seus modos de vida e de subsistência. [...] as atrações que se situam dentro e ao redor desses empreendimentos massivos são criadas e transformadas para satisfazer às expectativas e demandas dos visitantes.

Diante dos impactos provocados pelo turismo de massa ao meio ambiente e às comunidades receptoras, assim como, da necessidade de fuga do crescente estresse gerado pelo mundo urbano-industrial, notamos as pessoas buscando, cada vez mais, um contato maior com a natureza, ou com locais mais privativos e até mesmo mais “selvagens”, e essa busca nos leva ao crescimento do turismo “alternativo”, de natureza, de aventura ou ainda do ecoturismo como tentativa de um turismo mais brando.

É difícil definir cada um desses tipos de turismo com precisão. O que é o turismo alternativo? Uma atividade realizada por grupos mais requintados, que em busca de sossego e privacidade se dispõem a pagar caro para visitar locais semidesérticos, ou atividade praticada por mochileiros e aventureiros em busca de locais paradisíacos, e pouco comerciais? De acordo com Krippendorf (1989, p.77):

O turismo alternativo não é uma noção bem definida. Este apelo é cada vez mais utilizado por toda uma opção de viagens de estudo ou viagens de aventuras, férias a pé ou viagens individuais do globe-trotters[...] O imperativo essencial dos turistas alternativos é o de se dissociar do turismo de massa.

Ou ainda, de acordo com Cruz (2001, p.6,7)

Turismo alternativo é uma expressão criada para categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao chamado turismo de massa. As modalidades ditas alternativas de turismo (tal como turismo de natureza, ecológico ou ecoturismo) têm nos espaços naturais seu principal objeto de consumo e, ao contrário do turismo de massa, requerem uma gama restrita de infra-

estruturas e serviços, embora, muitas vezes, não dispensem a sofisticação de ambos. [...]As modalidades de turismo ditas alternativas também requerem infra-estrutura de acesso, hospedagem e restauração, tal como no turismo de massa, mas há a diferença de que as primeiras requerem menor densidade tanto de infra-estruturas quanto de serviços, se comparada à segunda.

É importante lembrar que o turismo alternativo em nenhum momento se refere unicamente a um turismo praticado em meio à natureza, apesar de suas maiores indicações estarem relacionadas a ela. Com isso pode-se dizer que o turismo alternativo, que se apresenta como uma forma, em tese, mais branda de turismo, indica a necessidade de uma menor transformação do meio e da sociedade que o abriga, apesar de o mesmo muitas vezes acabar por consumir o espaço de forma tão intensa como o turismo de massa.

A preocupação específica com a natureza e a necessidade de amenizar-se os impactos do turismo de massa feito em meio à natureza mais “selvagem”, acentuada com o nascimento do conceito de desenvolvimento sustentável, fez surgir um turismo mais exigente e baseado na preservação e conservação do meio natural e das comunidades que habitam as mais variadas localidades. Esse tipo de turismo passou a ser chamado de ecoturismo.

1.2 TURISMO DE NATUREZA: ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA

Pesquisando sobre o conceito de ecoturismo, tão em voga nos últimos tempos, percebe-se que o mesmo já vem sendo discutido desde os anos 70, ou pelo menos no início dos anos 80. Para o nosso trabalho o importante é entender o que o termo ecoturismo propõe, e o que o difere de outras formas de turismo, como o turismo de aventura. Ou ainda, qual a diferença entre ecoturismo e turismo de natureza.

O turismo de natureza pode ser classificado como qualquer turismo feito em meio a um espaço natural, seja em uma praia ou campo, não importando se esse turismo é baseado na conservação e mínimo impacto, ou, se é um turismo de massa e convencional baseado unicamente em interesses comerciais. Já o ecoturismo é considerado como uma atividade turística baseada em conservação, mínimo impacto, preservação da cultura local, contribuição para o desenvolvimento da área, e planejamento. De acordo com Western (2001 p.18):

Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética.

Portanto, o ecoturismo, além de praticado em meio à natureza, é um turismo que se propõe a causar o menor impacto possível, como nos apresenta a definição da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) segundo a qual o ecoturismo é:

[...] segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Ou mesmo a definição de Fennell (2002, p.52), em que:

O ecoturismo é uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza; é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não-predatório e localmente orientado (controle, benefício e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

Assim, podemos entender o ecoturismo como uma forma de turismo responsável, que, praticado em meio à natureza, pretende apreender o funcionamento dessa natureza e os seus limites e, assim, contribuir para sua preservação, mas que, além disso, preocupa-se com a população local, o seu desenvolvimento e a manutenção de sua cultura. Poderíamos dizer que é um turismo que se baseia no princípio do desenvolvimento sustentável, visto que, se preocupa com a conservação dos recursos para as gerações futuras.

Western (2001, p.21) destaca ainda, que o Ecoturismo tem a tendência de ser classificado erroneamente como uma atividade turística realizada por “[...]qualquer grupo remotamente ligado à viagem natural ou cultural [...]”. Western ainda diz que “[...]se acreditarmos que ecoturismo diz respeito à harmonia entre turismo, conservação e cultura, seu papel é ilimitado. No entanto, o que não pode acontecer é a descaracterização do Ecoturismo caso se use um conceito amplo demais [...]”

Então, devemos ter claro que o ecoturista é um turista preocupado em aprender com a natureza, e que, ao visitar uma área, tem a intenção de auxiliar no desenvolvimento e manutenção da mesma, e não, simplesmente, em estar em meio a essa natureza sem sequer se propor a entendê-la em seus mecanismos internos.

Levando em consideração o destaque de Western (2001) para os cuidados com a amplitude do termo ecoturismo, é que nos deparamos com o turismo de aventura, que é realizado em meio à natureza e se utiliza dos recursos naturais para sua prática, mas que não pode ser confundido com uma atividade puramente ecoturística. Para Fennell (2002, p.58)

Em um sentido geral a diferenciação entre as duas formas de viagem pode ser simplesmente baseada no tipo de atividade desejada[...] A resposta à pergunta de como as experiências do turismo de aventura e de não-aventura como o ecoturismo diferem pode-se situar no campo da psicologia social, que estuda por que ocorre a participação de um ponto de vista cognitivo e comportamental (em vez de considerar

algum fundamento arbitrário baseado no local do turismo ou outras variáveis desse tipo).

Ewert (1985) e Hall (1992) (apud Fennell. 2002, p.58) *“escrevem que o fator mais importante na decisão de alguém se engajar em atividades de aventura é o risco. Além disso, Hall sugere que a atração dominante para a procura da recreação e do turismo de aventura é muito mais a própria atividade do que o local”*.

Podemos perceber que a natureza, nesse caso, serve como suporte para a realização da atividade esportiva de aventura, como o rio para o rafting ou a cachoeira para o cascading, e, diferentemente do ecoturismo, a necessidade de preservar esses ambientes vem unicamente da intenção de poder ter o recurso por mais tempo.

Portanto, não é objetivo principal de quem pratica o esporte aventura nem a preservação nem o mínimo impacto para com a natureza, e sim a “adrenalina” que a atividade lhe vai proporcionar. Assim, de certa forma, o turista aventureiro pode não aprender, necessariamente, com a natureza e nem se preocupar diretamente e de forma responsável com a manutenção sócio-ambiental do local, pois isso não é a base de sua intenção.

Ao pensarmos nos impactos que o ecoturismo e o turismo aventura podem causar, precisamos saber que, como Western (2002, p.19) ressalta, *“O impacto de uma indústria do turismo em franca expansão está muito além de nossa capacidade de avaliar danos e prejuízos. O impacto pode ser avaliado tanto em termos do que os visitantes toleram quando dos danos ecológicos provocados”*.

Ao aceitarmos o ecoturismo como uma atividade de contemplação e conservação da natureza e cultura local, imaginamos que os seus impactos negativos devam ser limitados. Por outro lado, o turismo de aventura que por sua vez se utiliza da natureza de forma mais intensa, provavelmente provoque mais impactos e desgastes aos recursos utilizados em sua realização. Deve-se ressaltar, com isso, que existe uma grande diferença entre o turismo de aventura e

o ecoturismo e que tais modalidades turísticas não devem ser confundidas e nem tratadas de forma igual em sua implantação e desenvolvimento.

1.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Várias são as atividades econômicas que estruturam e direcionam a organização de vida de uma população, e, ao pensarmos nesse processo de estruturação, caminhamos para a discussão de outro conceito importante em nosso trabalho: o desenvolvimento e seus desdobramentos.

Podemos assim, começar definindo desenvolvimento a partir da idéia de Wolfe (1976, p.24), segundo a qual:

Desenvolvimento expressa a aspiração a uma sociedade melhor. Neste sentido, implica opções oriundas dos juízos de valor relativos ao conteúdo e característicos de uma sociedade melhor. Também implica juízos de valor concernentes ao direito da sociedade existente de fazer tais escolhas e aplica-las através de políticas desenvolvimentistas, seja agindo mediante o consenso geral, seja em virtude de seus agentes proclamarem-se representantes dos melhores interesses sociais. Pode-se pressupor, ainda, que as opções são tidas por viáveis e não utópicas; devem enquadrar-se, em cada sociedade, nos limites fixados pelos processos de desenvolvimento e pela capacidade dos mesmos, no segundo sentido. A concepção de desenvolvimento como uma expiração orientada por valores proporciona um ponto de referência para esclarecer o que pretende fazer e o que pode fazer cada sociedade e quais as conseqüências e requisitos a curto, médio e longo prazo.

Assim, entendemos que as diversas sociedades devem fazer nascer seu próprio modelo de desenvolvimento, baseado em suas necessidades e

aspirações, podendo ressaltar que seguir os exemplos de progresso dos países desenvolvidos não é traçar um caminho direto ao desenvolvimento econômico, já que muitas vezes esse traçado acaba por descartar a diversidade de situações, regimes e cultura das variadas localidades, além de seus verdadeiros interesses para a melhora de vida de seus membros.

Portanto, a proposta na melhora da qualidade de vida de uma sociedade não é atingida, obrigatoriamente, por todas as sociedades através da modernização industrial ou por um modelo único de política econômica. Pois crescer financeiramente nem sempre representa melhora na qualidade e possibilidades de vida de toda a população, é o que nos confirma Souza (1997 p.18) ao dizer que.

Desenvolvimento não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só economistas, continuem a reduzir aquele a este. O chamado 'desenvolvimento econômico' é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico[...] e pela modernidade tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente. No entanto, é importante entender que para, além disso [...]O aumento da produção de bens e o progresso técnico são, no máximo, meios a serviço do fim[...] que é o de tornar mais justa e legítima uma sociedade[...] o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social.

Fazer a industrialização e o desenvolvimento técnico-científico um modelo a ser seguido por todos, tem gerado grandes desgastes na organização de vida das populações e seu meio, uma vez que, para manter e expandir esse modelo de desenvolvimento, tem sido necessária uma constante mudança no estilo de vida das populações, influenciando em suas características sócio-culturais, além de uma intensa exploração de recursos naturais não-renováveis, o que nos permite prever um desequilíbrio ambiental bastante prejudicial às futuras gerações.

Assim, verificando as crises vividas pelas diversas sociedades mundiais em relação a esse desenvolvimento inspirado na idéia de modernização tecnológica, deparamos-nos com o repensar desse caminho desenvolvimentista, gerando a discussão de um novo modelo de desenvolvimento que possa provocar menos impacto sócio-cultural e ambiental. Vimos ainda, que para tanto, torna-se necessária a adaptação de políticas econômicas, que possam manter a diversidade das sociedades, adequando o progresso e a modernização aos elementos econômicos, sociais e ambientais das mesmas. Como nos confirma Leff (2001, p.15,16)

A crise ambiental se torna evidente nos anos 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. Desta maneira, inicia-se o debate teórico e político para valorizar a natureza e internalizar as 'externalidades socioambientais' ao sistema econômico.

O novo modelo desenvolvimentista proposto vem baseado na idéia de sustentabilidade, ou seja, na manutenção sócio-cultural das populações e dos recursos naturais de que essas se utilizam para se manter. Tal discussão se inicia, pelo ecodesenvolvimento, a partir da Conferencia de Estocolmo-72. Desde então o ecodesenvolvimento passou a ser difundido por Ignacy Sachs (1986 p.18) que o define como sendo

[...] um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo.

De acordo com Montibeller-Filho (2001, p.47,48), a partir dos anos 80 surge o termo desenvolvimento sustentável que tem

[...] como princípios integrar conservação da natureza e desenvolvimento; satisfazer as necessidades humanas fundamentais; perseguir equidade e justiça social; buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; manter a integridade ecológica.

Já em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reelabora o conceito em seu Relatório Brundtland, passando a definir o desenvolvimento sustentável como “*aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades*” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991 p.46).

Comparando ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, segundo Maimon (1992 apud Montibeller-Filho, 2001 p.51) temos que:

[...] o primeiro volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo; o segundo enfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações. As disparidades entre ambos se situam, portanto, principalmente no campo político e no que respeita as técnicas de produção.

Diante dessa comparação podemos dizer que ambos os conceitos se completam, afinal, para que possa existir um desenvolvimento realmente sustentável, torna-se necessário um olhar mais focado nas preocupações regionais e locais, estabelecendo aí uma tecnologia específica para seus problemas de produção e sobrevivência, não descartando a importância de políticas ambientais preocupadas com o futuro e não somente com as necessidades imediatas dessas populações, assim sendo o planejamento de cada passo aparece como fundamental.

Portanto, discutir sustentabilidade, implica, acima de tudo, discutir as relações socioeconômicas de um determinado grupo. É importante ressaltar

também, que ao pensarmos nas relações do modo de produção capitalista, torna-se difícil a prática da sustentabilidade, afinal, a competitividade, o consumo e a acumulação são palavras-chave para entender o mecanismo desse sistema.

Ao entendermos que a competitividade se estabelece através da produção-exploração, os recursos tornam-se ameaçados em sua finitude, assim como as relações socio-culturais em seu espaço e sua diversidade, já que o importante é a capacidade de produzir em larga escala, e para isso o consumo dos bens naturais é intenso, modificando as relações socio-ambientais de uma determinada sociedade. Além do que, as próprias relações de pobreza e riqueza fazem o processo de utilização do meio e seus recursos serem predatórios. Nesse sentido podemos concordar com Patrikh (1994, p.1), ao destacar que

[...]As injunções da pobreza forçam os pobres a viver dos recursos da terra e de seu meio ambiente. Por outro lado, o desejo insaciável de ter cada vez mais conforto material por parte dos economicamente afluentes conduz, também, a graves tensões sobre o meio ambiente. Ao mesmo tempo em que os padrões de consumo dos pobres são insustentáveis quanto ao uso da terra e causam a degradação dos bens comuns a todos em suas aldeias, os padrões de consumo dos ricos são insustentáveis quanto ao uso de recursos não-renováveis, deterioração dos bens comuns globais tanto quanto a pressão sobre os recursos da terra.

As questões do desenvolvimento sustentável, portanto, devem perpassar os vários aspectos das relações humanas e o meio. Deve-se pensar na combinação de dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas e nas potencialidades ambientais, em prol do desenvolvimento que faça, dentro das possibilidades do local, a população nele inserida atingir suas aspirações. Assim, ao avaliarmos a sustentabilidade de um local, podemos pesquisar os níveis de emprego que as atividades econômico-produtivas geram (salários, especializações, funções, etc), a qualidade de vida (em seus aspectos físicos e humanos), o poder de consumo, a preservação do patrimônio cultural ou natural, a

educação ambiental, ou seja, as possibilidades de superação de problemas socioeconômicos e o crescimento em bem viver de uma população.

Do mesmo modo, devem ser avaliados os caminhos seguidos por essa população para fazer gerar um desenvolvimento sustentável para suas atividades básicas e principais num conjunto de realizações coletivas. Ou seja, é importante verificar quais são os instrumentos de planejamento e regulação utilizados por essa sociedade para direcionar o seu desenvolvimento num aspecto geral.

Assim, ao longo do trabalho, que se propõe analisar a elaboração da Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Brotas (PMTS), teremos sempre em foco a idéia de desenvolvimento sustentável como sendo uma prática voltada para a manutenção de relações socioculturais e de recursos ambientais, visando o interesse da sociedade e a equidade de seus membros quanto às possibilidades de crescimento econômico e bem estar social, seja a médio e a longo prazo.

O desenvolvimento deve ser avaliado pela população diante de suas necessidades gerais, e não de forma global, a exemplo da modernização externa. Por tanto, torna-se claro que um instrumento de planejamento, como sendo uma política pública, deve seguir os interesses dos vários grupos sociais, visando sempre o bem estar da população como um todo, e não apenas os interesses dos agentes econômicos que se destacam em determinada localidade.

Assim, de acordo com Buarque(2002 p.84)

O planejamento local e os planos de desenvolvimento são, antes de tudo, um instrumento de negociação com os parceiros potenciais – tanto na fase de elaboração quanto após a produção do documento-síntese – e de aglutinação política dos atores, na medida em que expressa, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos de desenvolvimento ajudam a organizar e canalizar as ações do governo como 'catalisador de múltiplas iniciativas de diversas instâncias que se articulam e convergem no espaço local (municipal); ao mesmo tempo, estabelecem as relações entre as demandas da sociedade –

incluindo as demandas de caráter imediato – os projetos das diversas áreas de governo e as iniciativas e programas de outros agentes que podem ser implementados no território municipal.

1.4 PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO

Quando fazemos a intersecção entre turismo alternativo de natureza, ecoturismo, turismo aventura e desenvolvimento sustentável caminhamos para algumas reflexões sobre as possibilidades de um desenvolvimento sustentável do turismo, principalmente levando em consideração o crescimento de tais atividades, assim como propõe Fenell (2002, p.25) *“A importância internacional do turismo como máquina para o crescimento econômico, assim como o seu potencial para o crescimento, torna-o particularmente relevante ao desenvolvimento sustentável.”*

Destacando o crescente interesse das populações pelas áreas naturais, e, com isso, o intenso desenvolvimento do turismo de natureza e seus desmembramentos (classificados anteriormente), temos ainda mais presente a importância de discutirmos as possibilidades de fazer dessa atividade, uma atividade sustentável. No entanto, sabemos que tal prática não será atingida com facilidade, e principalmente se depender unicamente da boa vontade do turista ou dos empreendedores, sendo necessário criar formas de combater o turismo irresponsável e impactante.

Deparamos-nos, então, com a necessidade de planejar a atividade turística em toda a sua dimensão e criar, assim, políticas públicas para sua melhor realização, sempre visando o menor impacto negativo que essa atividade possa gerar. E de acordo com Carvalho (1978, p.16)

[...] o planejamento deve ser entendido como um processo através do qual se pode dar maior eficiência à atividade humana para alcançar, em prazo determinado, um conjunto de metas estabelecidas. Compreende-se planejamento, antes de tudo, como um processo lógico que auxilia o comportamento humano racional na consecução de atividades intencionais voltadas para o futuro. Para um futuro mediato, ou seja, aquele que é previsto através do raciocínio, e não para o futuro apenas imediato obtido pela prática do existir predominantemente sensorial.

Assim, pensando no turismo como uma atividade econômica e social de alto impacto, tendo por princípio consumir o meio e a população nela envolvida, entende-se que o planejamento seja uma ferramenta importante para que assim seus impactos sejam minimizados, e seus efeitos benéficos à comunidade e ao meio sejam ampliados. Como nos apresenta Ruschmann (1997, p. 27)

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação. [...] Os Estados, Agentes e Comunidades devem juntos contribuir para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas, elaborando e implantando em conjunto uma política de turismo adequada ao desenvolvimento local.

Essa clara necessidade de planejar a implantação e ação do turismo nos locais é ainda ressaltada por Cruz (2001) ao dizer que:

O que o turismo faz nos núcleos receptores é impor sua lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) as lógicas preexistentes. [...] O turismo cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc.) e objetos culturais (infra-estruturas, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições. [...] O planejamento físico-territorial é o único instrumento capaz de evitar ou de minimizar possíveis impactos dessas estruturas sobre esses ambientes.

O planejamento, portanto, torna-se o caminho mais viável para que haja uma utilização equilibrada dos recursos turísticos sem que os mesmos sejam esgotados. Como diz Murphy (apud Wearing e Neil, 2001) *“O planejamento envolve a antecipação e a regulamentação das mudanças, estimulando o desenvolvimento adequado, de modo que se aumentem os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo real”*.

Não podemos esquecer ainda que, como Barreto (1991) destaca, para cada tipo de turismo o planejamento deverá ser específico e, quanto mais o profissional se especializar, maiores serão os benefícios para o usuário e para a própria ciência.

A Conferência Globo 90, que ocorreu no Canadá, apresentou as primeiras discussões sobre essa prática de se planejar o turismo, com a consciência voltada para o mínimo impacto negativo. Nessa conferência foram criadas as primeiras estratégias de ação em turismo e sustentabilidade e como apresenta Fenell (2002,p.26) as metas definidas para tal são:

(1) desenvolver maior consciência e compreensão das contribuições significativas que o turismo pode trazer ao meio ambiente e à economia;(2) promover a equidade e o desenvolvimento;(3) melhorar a qualidade de vida da comunidade anfitriã;(4) oferecer experiências de alta qualidade para o visitante; e (5) manter a qualidade do meio ambiente do qual dependem os objetivos anteriores.

Portanto, parece necessário que o turismo que se propõe sustentável seja efetivamente planejado, e sejam elaboradas políticas e diretrizes para a sua prática, impondo-se ações, que devem ser constantemente avaliadas, replanejando, quando necessário, tais ações; além disso, torna-se primordial a verificação de necessidades locais para a implantação de políticas de desenvolvimento sustentável, visando os interesses e tipos de turismo que são vivenciados nas mais variadas áreas.

É também importante lembrar que, sendo as políticas uma forma de organizar um setor da vida social, o turismo como qualquer outro setor, deve seguir uma hierarquia em sua organização, ou seja, antes de o poder local se preparar para a elaboração de um plano político para o turismo, ele deve reportar-se à Política Nacional de Turismo, e mais diretamente a Política Estadual de Turismo, e então com bases nessas Políticas elaborar o plano, que será mais tarde ação do planejamento.

Vários são os itens a serem levados em consideração, como as infraestruturas básicas para a organização da cidade, sejam elas saneamento, acessibilidade, telefonia etc, além de serviços complementares, como postos de correios em locais mais acessíveis aos turistas, postos de assistência ao turista, hospedagens, restaurantes etc. Ou seja, a cidade deve organizar-se para receber o turista em todas as suas estruturas, e cabe ao poder local, associado aos empreendedores, avaliar a capacidade de carga e as possibilidades de melhora ou não no atendimento ao visitante. O meio natural deve ser prioridade em sua conservação, pois, na maioria das vezes representa o motivo para a turistificação da área e, principalmente em se tratando do turismo de natureza, ecoturismo e turismo aventura que são a base de nossa pesquisa.

Um outro ponto importante e em destaque nos estudos sobre planejamento é a meta a ser atingida, e, para isso, é necessário estabelecer prioridades, sempre pensando em sanar os problemas pela raiz, e não em simplesmente acabar com crises imediatas. Como diz Buarque (2002, p.96)

O planejamento não pode se deixar dominar pelas emergências e urgências de curto prazo, mas deve estruturar as prioridades numa perspectiva de construção de um novo estilo de desenvolvimento a médio e longo prazos. Não pode ignorar as necessidades e carências da sociedade, mas deve estabelecer a relação destas com os fatores estruturais do desenvolvimento, evitando o imediatismo e a corrida sem fim atrás de solução para os problemas.

Assim constatando o significado e a importância da atividade turística para o mundo como um todo, e com isso sua necessidade de planejamento para que não seja negativamente impactante, destacamos a importância dos conceitos trabalhados nesse capítulo, que nos darão base e fundamentação teórica para o encaminhamento das discussões e análises propostas nessa pesquisa.

1.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL

De acordo com Cruz (2000) e Barreto (1991), as políticas públicas de turismo foram negligenciadas no Brasil, tanto pelos poderes públicos, como pelos pesquisadores e estudiosos em geral, e somente em tempos mais recentes, com o crescente desenvolvimento dessa atividade e as potencialidades visíveis de nosso país para o mesmo, é que se tem voltado a atenção à necessidade da organização pública do setor.

As políticas do país para o setor turístico nem sempre foram explicitadas, reduzindo-se a aspectos parciais da atividade, como uma preocupação em legislar sobre o transporte turístico, ou as agências e hospedagens, sem antes elaborar um plano geral para a ocupação e organização dos locais turísticos. A ausência desse plano geral prejudicou as políticas públicas estabelecidas em outras escalas de gestão (regional, estadual e municipal), pois sem uma política nacional, bem definida, para o setor, ficou difícil uma união das diversas escalas e até mesmo entre outras políticas setoriais, das quais o turismo poderia beneficiar-se.

No Brasil, a preocupação com a atividade turística foi, na maior parte das vezes, secundária, prova disso é que seus órgãos de planejamento e legislação por muito tempo estiveram vinculados a outros setores da administração pública como, por exemplo, o Conselho Federal de Comércio Exterior, Departamento de Imprensa e Propaganda, entre outros, ao longo dos anos. A justificativa para esse

descaso é o fato de o turismo, durante muito tempo, não ter sido um setor de grande importância dentro do conjunto das atividades produtivas do país.

No entanto, podemos destacar algumas tentativas de organização da atividade com a criação da Divisão de Turismo em 1939, a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) em 1958, e em 1966, quando surge o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Hoje, desde 2003, temos, pela primeira vez, um Ministério de Turismo, e com ele um aparente interesse por uma melhor organização do turismo brasileiro. Está dividido em duas secretarias, uma responsável pela elaboração e ações das Políticas de Turismo e a outra responsável pelos Programas de Desenvolvimento do Turismo, preocupando-se com infra-estrutura, investimentos e financiamentos.

A EMBRATUR tem traçado algumas das diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil e, desde 1996, uma das idéias centrais é a democratização dessa atividade, gerando a possibilidade de um número maior de pessoas dos mais variados grupos sociais participarem da atividade tanto como empreendedores, quanto turistas. A preocupação com a preservação e a chamada sustentabilidade da atividade turística também tem ganhado destaque nos programas de desenvolvimento do turismo propostos pela própria EMBRATUR.

A partir da criação do novo Ministério, a EMBRATUR assumiu a responsabilidade de divulgação dos produtos turísticos do Brasil, ou seja, ficou com a promoção, o marketing e a 'venda' do turismo brasileiro para o mundo.

Além das secretarias e da EMBRATUR, o governo conta ainda com o Conselho Nacional do Turismo que é um “[...] órgão colegiado de assessoramento, diretamente vinculado ao Ministério do turismo que tem como atribuições ‘propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo’[...]”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003 p.12).

Foram criadas duas Políticas Nacionais de Turismo até hoje, sendo a primeira estabelecida em 1966, com o Decreto-lei 55/66, que tinha como principal objetivo reconhecer o turismo como uma atividade capaz de contribuir para a

atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação. Nesse momento, criou-se o Sistema Nacional de Turismo, composto pela CNTUR, Embratur e pelo Ministério das Relações Exteriores. No entanto, com o passar do tempo, é a Embratur que adquire maior força política, e com isso passa a ser responsável pela formulação, coordenação e execução da Política Nacional de Turismo (PNT).

As diretrizes básicas dessa PNT eram:

- a) *Promover programação e execução das obras de infraestrutura para aproveitamento turístico;*
- b) *Criar possibilidades de caracterizar as atividades turísticas e terminologia da indústria turística*
- c) *Regulamentar adequadamente o exercício das atividades e profissões vinculadas ao turismo;*
- d) *Estudar a dinâmica do turismo para servir de base ao desenvolvimento de atividades inerentes e de relevância econômica;*
- e) *Criar condições de melhoria dos recursos, mediante financiamento e estímulos a iniciativas;*
- f) *Fiscalizar as atividades ligadas ao turismo de acordo com a legislação.*

A Segunda Política Nacional do Turismo começa a ser pensada e requisitada durante o mandato do Presidente Fernando Collor de Mello, e de acordo com o Decreto 448/92, art.3º, deveria, resumidamente, seguir os seguintes objetivos:

- *Democratizar o acesso ao Turismo Nacional;*
- *Reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional;*
- *Aumentar os fluxos turísticos;*

- *Difundir novos pontos turísticos;*
- *Ampliar e diversificar os equipamentos e serviços turísticos;*
- *Estimular o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais;*
- *Estimular a criação e implantação de equipamentos destinados à atividade de expressão cultural.*

De acordo com Cruz (2002, p.62) O documento que cria a PNT preconizada pelo Decreto-lei 448/92, e instituída em 1996, já no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é o mais “[...] completo e detalhado documento oficial, na história das políticas federais para atividade, a tratar do setor turismo; o que não implica, necessariamente, maior eficiência relativamente às políticas anteriores”.

Entre os programas criados pela Embratur, que se preocupam com o desenvolvimento gerado pelo Turismo e seus impactos, temos dois que poderiam ser representativos para as nossas reflexões: o Programa de Ecoturismo e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O Programa do Ecoturismo é uma ação conjunta de vários órgãos governamentais que tem “por finalidade implementar as diretrizes traçadas para uma Política Nacional de Ecoturismo”.(Embratur, 2001) que servirá de base para as políticas estaduais e municipais, o que, por exemplo, percebemos em Brotas-SP que tem em sua Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável a mesma linha de pensamento e diretrizes da proposta de ecoturismo estadual, que por sua vez se estrutura dentro dos mesmos padrões da Política Nacional.

A Política Estadual de Ecoturismo foi elaborada em fins de 1995, por iniciativa da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEAM da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA. De acordo com o histórico de formação das Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo (São Paulo, 1996):

“[...] a principal referência para a discussão de uma política de ecoturismo para o Estado foi o documento produzido e divulgado em fins de 1994 pelo Instituto Brasileiro de Turismo -Embratur e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-Ibama, intitulado Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, Este documento foi, inclusive, a base a partir da qual se estabeleceu toda a discussão para a formulação da política estadual [...]”

Em seu corpo a Política Estadual de Ecoturismo sintetiza como seus principais objetivos:

- *compatibilizar as atividades de ecoturismo com as políticas de conservação de áreas naturais;*
- *fortalecer a cooperação interinstitucional, tanto dentro como fora do âmbito governamental;*
- *possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos envolvidos com o tema;*
- *estimular a regulamentação das atividades do ecoturismo;*
- *promover e estimular a capacitação de recursos humanos para tais atividades;*
- *promover e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para o desenvolvimento do ecoturismo; e*
- *promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental para turistas, comunidades locais e empreendedores do setor.*

O PNMT é um programa que tem o “propósito de implementar um modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística de forma participativa”. (EMBRATUR, 2002). Desdobra-se em três fases: conscientização, capacitação e planejamento. Já em andamento no país, tal programa conseguiu chegar na terceira fase em poucas localidades e são poucos os resultados favoráveis apresentados.

Os principais objetivos da PNMT são:

- *fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política;*
- *conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;*
- *descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal. (EMBRATUR, 2002)*

Pelo que podemos perceber, o PNMT tem por objetivo principal a organização do Turismo nas mais diversas localidades do país, buscando um planejamento adequado às características locais e às necessidades da população, no entanto, pelo que temos pesquisado, nem todos os locais têm seguido exatamente as propostas do PNMT e, mesmo tendo participado de uma ou outra reunião, não se engajaram completamente ao programa. Afinal como ressalta Cruz (2002)

O sucesso do Programa parece estar longe de ser alcançado, já que a referida metodologia – teoricamente adaptada à realidade brasileira – esbarra nas limitações financeiras dos municípios, na política partidária – muitas vezes alheia aos interesses das coletividades – e nas particularidades culturais do país.

No caso de Brotas – SP, o PNMT não foi implantado, apesar de os órgãos responsáveis pelo turismo local terem participado de uma ou duas reuniões do programa. No entanto, apesar da não participação integral no PNMT, o município

acabou seguindo a idéia de planejamento municipal, baseada na sustentabilidade e na participação comunitária para a elaboração da PMTS que rege esse planejamento. Essa participação esteve sempre vinculada ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) órgão responsável pelas discussões sobre o encaminhamento do turismo e sua organização; participam do COMTUR representantes dos órgãos públicos, empreendedores e pessoas da comunidade em geral.

O Ministério de Turismo, apresentou a partir de 29 de abril de 2003, um Plano Nacional do Turismo em que traça diretrizes, metas e programas para o turismo brasileiro, tendo como objetivo central fazer crescer o turismo brasileiro, principalmente no recebimento de visitantes estrangeiros, ou seja, empenhando-se, em fazer do Brasil um novo ponto de visitação para turistas do mundo todo. Assim, resumindo os seus objetivos gerais temos:

- *Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais.*
- *Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.*
- *Dar qualidade ao produto turístico.*
- *Diversificar a oferta turística.*
- *Estruturar os destinos turísticos.*
- *Ampliar e qualificar o mercado de trabalho*
- *Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional.*
- *Ampliar o consumo do produto turístico no mercado internacional.*
- *Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista*

Embora a PMTS tenha sido elaborada antes do atual Plano Nacional de Turismo entrar em vigor, pode-se perceber convergências entre os dois instrumentos. Por exemplo, quando se propõe como estratégia de desenvolvimento do turismo a sua inserção internacional. Do mesmo modo, ambos preconizam o turismo como um instrumento capaz de alavancar o desenvolvimento socioeconômico territorial.

CAPÍTULO II

BROTAS E O TURISMO

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1.1 LOCALIZAÇÃO

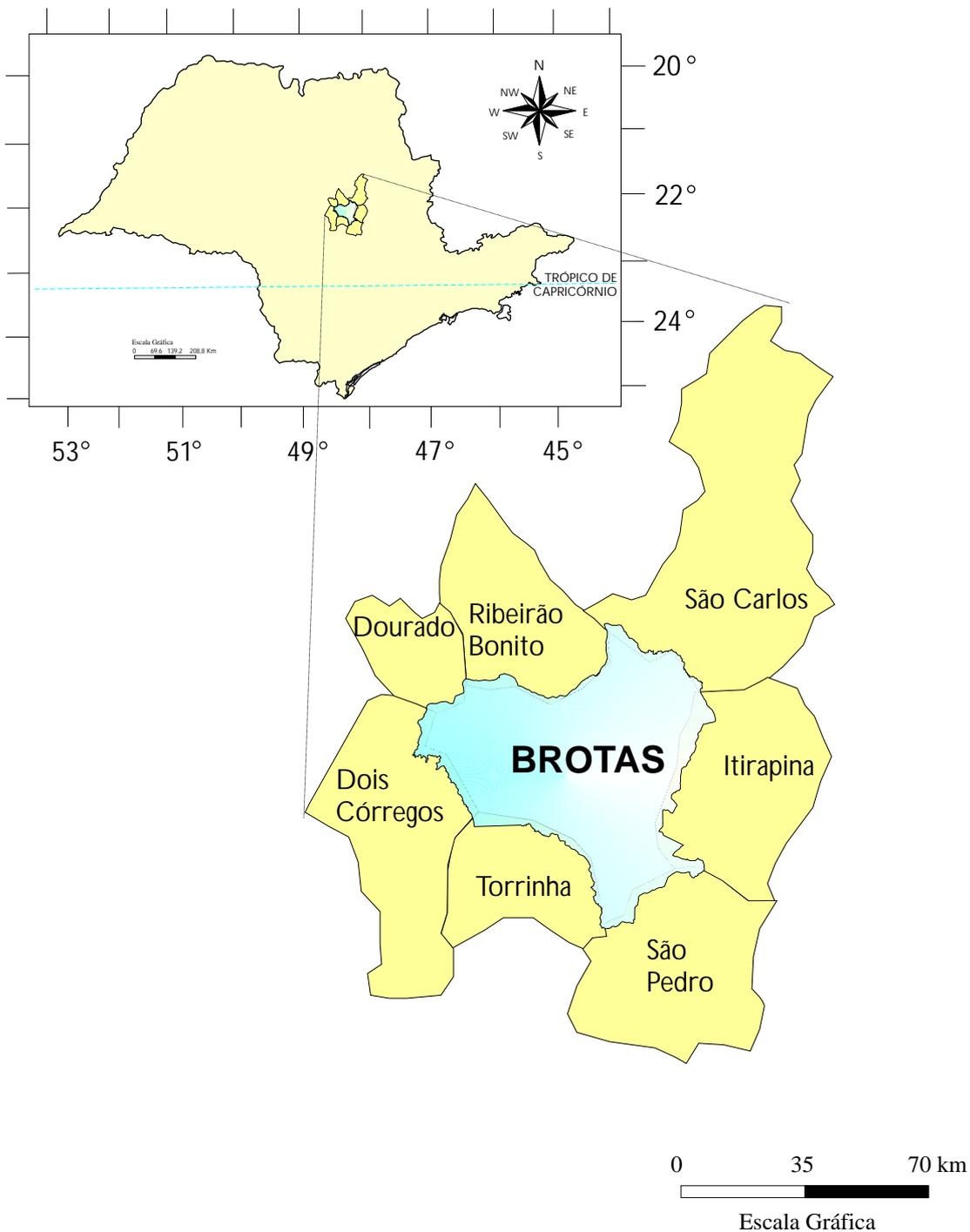
O município de Brotas está localizado na porção central do Estado de São Paulo, entre as coordenadas 22°e 23° S e 48°e 49° W, numa altitude de 661m acima do nível do mar. Distancia-se aproximadamente 269km a noroeste da capital, estando próximo às cidades de São Carlos (64km), Rio Claro (80km) e Jaú (46km). Faz parte da Região Administrativa de Campinas e da Região de Governo de Rio Claro. (fig.1, p. 40)

O acesso ao município pode ser feito por várias rodovias que cruzam a região, sendo elas: Bandeirantes SP 348, Anhanguera SP 330, Washington Luis SP 310, Engenheiro Paulo Nilo Romano SP 225 e a Rodovia Américo Piva SP 197.

A área total do município é de 1.101,46 km², tendo uma população de 18.886 habitantes em 2000 e chegando a uma população de 20.267 habitantes em 2003 de acordo com dados do IBGE.

Possuía em sua infraestrutura básica até o ano de 2004, 1 hospital com 37 leitos, 6 unidades ambulatoriais, 11 estabelecimentos de ensino fundamental e 4 de ensino médio, 4 agências bancárias, e uma oferta comercial bastante variada entre estabelecimentos alimentícios e de vestimenta

Figura 1. Mapa de Localização do Município de Brotas



Mapa base: Prefeitura do Município de Brotas, 2003
Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

1.2 MEIO FÍSICO

CLIMA

Monteiro (2000) classificou o Centro-Oeste do Estado de São Paulo, dentro da zona climática V, que se caracteriza pela existência de um período seco muito nítido em que a frequência da chuva diminui consideravelmente no sentido dos paralelos; nessa área ocorre uma acentuada participação da massa Tropical Atlântica, que, em certos invernos, é aí mais ativa do que no litoral norte quando submetido à passagem da massa polar. A área onde se situa o município de Brotas, está dentro da subdivisão Vb, pois revela um ligeiro aumento na quantidade de precipitação por efeito orográfico no inverno.

Troppmair (2000) detalha ainda mais ao dizer que, o relevo com 100 a 150m de desnível exerce influencia sobre o clima local, ao obrigar os ventos a movimentos ascendentes, reduzindo a temperatura, a condensação e provocando chuvas orográficas, com dias de neblina e temperatura mais amenas. As temperaturas médias registradas são de 20° a 21°C, sendo a média das máximas 29°C e das mínimas 11°C.

O Clima de Brotas favorece o turismo, pois sua temperatura amena, tanto no verão como no inverno, torna o clima agradável ao visitante, além de que as chuvas registradas favorecem o volume das águas do Rio Jacaré-Pepira onde são realizadas as principais atividades de aventura do município.

GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

O município de Brotas encontra-se sobre a porção geomorfológica das Cuestas Basálticas, caracterizada por um relevo escarpado que se limita com a Depressão Periférica, seguido de uma sucessão de grandes plataformas estruturais, de relevo suavizado, e inclinadas para o interior em direção a calha do

Rio Paraná, constituindo respectivamente a escarpa e o reverso das cuestras. (IPT, 1981)

De acordo com Troppmair (2000, p.62), a cuesta é em macroescala, denominada de Serra Geral e caracteriza-se por

“escarpas e áreas de relevo fortemente ondulado com altitudes que variam entre 800 a 1000 metros. As cuestras basálticas pela ação dos processos erosivos apresentam-se extremamente festonadas, com mesas basálticas e morros testemunhos. Já no reverso do front dominam as colinas médias.”

Ainda de acordo com o IPT (1981), a Província é dominada por derrames de rochas eruptivas superpostas, e que recobriram depósitos das formações Pirambóia e Botucatu, basicamente formados por arenitos de origem fluvial ou eólica, respectivamente. As características geológicas são importantes para o entendimento da conformação dos frontes escarpados, que permitem o desenvolvimento de perfis escalonados e cortados por plataformas estruturais.

O relevo do município favorece as atividades turísticas em diversas formas, pois além da paisagem belíssima que a cuesta, os morros testemunhos e as colinas da região apresentam ao visitante, temos também a formação de uma quantidade significativa de quedas d'água pelos desníveis gerados pela movimentação do relevo, além das escarpas e desníveis de terreno que podem oferecer lugares apropriados a prática de atividades de aventura verticais, como o rapel ou a tirolesa.

REDE DE DRENAGEM

O Município de Brotas faz parte da bacia hidrográfica do Jacaré-Pepira (Fig.2, p.44), e tem seu sítio urbano inserido no chamado Planalto de Marília, instalado numa área que se encaixa entre os interflúvios dos Córregos do

Gouveia, da Lagoinha e da Lagoa Seca, tributários do Rio Jacaré-Pepira, maior expressão dessa Bacia Hidrográfica. (Fig.3, p.45)

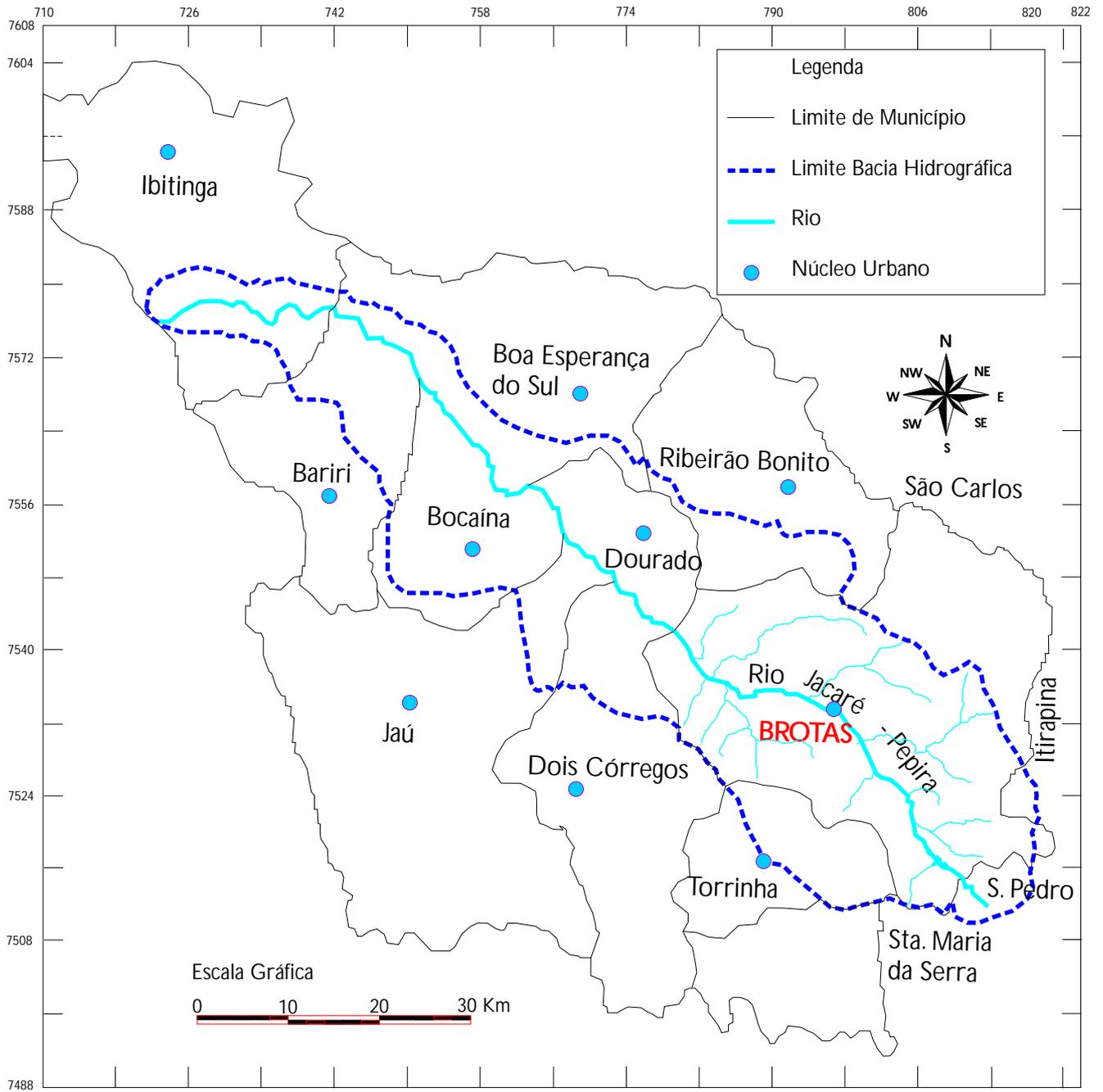
Troppmair (2000) apresenta a densidade da rede de drenagem da área da cuesta, como sendo alta, abrangendo rios pequenos, médios e grandes, do tipo subretangular, pinulada, subparalela e mesmo dendrítica, dependendo do substrato sobre o qual os rios correm.

De acordo com Fúlfaro (apud Geraldo p.5, 1999)

Os cursos d'água, especialmente o principal, ao percorrerem o topo de cada patamar, em função do fraco gradiente, formam áreas inundáveis, estabelecendo-se assim setores escalonados de deposição fluvial. Na transição entre os patamares, os rios formam corredeiras e quedas d'água, geralmente associadas à presença de rochas vulcânicas.

As águas são sem dúvida alguma uma das grandes atrações de Brotas, seja para a realização de atividades como o rafting ou o bóia-cross, ou ainda para a contemplação de cachoeiras e corredeiras, que além da beleza, podem atrair visitantes para banhos e passeios ao entorno de seus recursos.

Figura 2 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Jacaré-Pepira



Mapa base: Prefeitura do Município de Brotas, 2003
Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

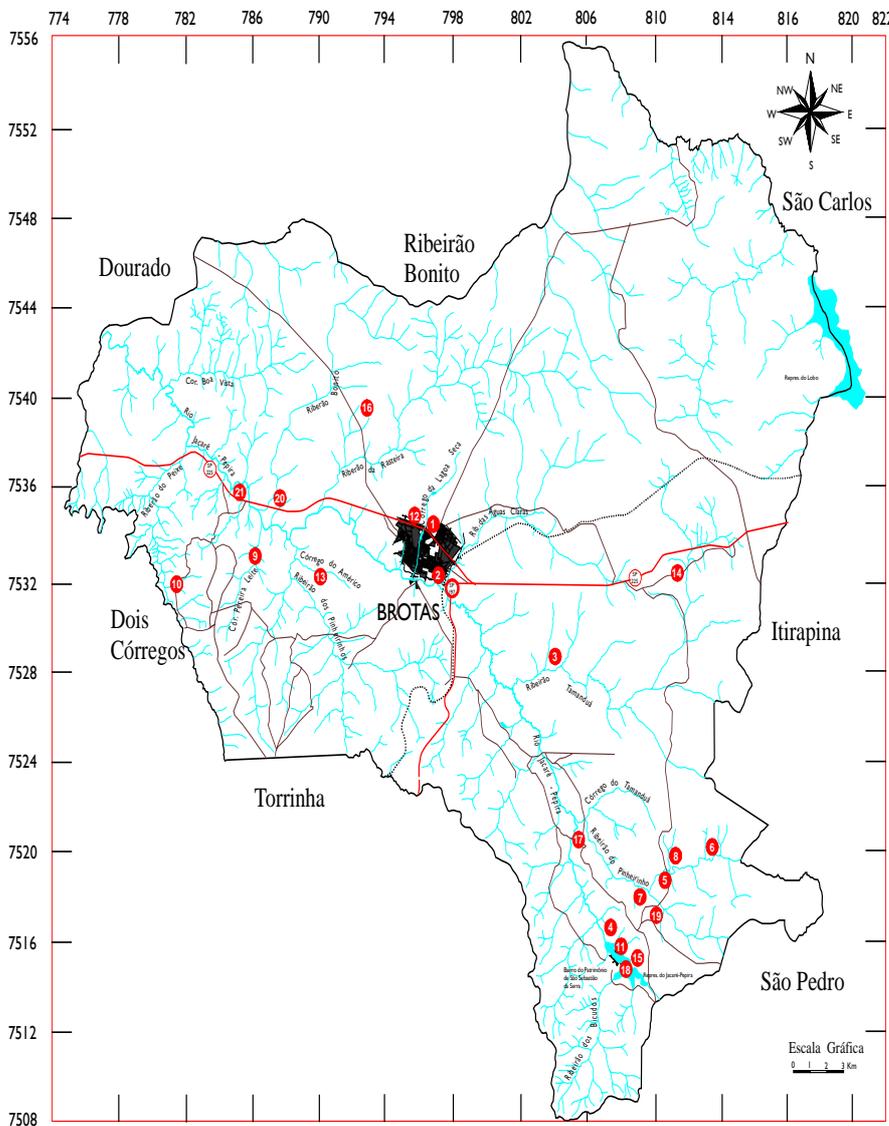


Figura 3 - Mapa Hidrográfico e Principais Pontos Turístico do Município de Brotas

Legenda	
	Área Urbana
	Patrimônio
	Limite de Município
	Rodovia Estadual
	Estadas sem pavimentação
	Rios
	Ferrovia

Pontos Turísticos	
1	ACAMPAMENTO PERALTAS
2	ALAYA - CENTRO DE AVENTURAS
3	AREIA QUE CANTA
4	CACHOEIRA ÁGUA BRANCA
5	CACHOEIRA CASA NOVA
6	CACHOEIRA ESCORREGADOR
7	CACHOEIRA BELA VISTA
8	CACHOEIRA DO ASTOR
9	CACHOEIRAS DO MARTELLO
10	CACHOEIRAS DO SÃO JOSÉ
11	CACHOEIRAS TRÊS QUEDAS
12	CENTRO DE ESTUDOS DO UNIVERSO - CEU
13	FAZENDA DAS PALMEIRAS
14	FAZENDA NOVA AMÉRICA
15	FAZENDA SINHÁ RUTH
16	PESQUE E PAGUE BICA D'ÁGUA
17	RECANTO DAS CACHOEIRAS
18	REPRESA RIO JACARÉ
19	SÍTIO 7 QUEDAS
20	TAPERÃO DOS TRÊS SALTOS
21	TAVOLARO LAZER E AVENTURA

Mapa base: Prefeitura do Município de Brotas, 2003
 Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

1.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

Ao recorrermos a formação histórica do município de Brotas, temos que a região do Jacaré-Pepira era povoada, no século XVII e XVIII, por indígenas de vários grupos

[...] entre eles os caiapós dominavam as partes dos planaltos compreendidas entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes alguns grupos na Alta Sorocabana atual. Finalmente, os caingangues (...) distribuíam-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional.(MONBEIG 1984, p.129).

Com o desenvolvimento da ocupação colonial, os indígenas foram sendo lentamente exterminados e a região passou a ser ocupada por diversos grupos de colonizadores, que buscavam a estabilidade e o enriquecimento no sertão paulista. A porção central do território servia, principalmente, como parada e pouso para tropeiros e viajantes, que procuravam as riquezas do sertão, ou iam em direção as áreas de mineração.

Com o tempo e a decadência da mineração, esses tropeiros, viajantes e suas famílias acabaram fixando-se nas áreas de pouso, na esperança de viver do plantio. Os mineiros foram os verdadeiros desbravadores da área, depois dos indígenas, como nos diz Monbeig (1984)

[...] essa fase mineira teve conseqüências diretas e fortes sobre a grande vaga do café[...] os mineiros abriram aos fazendeiros os caminhos, inaugurando os espigões, suas estradas vieram a ser seguidas; os núcleos de povoamento que fundaram serviram de ponto de apoio e a prática da pecuária pioneira jamais desapareceu completamente.

Assim, “em fins do século XVIII, o português José Ribeiro Silva Reis requereu terras no ‘sertão de Aracoara’ (sesmaria de Araraquara), tomando posse

delas acompanhado dos oito filhos, no local onde se situa atualmente a cidade de Brotas.” (RAMOS, 1996 apud GERALDO p.6,1999)

A construção da capela erguida por Francisca Ribeiro dos Reis em louvor a Nossa Senhora das Dores, entre 1839 e 1840, nas terras herdadas de seu pai, foi o ponto inicial para a fixação do povoado de Brotas, que se deu ao redor da capela, hoje chamada de Capela de Santa Cruz.

O povoado passou a ser distrito em março de 1846, desvinculando-se de Araraquara em 1853 e sendo transferido para Rio Claro. Em 1859, recebeu o status de vila e, em 1892, o de comarca. A elevação à categoria de cidade deu-se em 14 de março de 1894.

Foi entre 1880 e 1910 que as promissoras fazendas de café da região começaram a se desenvolver. Já em 1904/05 havia perto de 70 milhões de cafeeiros na região de Brotas e Jaú, com um aumento de produção muito significativo de 1886 a 1905 de 450.000 a 3.300.000 arrobas (MONBEIG, 1984)

A mão-de-obra escrava não foi muito utilizada nas fazendas da região central do Estado, sendo substituída pelo imigrante europeu, que além de trazer uma nova relação de trabalho, novos hábitos e costumes, também estimulou, de acordo com Giometti (1999), o comércio local e outras atividades econômicas que dariam suporte a esse comércio, tais como cerâmicas, beneficiadoras de grãos, fábricas de calçados, oficinas de reparos e construção de charretes, material agrícola, selarias, olarias, serrarias, armazéns de secos e molhados, oficinas mecânicas e tipografias. Tais atividades impulsionaram a formação da zona urbana, que por sua vez, foi financiada pelo capital cafeeiro.

Podemos frisar ainda, que a expansão da ferrovia como principal meio de escoar a produção cafeeira até os portos de Santos, também contribuiu para o desenvolvimento urbano do sertão paulista. É o que nos confirma Matos, ao afirmar que *“[...] a ferrovia também modelou uma paisagem urbana. A chegada dos trilhos, é quase sempre um marco da história de uma cidade”.* (GIOMETTI, 1999 p.120)

O desenvolvimento local teve seu auge nas décadas de 20 e 30 do século XX, no entanto, depois desse período de prosperidade, a produção de café começou a sofrer um processo de decadência, a principio gerado pela estagnação do solo, que era utilizado de forma ininterrupta, criando a necessidade de buscar novas terras de cultivo e originando novas frentes pioneiras pelo Estado. Além disso, a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 nos Estados Unidos da América afetaram diretamente as nossas negociações com o exterior, gerando queda nas vendas e um período de superprodução.

De acordo com Giometti (1999), o município de Brotas recua sua produção dos anos 20 até os anos 40, permanecendo com essa produção inalterada até os anos 60, quando então tem o declínio definitivo.

Com alguns dados gerais encontrados em Giometti (1999), podemos perceber que, após a decadência cafeeira, os proprietários locais variaram a sua produção entre 1940/1996, passando por criação de gado, que chegavam a ocupar em media 50.000ha, lavouras permanentes, ocupando em media 5.000ha e as temporárias, ultrapassando a média de 13.000ha dentro do período citado. Como principais produtos agrícolas podemos destacar o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, o algodão, a banana, a laranja, o café e a cana-de-açúcar; na produção animal, aves (galo, galinha e frango), bovinos e suínos.

Após a segunda metade do século XX, a porção central do Estado, incluindo então o município em estudo, passou por um período de estagnação econômica, perdendo inclusive em número populacional. A prosperidade trazida pela cafeicultura foi lentamente sendo consumida, as ferrovias foram perdendo o potencial e acabaram por transformar-se em espaços degradados; as grandes mansões do centro da cidade foram em parte abandonadas e as grandes fazendas passaram por um processo de parcelamento, fazendo surgir os sítios e chácaras; os jovens começaram a partir para os grandes centros por falta de oportunidade de estudo e trabalho.

A indústria local nunca se destacou, sendo, desde os tempos áureos do café, uma indústria de gêneros de primeira necessidade. Poucos foram os

estabelecimentos industriais de destaque ao longo da formação e desenvolvimento do município de Brotas. Como afirma Giometti (1999, p.84)

[...] as cidades da bacia do Rio Jacaré-Pepira assumem característica de cidades estagnadas. Não se registra na área estudada um processo de desenvolvimento industrial significativo, pois os lucros gerados pelo café não foram, como nas demais regiões cafeeiras, aplicados no setor urbano e na industrialização. Gradativamente a fase do apogeu vai ficando retida apenas na memória das pessoas que viveram essa época.

1.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATUAL DO MUNICÍPIO

De acordo com dados do IBGE, de 1999, o município tem hoje a economia fundamentada na atividade agropecuária, tendo como principais culturas permanentes o café e a laranja, que juntos ocupam uma área de 10.733ha. Outras culturas permanentes também se destacam, como a produção de abacate, banana, goiaba, mamão, pêssigo, tangerina e limão, ocupando no total 279ha. Culturas temporárias complementam a economia local de forma significativa, como o cultivo da cana e do milho em destaque, além de outros produtos como o arroz, o feijão, a mandioca, o tomate e o abacaxi, todas essas culturas juntas ocupam uma área de 12.855ha.

Na pecuária há grandes grupos de criadores de gado de corte e leiteiro, sendo a maior produção a de bovinos com 48.690 cabeças; em seguida, temos a criação de porcos com 9.510 cabeças e uma significativa criação de aves, que chegam a 652.928 cabeças, entre elas estão galos, galinhas, frangos e pintos. Existe ainda uma produção de 8 toneladas de casulos de bicho da seda e 9.500kg de mel de abelha.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, de 1999, existem 560 empresas com CNPJ no município, estando entre elas as indústrias de transformação, que somam 80, os alojamentos e estabelecimentos de alimentação, somando 56, comércios e reparos de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos com 267, transportes 20, e imobiliárias, serviços coletivos, sociais e pessoais somando 96 no total.

Nos últimos dez anos a atividade turística tem se destacado como atividade econômica local, complementando o orçamento dos grandes proprietários, que abrem suas fazendas para a visitação, visto que nas mesmas existem atrativos naturais como nascentes, cachoeiras, e trilhas em meio a pequenas parcelas de mata nativa.

O turismo tem sido responsável por uma nova utilização econômica do espaço natural e urbano de Brotas, seja através dos passeios contemplativos, ou pela utilização da natureza, como o rio e suas quedas d'água para a prática de atividades esportivas aquáticas. O centro urbano também é ponto de visitação, pois que toma forma de ambiente turístico na recuperação dos grandes casarões dos antigos barões do café, resgatando a beleza de um período histórico e do espaço ao seu redor, que se transforma em área de recepção de turistas.

2 CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO

2.1 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO BROTENSE

Apesar de já existir uma tendência turística em Brotas, devido suas potencialidades naturais, o turismo brotense que tem sua história oficial iniciada a partir da criação da Coordenadoria de Turismo em 1984, era a princípio um turismo ocasional e pouco organizado, ficando na verdade baseado no interesse do visitante que passava pela região em busca de um contato com a natureza e um banho de cachoeira.

No período de implantação de suas primeiras agências turísticas o município de Brotas passava por um dilema econômico, a negociação do suco de laranja estava em queda, assim como o município vivenciava a crise do pró-álcool; somente uma nova atividade econômica devia ser uma opção de solução para a crise. Nesse período, os órgãos públicos foram chamados à atenção por parte de setores da sociedade para o verdadeiro potencial turístico da área.

Assim, a história do turismo de Brotas fundamenta-se verdadeiramente, a partir da tentativa de estabelecimento em Brotas de um curtume no ano de 1992. A administração local, acreditando na possibilidade de trazer empresas e indústrias para o município, e, com isso, mais empregos e recursos econômicos, negociava a implantação do curtume. No entanto, uma parcela de jovens mais esclarecidos sobre os impactos ambientais, poluição do ar e rio, e mesmo sobre problemas causados ao trabalhador, sendo nocivo à saúde e ao bem estar dos mesmos, resolveram lutar contra a instalação do curtume, e criaram um movimento chamado de Movimento Rio Vivo, que tinha como objetivo manifestar-se contra a implantação do curtume em prol da defesa da natureza, do Rio Jacaré-Pepira e mesmo da vida dos possíveis trabalhadores.

O Movimento acabou por impedir a instalação do curtume e passou a sugerir uma nova proposta econômica para o município, que, além de parecer mais saudável, também podia gerar empregos, utilizando-se do potencial natural que a área oferecia – essa atividade era o turismo. Assim, no decorrer do ano de 1992, a ainda, Coordenadoria de Turismo, que passou a configurar-se como Secretaria de Meio Ambiente, Esporte, Recreação, Cultura e Turismo a partir de 1994, incentivou e apoiou o levantamento de atrativos turísticos presentes em Brotas. Tal levantamento foi feito pelo grupo que compunha o Movimento Rio Vivo e deu origem a um catálogo com as principais cachoeiras, que poderiam ser visitadas. Logo após esse levantamento, o mesmo grupo resolveu montar uma agência turística na cidade, dando início à atividade turística como recurso econômico local.

Após a montagem da primeira agência, a Mata'Dentro, ainda no ano de 1992, outras agências foram sendo montadas e pessoas vindas de fora começaram a interessar-se pelo município e seus recursos, e a princípio, em pequena escala foram sendo abertos alguns restaurantes e pousadas, gerando uma infraestrutura inicial para receber os turistas.

Até hoje a cidade apresenta serias falhas em seu processo de recepção dos visitantes; não existe uma sinalização padronizada e nem mesmo um centro de recepção ao turista, que esteja funcionando especificamente para isso, com horário certo de funcionamento e abastecido de informações para quem chega. Até o início de 2004, a recepção do turista estava sendo feita pelo Centro Cultural, que fica no centro da Cidade, onde está a biblioteca e um pequeno museu do café, abertos ao público em horário comercial.

A princípio, as atividades turísticas baseavam-se em visitas a cachoeiras e trilhas em meio aos corredores naturais da área. No entanto, com o desenvolvimento do turismo e com o aumento dos empreendimentos voltados para tais atividades, novas práticas tiveram de ser implantadas como forma de ampliar as possibilidades econômicas do turismo no município.

Com o desenvolvimento do turismo local e o aumento de empreendedores, tanto de agências como proprietários de sítios abertos à visitação, algumas medidas começaram a ser tomadas, e, o processo do que parecia ser a constru o de um ecoturismo seguiu outros rumos. Assim, diante da concorrência e da dificuldade de negocia o que começavam a ser gerada pela disputa entre as agências e proprietários, por volta de 1996,   que as atividades de aventura começaram a ser mais divulgadas e tornaram-se um caminho diferente para o turismo brotense.

No início, as agências levavam os visitantes para as cachoeiras, que ficavam relativamente abertas a isso; com o passar do tempo, os proprietários começaram a ver aí um negócio a ser estabelecido. Somente então,   que proprietários e agências começaram a estabelecer preços para as visita es e porcentagem para as trilhas e passeios orientados pelas agências. Então as agências perceberam que direcionar passeios às cachoeiras não traria por muito tempo uma possibilidade de lucro, e resolveram transformar em um produto turístico, uma atividade já há muito praticada pelos moradores: descer o rio em bóias feitas de câmaras de pneus de caminhão. Surgiram então o bóia-cross e todos os outros esportes praticados no Rio Jacaré-Pepira; depois dos esportes aquáticos, vieram os esportes verticais, como a descida de cachoeiras em cordas, chamado de cascading, e as atividades terrestres, como a cavalgada e as trilhas por entre a mata.

Assim, atualmente o turismo brotense tem como principal característica as atividades de aventura praticadas em meio natural, sendo elas aquáticas, verticais ou terrestres. Podemos notar que cada empreendedor tenta dar uma marca própria para o seu produto diante das atividades a serem realizadas, criando, assim, uma possibilidade maior de concorrência e crescimento para a atividade turística em Brotas.

Além da preocupa o com a diversifica o de atividades a serem oferecidas para os turistas, os empreendedores e o poder público passaram a se preocupar com a organiza o e o controle desse turismo, e a partir de 1999, com

a formação do COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) e a participação em uma reunião do PNMT, resolveram estabelecer algumas diretrizes para o desenvolvimento do turismo local; começou-se, então, a discutir a elaboração de uma Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para Brotas. A PMTS foi discutida e elaborada pelo COMTUR, sendo aprovada como lei pela Câmara Municipal, em novembro de 2002, e, atualmente, é o documento que orienta e direciona a elaboração de planos e projetos para o desenvolvimento do turismo de Brotas em todos os seus desmembramentos.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

O entorno da cidade de Brotas é formado por áreas rurais de produção agropecuária, e, em meio a essa produção, os espaços naturais, representados por cachoeiras, corredeiras e trilhas, destacam-se como atrativos para as aventuras dos turistas.(Fig.4 e 5, p. 58 e 59) E de acordo com Magro (2002, p.5)

Apesar da natureza em Brotas não se apresentar em sua forma mais primitiva, a paisagem é constituída de pequenas propriedades entremeadas por grotas com vegetação nativa e muitas cachoeiras, que conferem á região alto valor paisagístico. Da mesma forma, o fato destas áreas terem sido poupadas do uso para agricultura e pecuária, agregam um grande valor ambiental a nível regional, com representantes de algumas das espécies da fauna e da flora regional.

As grandes propriedades particulares, que abrigam os atrativos naturais, abrem-se à visitação mediante o pagamento de ingresso. Tais propriedades estão sendo equipadas com piscinas, banheiros e playground, além de oferecerem serviços de lanchonete e restaurantes, para recepção dos visitantes.

Em grande parte, esses espaços e recursos são utilizados pelas agências, que se responsabilizam pelas atividades de aventura praticadas em cachoeiras e trilhas, oferecendo os equipamentos, guias e instrutores para a realização das mesmas. Nesse processo existe uma negociação comercial entre donos das propriedades e agências pela utilização do espaço. Tal negociação, como expresso pelos próprios membros, nem sempre é fácil, devido aos interesses financeiros que regem os acordos.

Vários são os atrativos turísticos de Brotas, e entre os principais temos:

- A *Represa do Rio Jacaré-Pepira*, localizada no bairro do Patrimônio (Fig.6, p.60), a 30 km de distância do centro urbano de Brotas, é mais um ponto de interesse turístico. A represa corta uma grande área que tem se estruturado para a prática da pesca, nado e outros esportes náuticos. Muitas casas de veraneio foram construídas no bairro, incentivando a procura do mesmo pelos turistas. A Agência H2omem, que se destaca nas atividades de rapel, cascading, e canyoning (atividades verticais), é a única agência que se estabeleceu no patrimônio, mas já existe no bairro alguma infraestrutura turística, como pousadas, camping e restaurantes.
- As *cachoeiras* (Figs.7,8,9,10, p.61) estão localizadas em varias fazendas e sítios do município, e os mais conhecidos somam, aproximadamente, 23 sítios turísticos, cada um deles apresentando em média três cachoeiras, além de piscinas naturais e alguns equipamentos de esporte aventura, como por exemplo, a tirolesa.
- A *fazenda Areia que Canta* sobressai-se entre os sítios turísticos devido a sua nascente (Fig.11, p.61), que apresenta característica especial na areia: o movimento constante da água em contato com os grãos de quartzo, deixando-os com um formato arredondado, e, ao esfregarmos a areia entre as mãos podemos ouvir um som parecido com o de uma cuíca. Além dessa particularidade, a

Fazenda já tem uma infraestrutura voltada para o turismo, como restaurante e hotel.

- A *Alaya Expedições* trouxe para Brotas, a prática do arvorismo, atividades realizadas sobre as árvores, ou pelo menos acima do chão, em estruturas de madeira e cordas. Cortando a propriedade da Alaya temos o Jacaré-Pepira, que forma, nesse ponto, uma piscina natural chamada pela população de poço; local outrora freqüentado livremente pela população, hoje já não é tão requisitado pela comunidade, pois acabou sendo incorporado pela Alaya e se transformou em um espaço de onde eles partem para a realização do Bóia-cross.
- O *Parque dos Saltos*, localizado no perímetro urbano é formado pelo rio, que corta a cidade com várias quedas e corredeiras, e também abriga um prédio de valor histórico e arquitetônico da antiga usina hidroelétrica do final do século XIX, que, infelizmente está em relativo abandono. (Figs.12,13,14 p.62)
- O *Rio Jacaré-Pepira* (Fig.15, p.62) é o recurso hídrico mais importante do município, como dizem os empreendedores do turismo local, o Rio e suas corredeiras são o carro chefe de toda a atividade turística praticada em Brotas.

Na cidade, ao redor de um pequeno centro urbano (Figs.16,17,18,19,20,21,22,23,24, p. 63 e p.64) temos uma periferia composta de um lado da cidade por conjuntos habitacionais (Figs.25,26,27, p.64), sem muita infra-estrutura, e do outro extremo bairros de padrão mais elevado, e com proximidade maior do centro. As pousadas, que se espalham na área urbana, são freqüentes nas ruas adjacentes a Avenida Mario Pinotti, onde estão o maior número de agências (Figs.16,17,18, p.63) responsáveis pelo turismo aventura e passeios programados.

Como atrativo urbano para os visitantes, Brotas apresenta em sua área central alguns casarões de estilo colonial, do período em que o café enriquecia a

região (Figs.20,21,22,23,24, p. 63 e p.64), além de uma cultura “caipira” misturada com a dos imigrantes italianos, que ali se fixaram para o trabalho nas lavouras de café; tal cultura, ao ser comparada a outras localidades turísticas, manifesta-se de forma tímida na culinária e no artesanato local.

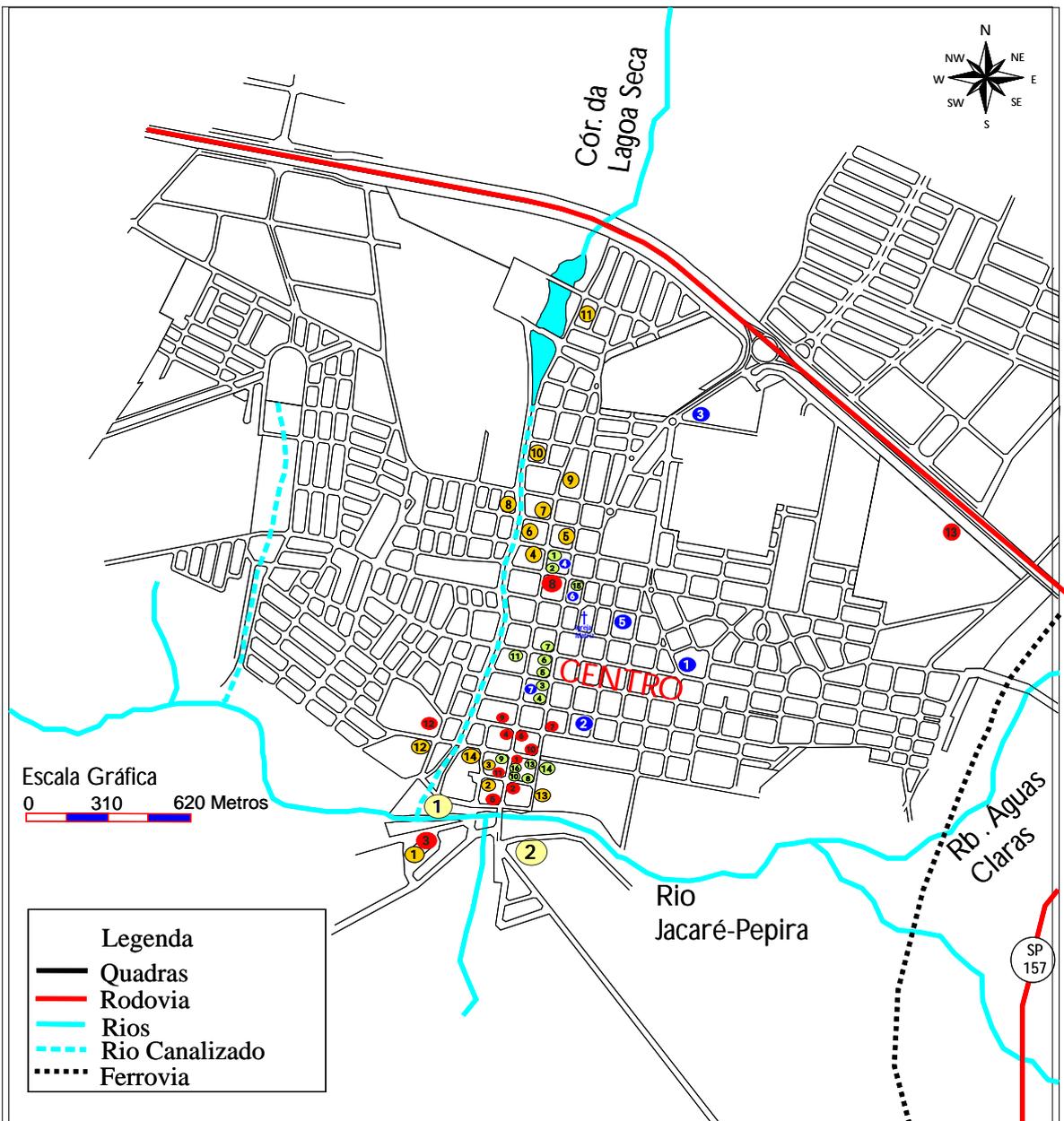
Não podemos deixar de destacar que o verdadeiro atrativo turístico de Brotas é a atividade de aventura, praticada de diversas formas tendo como suporte e instrumentos de realização a própria natureza; por isso, mais do que simplesmente visitar as fazendas com suas cachoeiras e trilhas, os turistas de Brotas procuram por atividades esportivas realizadas em meio à natureza.

Figura 4 - Equipamentos Turísticos na Cidade de Brotas

794

798

7535



7531

AGÊNCIAS	BARES E RESTAURANTES	HOSPEDAGEM	ÚTEIS E COMPRAS
1 MATA DENTRO	1 SABOR E ARTE	1 EST. QUINTA DAS CACHOEIRAS	1 HOSPITAL
2 VACA NAÚTICA	2 COFFE E SHOP	2 POUSADA REC. DO SALTO	2 DELEGACIA
3 VIAS NATURAIS	3 BAR E REST. CAMILO	3 CASA E CIA	3 RODOVIÁRIA
4 TERRITÓRIO SELVAGEM	4 PIZZARIA DI NAPOLI	4 CASARÃO HOTEL	4 ATELÊ DE ARTS
5 BROTAS AVENTURA	5 PIZZARIA T. DE PISA	5 POUSADA C. DAS ÁGUAS	5 CASA DA CACHAÇA
6 ALAYA EXPEDIÇÕES	6 PASTEL E CIA	6 H. VIVENDA DAS CACHOEIRAS	6 CASA DO ARTESÃO
7 VIDA E AVENTURA	7 BAR PAULISTANO	7 HOTEL ALVORADA	7 COISAS DE BROTAS
8 COLCA	8 CASCA D'ANTA	8 POUSADA DAS ARARAS	
9 ÁGUAS RADICAIS	9 MALGUETA	9 POUSADA DO SOL	
10 TERRA DE AVENTURA	10 CASA DO TURISTA	10 POUSADA BROTO D'ÁGUA	
11 ECO AÇÃO	11 RECANTO	11 POUSADA DO LAGO	
12 PONTO DE PARTIDA	12 APPALOOSA REST. E CHOP.	12 CAMPING E LAZER JACARÉ	
	13 SANTA PAPA	13 CAMPING BEIRA RIO	
	14 PIZZARIA OLIVIA	14 CAMPING GRAMA VERDE	
	15 QUIÇAÇA		
			PONTOS TURÍSTICOS
			1 PARQUE DOS SALTO
			2 LARGO SANTA CRUZ

Mapa base: Prefeitura do Município de Brotas, 2003
 Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

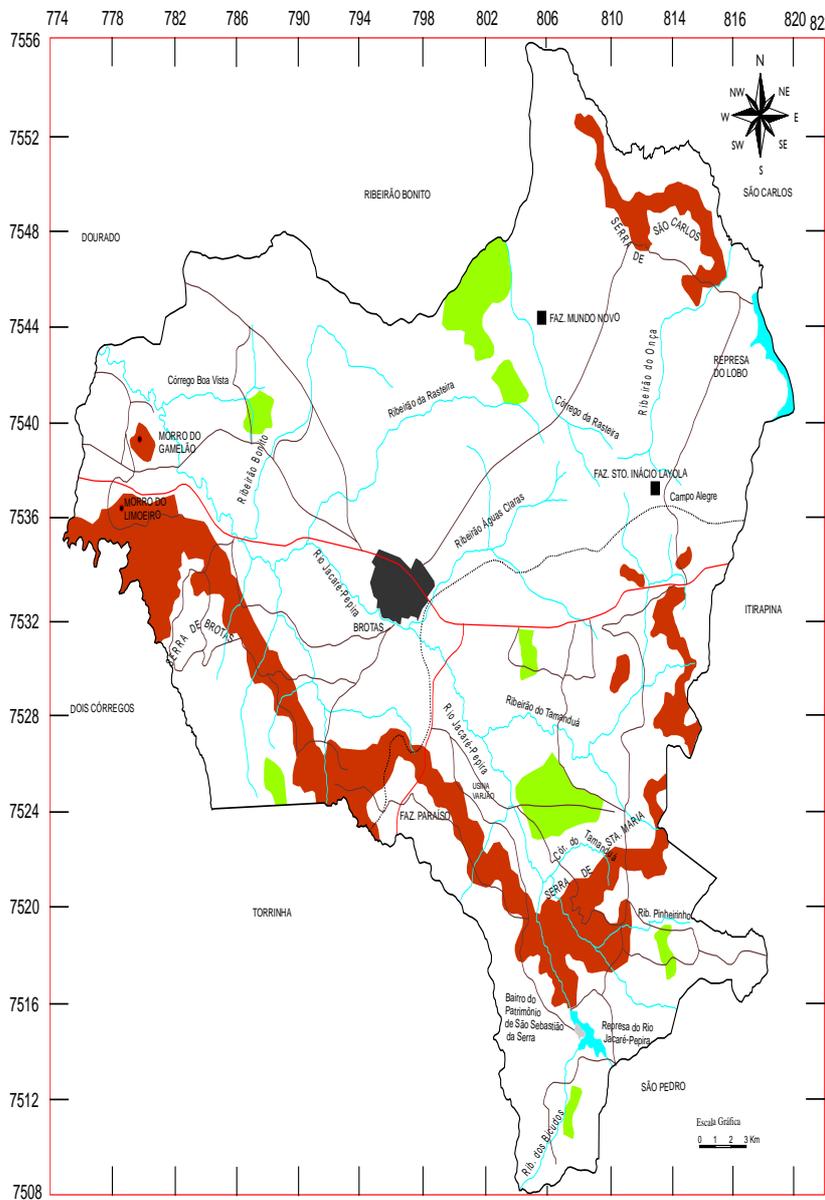


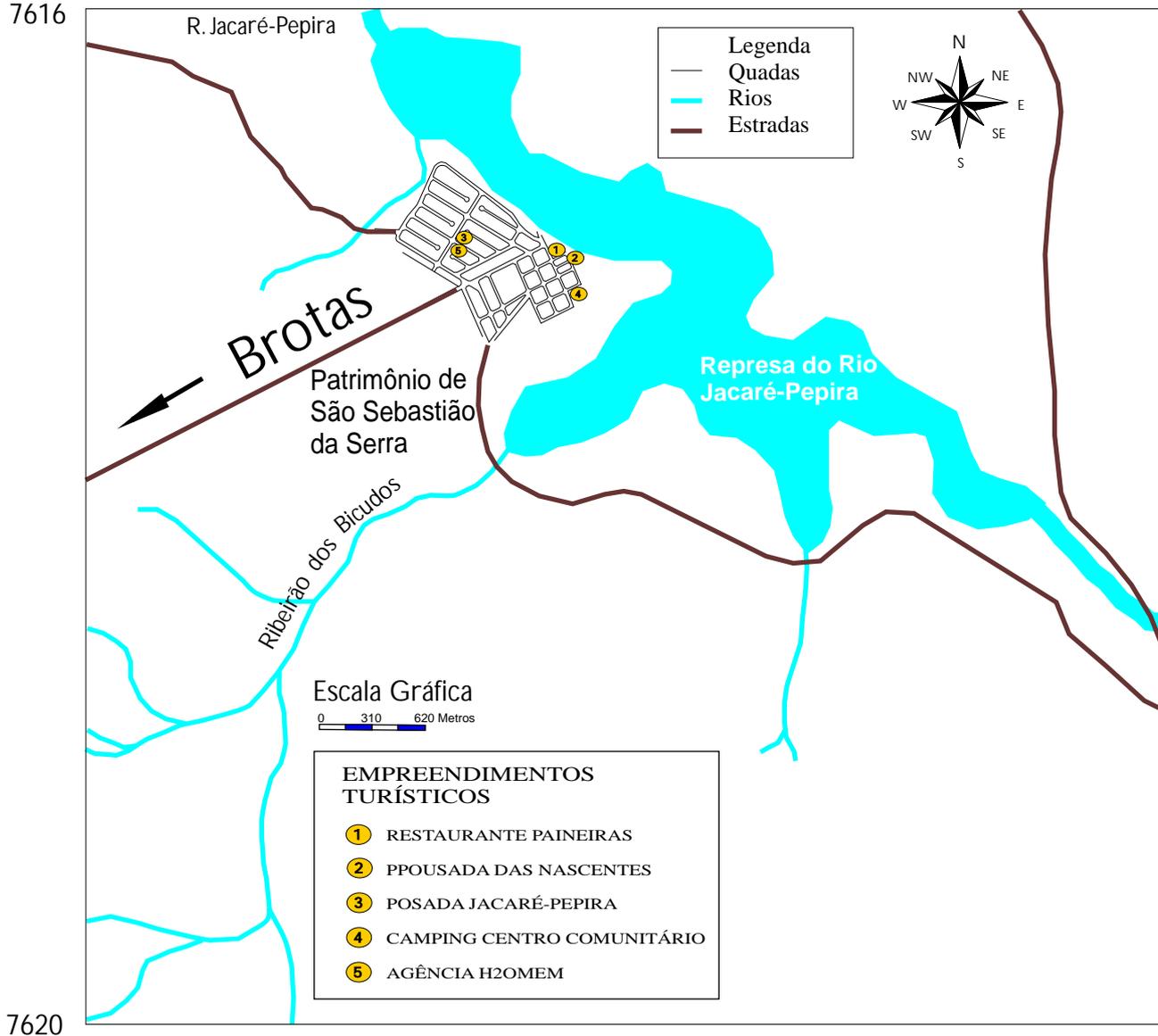
Figura 5 - Mapa dos Recursos Turísticos do Município de Brotas

Mapa base: Arnaldo Rosalem, 2003
 Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

Figura 6 - Mapa do Bairro do Patrimônio de São Sebastião da Serra

806
7616

810



7620

Mapa base: Prefeitura do Município de Brotas, 2003
Desenho: Plínio Marcos Dainezi, 2003

ATRATIVOS TURÍSTICOS DE BROTAS



Figura 7. *Recanto das Cachoeiras*
Foto cedida pela Diretoria de Turismo Turismo



Figura 8. *Cachoeira Bela Vista*
Foto cedida pela Diretoria de Turismo



Figura 9. *Cachoeira Do Martelo*
Foto cedida pela Diretoria de Turismo Turismo



Figura 10. *Cachoeira Cassorova*
Foto cedida pela Diretoria de Turismo



Figura 11. *Nascente da Areia Que Canta*

ATRATIVOS TURÍSTICOS DO CENTRO DA CIDADE



Figura 12. *Parque dos Saltos*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 13. *Ponte da Usina do Parque dos Saltos*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 14. *Antigo prédio da Usina do Parque dos Saltos*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 15. *Rio Jacaré-Pepira*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 16. *Agências e Hospedagens da Cidade*
Foto Jucilene Galvão



Figura 17. *Agências e Comércio da Cidade*
Foto Jucilene Galvão



Figura 18. *Agências de esporte aventura*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 19. *Rua central de bares e restaurantes*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 20. *Casarão do Período Cafeeiro*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 21. *Prédios Históricos– Centro Cultural*
Foto cedida pela Prefeitura



Figura 22. *Prédios Históricos – Grupo Escolar*
Foto de Jucilene Galvão

Figura 23. *Câmara Municipal*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 24. *Igreja Matriz*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 25. *Conjunto Habitacional*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 26. *Rua Periférica da Cidade*
Foto de Jucilene Galvão



Figura 27. *Rua Periférica da cidade*
Foto de Jucilene Galvão

2.2.1 ATIVIDADES DE AVENTURA PRATICADAS NA ÁREA DE ESTUDO

As atividades de esporte aventura, realizadas por todo o município, dividem-se em atividades verticais, como canyoning/cascading (descida em cachoeiras ou quedas d'água em cordas, ou equipamentos específicos, utilizando a técnica de rapel – fig.28, p.67), rapel (técnica de progressão vertical, que consiste em descer paredões de rochas), tirolesa (travessia de um terreno elevado a outro em cabo de aço – fig.31, p.67) e verticália (arvorismo, atividades por sobre as árvores); atividades aquáticas, como bóia-cross (descida em corredeiras em bóias especiais – fig.29, p.67), rafting (descida em corredeiras em botes – fig.30 p.67), duck (descida em corredeiras em caiaque inflável), canoagem (descida em corredeiras em caiaques – fig.33, p.67), acuaride (descidas em corredeiras em bóias semelhante ao bóia-cross), hidro speed (descidas em corredeiras nível II a IV deitado sobre uma prancha com nadadeiras e equipamentos de segurança); e atividades terrestres, como cavalgada (trilhas curtas ou longas a cavalo), trekking/hikking (caminhadas a pé de longo ou curto percurso, por entre as trilhas), e mountain bike (Trilhas feitas de bicicleta, por entre os espaços naturais – fig.32, p.67). As atividades são monitoradas por equipes de guias e instrutores preparados pelas agências que operam o turismo aventura na área. Existem por volta de 17 agências atualmente em Brotas.

O município possui uma agenda cultural que se estende pelo ano todo, com destaque para as festas religiosas tradicionais, como a folia de reis, festa do Padroeiro do Bairro do Patrimônio, festa de Santa Cruz, festas Juninas, festa da Padroeira Nossa Senhora das Dores e festa de São Benedito. E as festas profanas, como o carnaval de rua, o Forrobodó resgatando as festanças caipiras do mês de julho e a festa do Folclore.

Além das festas, são os campeonatos e apresentações esportivas que mais atraem visitantes para o município; por isso, na intenção de intensificar seus atrativos esportivos, vários são os campeonatos que se fixam em Brotas desde o

ano 2000, como por exemplo, o Campeonato paulista de Canoagem – modalidade Slalom; copa Direct TV de Motain Bike Amador, Etapa do Campeonato Brasileiro de Acqua Ride, o Raid Brotas “Extreme”, Campeonato Paulista de Rafting e a Etapa da Copa Brasil de Trekking.

As atividades chamadas de atividades ecoturísticas são as caminhadas pelas trilhas, que levam às cachoeiras, e, as atividades que de modo geral, são feitas por entre os espaços naturais. São poucos os programas específicos de ecoturismo voltados para o estudo das áreas naturais e para a educação ambiental, como por exemplo, alguns projetos realizados por algumas agências com alunos das escolas públicas locais, ou com grupos da melhor idade, quando alguma gincana em prol do meio ambiente é feita, ou algum passeio para as crianças conhecerem a área, ou até contribuírem para a limpeza de local eleito para a atividade.

As trilhas orientadas são oferecidas por poucas agências e baseiam-se em acompanhamento de grupos por guias, que orientam a convivência momentânea do turista com o espaço da trilha, apresentando e oferecendo algumas informações sobre os recursos naturais da área. Na maior parte das vezes, os turistas vão direto aos sítios turísticos, pagam ingresso e percorrem, sem orientação profissional e mais específica, de guias ou mesmo do proprietário, as trilhas que levam às cachoeiras, tomam banho e passam alguns minutos ou horas em meio aquele espaço natural, depois seguem para outra trilha e outra cachoeira que compõem o mesmo sítio, orientados pelas placas de sinalização, que não seguem necessariamente um padrão. Após os passeios os visitantes descansam e alimentam-se nas lanchonetes ou restaurantes da própria fazenda. Essa atividade, que dura por volta de algumas horas, é o que os proprietários e organizadores do espaço turístico de Brotas chamam de ecoturismo.

ESPORTES DE AVENTURA PRATICADOS EM BROTAS

(Todas as fotos dessa página foram cedidas por Mata'Dentro Agência de Esporte Aventura)



Figura 28. Atividade vertical – Canyoning



Figura 30. Rafting – Atividade Aquática



Figura 29. Atividade Aquática - Bóia-Cross



Figura 31. Tirolesa – Atividade vertical

Figura 33. Caiaque em Corredeira – Atividade Aquática



Figura. 32 - Mountain bike – Atividade



2.3 ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO EM BROTAS

Vários órgãos foram criados para a organização e regulação do turismo em Brotas, e como principais destacamos:

- A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esporte e Recreação, Cultura e Turismo (1994);
- A Diretoria de Turismo (1994);
- O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR/1999);
- O Grupo de Análise Técnica de Empreendimentos Turísticos (GATET/2004);
- Algumas outras diretorias ou secretarias, que auxiliam na organização do turismo, como a de Meio Ambiente, Obras Públicas e a de Segurança.

Além dos órgãos responsáveis pela organização do turismo em Brotas temos hoje uma Política Municipal de Desenvolvimento sustentável do Turismo (PMTS), estabelecida pela Lei Municipal nº 1.846 de 26 de novembro de 2002, como principal instrumento de planejamento para todas as atividades vinculadas ao turismo, e que tem como objetivo central regular, planejar e direcionar o turismo de Brotas, de forma que o mesmo se desenvolva dentro da idéia de sustentabilidade. A PMTS complementa-se e apóia-se em vários outros instrumentos e planos.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esporte e Recreação, Cultura e Turismo, funciona hoje em um local construído especificamente para ela, em um espaço dividido pelas Diretorias de Meio Ambiente, Turismo, Esporte e Recreação

e Cultura, e onde se pretende instalar um Centro de Recepção ao Turista, e oferecer palestras e cursos voltados ao turismo e ao Meio Ambiente.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) é um órgão que nasceu nos municípios turísticos através das propostas do Governo Federal de incentivo ao desenvolvimento do turismo em municípios, e foi direcionado pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), por isso traz em seu âmago a estruturação do turismo partindo do local e dos interesses internos do município. O COMTUR de Brotas foi criado através da Lei nº 1.627/99 junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esporte e Recreação, Cultura e Turismo, como apresenta os artigos 2 e 4 da Lei 1.627:

[...] um órgão Deliberativo, Consultivo e de Assessoramento, responsável pela conjunção entre Poder Público e a Sociedade Civil, tendo por objetivo formular a política municipal de turismo, visando o desenvolvimento do 'Turismo Sustentável', criando as condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística, bem como a da preservação e a conservação ambiental do Município de Brotas, Estado de São Paulo." (BROTAS, 1999)

O COMTUR é um conselho composto por membros representantes de todos os segmentos do turismo em Brotas e dos órgãos públicos municipais, sendo assim está formado de acordo com o artigo 6º da lei que o regulamenta por:

- *02 representantes escolhidos pelo Prefeito, sendo um nomeado para a presidência do Comtur e o outro para a chefia da secretaria executiva,*
- *1 representante do setor de hospedagem,*
- *1 representante dos setores de alimentação,*
- *1 representante dos atrativos turísticos (sítios),*
- *1 representante do setor de agências e operadoras locais,*

- *1 representante dos guias/monitores locais,*
- *1 representante do setor de artesanato,*
- *1 representante da Associação Comercial,*
- *1 representante escolhido pela sociedade local representando uma ONG local,*
- *1 representante da Diretoria de Turismo e Cultura,*
- *1 representante da Diretoria de Meio Ambiente,*
- *1 representante da Diretoria Financeira,*
- *1 representante do Departamento Jurídico da Prefeitura,*
- *1 representante da Secretaria Municipal de Educação,*
- *1 representante da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos Municipais.*
- *Poderão existir convidados especiais permanentes desde que a indicação seja aprovada em reunião do Conselho. (BROTAS, 1999)*

As reuniões do COMTUR são convocadas uma vez por mês e, havendo necessidade, em períodos extraordinários, sendo divulgadas e abertas ao público que queira assistí-las; no entanto, só têm direito de voto nas decisões os membros oficiais do conselho. A partir de 1999, todas as decisões importantes sobre o desenvolvimento do turismo em Brotas passaram a ser discutidas em reuniões e decididas por seus representantes.

Foi através das reuniões do COMTUR que os problemas com o turismo em Brotas começaram a ser discutidos, constatando-se, que o crescimento acelerado do turismo brotense deveria ser direcionado de forma mais direta pelos órgãos públicos e que algumas regras deveriam ser criadas para melhor orientar esse crescimento. Assim, a Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, tendo como Secretária Daniela Nascimento, passou a discutir e incentivar a elaboração

de uma Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PMTS), que passasse a direcionar e controlar o turismo e todos os empreendimentos voltados para o mesmo, que se estabelecessem em Brotas.

A PMTS que foi aprovada e regulamentada pela Lei 1.846 de novembro de 2002 e teve sua elaboração vinculada diretamente ao COMTUR; pode ser considerada como o principal instrumento de planejamento do turismo de Brotas, na qual se encontram as diretrizes para o controle e a organização de todas as atividades relacionadas com o turismo no local.

Como instrumento de planejamento voltado para o turismo, ela se propõe em seu segundo artigo da Lei que a regulamenta a *“estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir a preservação da biodiversidade, a organização empresarial e o envolvimento da comunidade local”*. (BROTAS, 2002)

O artigo 3º da Lei 1.846 apresenta os objetivos da PMTS, que seguem abaixo:

- I. planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município, de forma a desenvolvê-la em harmonia com a preservação da biodiversidade, a conservação dos ecossistemas regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, visando melhorar as condições de vida da população local;*
- II. Incentivar a redução de resíduos, bem como seu tratamento e destinação final;*
- III. Estabelecer o número ideal de usuários dos atrativos e das atividades, monitorando o impacto e controlando o crescimento do turismo e evitando a degradação ambiental, garantindo a qualidade dos produtos e serviços;*

- IV. *Fortalecer a cooperação interinstitucional, congregando os segmentos sociais interessados em investir e desenvolver a conservação do meio ambiente, promovendo a sinergia entre os segmentos da iniciativa privada, do setor público, da comunidade local e dos turistas/consumidores;*
- V. *Estabelecer sistema de licenciamento Turístico Ambiental – LTA, para as atividades, produtos e serviços turísticos oferecidos, com a formação de um cadastro municipal, que identifique tais empreendedores e prestadores de serviços;*
- VI. *Promover a conscientização, capacitação e estímulo da população local, para a atividade do turismo sustentável;*
- VII. *Identificar e otimizar o potencial turístico do Município, mediante ações governamentais e apoio da iniciativa privada;*
- VIII. *Garantir a conservação de áreas representativas dos ecossistemas naturais da região, mediante o apoio à criação e manutenção de Unidades de Conservação públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;*
- IX. *Promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do turismo, respeitando o número ideal de usuários para cada ecossistema;*
- X. *Promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental;*
- XI. *Valorizar e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais;*
- XII. *Garantir a participação efetiva da comunidade local nas instancias decisórias, nos moldes da Agenda 21.*

A PMTS ainda apresenta em sua Lei de regulamentação, instrumentos que lhe fará o funcionamento possível, dando-lhe subsídios para ação, são eles O

Plano Diretor de Turismo, o Zonamento Ambiental, O Plano de Manejo para as Unidades de Conservação, públicas e privadas, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), o Licenciamento Turístico Ambiental (LTA), o Sistema Municipal de Monitoramento e Controle da Visitação Turística.

O plano Diretor de Turismo, bem como o próprio Plano Diretor do Município, o Zoneamento Ambiental e o Plano de Manejo para as unidades de Conservação, públicas e privadas, não foram elaborados até a finalização da nossa pesquisa.

O Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), foi regulamentado pela Lei 1.858 de 19 de março de 2003 e tem como principal objetivo, em seu artigo 2º, fomentar o desenvolvimento do Turismo Sustentável no Município de Brotas, através da captação de recursos materiais, humanos e financeiros, por meio de parcerias, convênios, patrocínios públicos ou privados. (BROTAS, 2003)

Os recursos do FUMTUR serão destinados para o desenvolvimento de projetos vinculados ao desenvolvimento do turismo sustentável de Brotas, sempre visando à divulgação, ampliação e manutenção do mesmo. Assim, visará projetos de proteção e recuperação do patrimônio natural, cultural e dos atrativos, a capacitação e treinamento profissional, eventos e campanhas educacionais, culturais e esportivas compatíveis com a conservação do meio ambiente, projetos de implantação de atividades, marketing, monitoramento de impactos, melhora de infraestrutura turística, serviços e equipamentos, sinalização, informação, segurança, mapeamento, revitalização de áreas atrativas, implantação de trilhas, mapeamento (BROTAS,2003). A liberação dos recursos estará vinculada a aprovação do COMTUR, que tem 90 dias para responder ao pedido.

O Licenciamento Turístico Ambiental (LTA) aprovado pela Lei 1.874 de junho de 2003, é o instrumento utilizado pelos órgãos públicos para licenciar a localização, instalação e operação de empreendimentos turísticos, que se utilizam dos recursos ambientais, e que possam poluir ou degradar o ambiente, de acordo com as disposições legais e regulamentares e de normas técnicas aplicáveis ao caso (art. 1º da Lei 1.874). É através do LTA que o poder público municipal

fornece a Licença Turística Ambiental (LITA) “*que estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental e turístico, que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica...*” (BROTAS, 2003).

O Sistema Municipal de Monitoramento e Controle da Visitação Turística (SMCV) é “*o conjunto de ações e instrumentos colocados à disposição do poder público para controlar o número ideal de usuários nos atrativos e práticas turísticas, garantindo a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade, sem comprometer o meio ambiente, a segurança do consumidor e a qualidade dos produtos turísticos oferecidos*” (BROTAS, 2003), entre os principais objetivos do SMCV estão o controle da visitação turística nos atrativos naturais, através de um ingresso ou *voucher*, gerar recursos financeiros para viabilizar a manutenção do sistema com monitoramento, licenciamento e fiscalização, além de estimular os empresários do turismo a regularizarem seus produtos e serviços, constituindo-se formal e juridicamente, de acordo com as normas fiscais, tributárias e do LTA do município.

O Grupo de Análise Técnica de Empreendimentos Turísticos (GATET) é por fim, um órgão que tem por princípio centralizar e agilizar o trâmite dos projetos turísticos, apresentados para apreciação dos órgãos municipais.

A PMTS teve como uma de suas fontes de inspiração o exemplo do município de Bonito no Mato Grosso do Sul, que tem bases semelhantes ao turismo brotense. Isso é verificado na utilização do *vaucher* prática de controle da visitação aos sítios turísticos, que já tem sido utilizada pelo município de Bonito há algum tempo, e esta em vias de ser implantada em Brotas. Os organizadores do turismo de Brotas mantiveram contato com os organizadores do turismo de Bonito, para troca de experiências. Entre esses organizadores estava o advogado que auxiliou no processo legal da implantação do sistema de *vaucher* em Bonito, e que venho orientar legalmente os grupos de trabalho na elaboração da PMTS de Brotas.

Percebeu-se, nas entrevistas, uma intenção de se evitar os problemas detectados em Bonito, como o abuso na emissão dos respectivos voucher, assim como outras deficiências no planejamento e desenvolvimento do turismo.

CAPÍTULO III

DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO - (PMTS) DE BROTAS

3.1 ANÁLISE DA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO (PMTS)

O planejamento tem-se tornado um instrumento fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento de atividades econômicas e sociais. Buarque (2002, p.81) nos diz que o planejamento

Parte do princípio de que o futuro pode ser construído pela sociedade; mas entende que essa construção tem raízes na história, no passado recente e na realidade atual, definidora dos limites do possível. Como um instrumento para 'fazer o seu destino', o planejamento é o espaço de construção da liberdade da sociedade dentro das circunstâncias, delimitando o terreno do possível para implementar as mudanças capazes de moldar a realidade futura.

Assim, é nítida a importância do planejamento como instrumento capaz de direcionar o desenvolvimento do turismo, como uma atividade econômica em expansão dentro de um município, que pretende ter crescimento econômico aliado ao bem estar da sua população.

Pensando no que nos diz Buarque (2002) e aliado à visão de Carvalho (1978), colocando o planejamento como um processo lógico, que auxilia o comportamento humano racional no desenvolvimento de atividades intencionais futuras, temos de considerar que o mesmo deve ser feito dentro de etapas a serem cumpridas, afim de não se perder em sua construção coletiva.

Carvalho (1978 p.17) apresenta-nos algumas *“fases que se sucedem e interagem sistematicamente na elaboração do planejamento enquanto instrumento de desenvolvimento e organização para um determinado fenômeno”*. Tais etapas são estabelecidas por ele como: *“conhecimento da realidade, decisão, ação e crítica”*.

Tendo a atividade turística como o fenômeno a ser planejado, podemos citar Barretto (1991) que diz ser o planejamento gerado pela necessidade de adequação entre fluxo turístico e núcleo receptor, de forma a atender as expectativas do primeiro sem esquecer os direitos do segundo. E para ela em um processo racional as etapas do planejamento podem ser classificadas em: *“reflexão diagnóstica, ação, e reflexão crítica”*.

Na verdade, o que Carvalho (1978) chama de conhecimento da realidade Barretto (1991) apresenta como reflexão diagnóstica; o que ele propõe como decisão e ação, ela engloba em apenas ação; e o que é momento da crítica para ele é visto como reflexão crítica por ela. Podemos, portanto, afirmar que os dois seguem a mesma linha de pensamento dentro das propostas de planejamento; linha esta utilizada como base para nossas reflexões. Assim faremos a análise do processo de planejamento de Brotas baseados nas seguintes etapas: conhecimento da realidade ou diagnóstico, tomada de decisão, ação e reflexão crítica.

CONHECIMENTO DA REALIDADE OU DIAGNÓSTICO

O primeiro passo importante a ser dado em direção ao entendimento do turismo brotense seria defini-lo, levando em consideração suas atividades e, assim delimitá-lo dentro de uma categoria específica de turismo. Pois, se o

planejamento é um instrumento de gestão de uma atividade, visando seu melhor desenvolvimento e resultados futuros, devemos partir da observação e do entendimento de seu funcionamento real. Caminhando dentro da fase de conhecimento da realidade do objeto a ser planejado, e, começando então a fazer o que os planejadores chamam de diagnóstico da situação observada.

Na tentativa de estabelecer o funcionamento do turismo brotense e assim defini-lo dentro de uma categoria turística, deparamo-nos com uma grande questão: é o turismo de Brotas, um ecoturismo ou um turismo de aventura? Tal definição ainda não parece clara entre os gestores do turismo em Brotas.

Então, parece importante frisar, que ao pensar em elaborar um plano ou política de regulamentação para o turismo em Brotas, seus membros seguiram a idéia de organização para um ecoturismo, pois é possível verificar que na elaboração da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Brotas (PMTS) foi o conceito de ecoturismo que norteou as discussões. No entanto, apesar de a PMTS estar baseada e estruturada dentro dos mesmos parâmetros das Diretrizes para Uma Política Estadual de Ecoturismo¹, ou seja, muito mais fundamentada na hipótese de um turismo de contemplação e voltado para a interação do turista com a natureza, percebemos com o passar do tempo a preocupação dos órgãos locais com as atividades de aventura e seu desenvolvimento, quando nos deparamos com as leis complementares feitas para reger essas atividades.

Sabemos que o turismo praticado no município é um turismo voltado diretamente para a natureza, no entanto, defini-lo como ecoturismo é deixarmos de lado varias das principais características dessa modalidade de turismo, como por exemplo, a idéia de que para uma atividade turística ser considerada ecoturismo deve ter em sua base prática a idéia da preservação do espaço natural, do aprendizado e do envolvimento do próprio turista na manutenção, e

¹ Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, em 1996 que tinha como objetivo direcionar o desenvolvimento do ecoturismo no estado seguindo as idéias centrais das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, criada em 1994 em uma parceria entre o IBAMA e a EMBRATUR

quando necessário na recuperação dos recursos naturais, conservando-os, então, para o futuro.

A prática do turismo em Brotas envolve, principalmente, a idéia da aventura como já mencionado no segundo capítulo; os visitantes de Brotas são, em geral, pessoas que gostam de estar em meio à natureza, mas isso não faz deles ecoturistas. Na verdade, a grande maioria das pessoas, que buscam Brotas na intenção de fazer turismo, já vão para lá com uma programação turística bem definida, e, nessa programação, prevalecem as atividades esportivas realizadas em meio à natureza. Assim, apesar de se lançar na mídia como uma cidade ecoturística, Brotas é, em sua essência e estrutura, uma cidade da prática do turismo de aventura, sendo ele envolto pela natureza local, que é, na verdade, sua base de existência.

Em trabalhos de campo e em entrevistas junto aos envolvidos com o turismo no município de Brotas, pudemos concluir que os empreendedores ainda querem passar uma imagem, de que o turismo estabelecido em Brotas pode ser categorizado como Ecoturismo, apesar, deles mesmos admitirem que as atividades de aventura exercem a mais forte atração para os visitantes do local.

Talvez esse pudesse vir a ser um ponto de entrave no processo de planejamento local, visto que ao entender a realidade a ser planejada, os equívocos de categorização do turismo e suas atividades, poderiam dificultar a orientação da realidade vivida em Brotas. Afinal, planejar um turismo pouco impactante baseado na idéia de preservação e praticado por pessoas, que se envolvem diretamente com a natureza, buscando nela caminhos para o aprendizado de sua proteção e empenhando recursos científicos e culturais para isso, não é o mesmo que planejar um turismo, tendo como base principal a utilização da natureza como instrumento de realização para as atividades de aventura, porque, nesse caso, o aventureiro, poucas vezes, preocupa-se com a proteção da natureza e pouco interage com ela em busca de aprendizado; a natureza é para ele apenas o suporte de seu esporte e o pano de fundo, que embeleza o espaço vivido.

Como já mencionado, a categorização errônea do turismo brotense não trouxe grandes problemas para o processo de planejamento do turismo local, porque seus gestores corrigiram o problema com uma legislação complementar sobre as atividades esportivas, limitando seus impactos negativos e possíveis problemas.

O processo de planejamento do turismo em Brotas, de acordo com Nascimento (2003, p.20)², secretária de turismo na época da elaboração da lei, seguiu algumas etapas listadas a baixo:

- *Compilação legislativa e embasamento técnico-jurídico;*
- *Discussão com GTs (Grupos de trabalho do COMTUR);*
- *Administração de conflitos;*
- *Verificação de campo;*
- *Reuniões técnicas com empresários locais, departamentos da Prefeitura Municipal, IPEF-ESALQ, DEPRN e EMBRATUR;*
- *Elaboração dos documentos necessários ao processo de normatização em curso, atas, relatórios e minutas;*
- *Elaboração dos regulamentos das atividades, empresas turísticas e das questões afins, em forma de relatórios finais, de deliberações normativas do COMTUR e de minutas de projetos de lei;*
- *Aprovação do COMTUR;*
- *Aprovação da Câmara Municipal.*

² Optamos por não entrevistar Daniela Nascimento, por termos participado de um mini-curso ministrado pela mesma na Unesp- Rio Claro, intitulado “Ecoturismo e Sustentabilidade”, no qual tivemos contato direto com Daniela, e pudemos conversar sobre o seu trabalho em Brotas.

De acordo com tais itens seguidos para a preparação da PMTS, podemos supor que os membros do COMTUR tiveram um preparo para a elaboração da PMTS. Não tivemos acesso a nenhum material de preparo específico para as discussões, no entanto existem alguns documentos na Diretoria de Turismo, que são de acesso livre, e que apresentam um diagnóstico do turismo brotense, sendo eles: uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 1995, que tinha como objetivo levantar o potencial ecoturístico local, apresentando dados estatísticos da época e incentivando o desenvolvimento do turismo no município, um projeto para a implantação do ecoturismo no município, elaborado por membros da Prefeitura no ano de 1994, que também oferece alguns dados sobre a potencialidade local para o ecoturismo, e existe também a pesquisa realizada por membros da ESALQ e coordenada pela Prof. Dra Tereza Cristina Magro, que teve como objetivo principal, diagnosticar impactos ambientais provocados pelo turismo, e que ficou pronta em 2002, sendo assim o material mais recente sobre o turismo de Brotas. Ao nosso ver, esses materiais oferecem recursos para a o entendimento do turismo brotense, mas não de forma ampla e global como deveria ser, além de estarem em alguns aspectos já ultrapassados ou com dados desatualizados.

Ao entrevistarmos os empreendedores, principalmente os donos de agências, pudemos perceber o quanto eles têm uma noção clara do desenvolvimento do turismo local, e é perceptível, uma visão crítica a respeito do andamento da atividade. No entanto, esse conhecimento não é de toda a comunidade brotense, mas apenas dos membros ligados ao turismo e isso deveria ser corrigido. Uma possibilidade de correção para esse erro, seria o trabalho de conscientização e esclarecimento da população e, não só de membros participantes do COMTUR, a respeito do que vem a ser um turismo sustentável e da importância de manutenção dos recursos naturais e socioculturais para que o mesmo ocorra.

Somente através da compreensão do que seja um turismo de natureza sustentável, é que se podem elaborar propostas de regulamentação para o mesmo, como limitar usuários para as atividades, e mesmo limitar a implantação de novas pousadas e empreendimentos para o desenvolvimento do turismo local,

se as pessoas interessadas não estiverem muito bem esclarecidas sobre a importância dessas limitações e, mais do que isso, não compreenderem, que somente através desse controle de impactos é que o turismo local pode desenvolver-se a longo prazo, nenhum dos objetivos direcionados para essas questões serão praticados.

Para o reconhecimento da realidade do turismo em Brotas é necessário coletar dados a respeito do funcionamento do turismo de forma sempre atualizada, problemas devem ser listados, assim como os benefícios que o turismo tem trazido à comunidade como um todo, visando a ampliação desses benefícios ao longo do planejamento. Relatórios sobre cada sítio ou espaço visitado devem ser feitos com o máximo de detalhamento, desde localidade, organização, número de visitantes por mês, problemas ambientais, ou seja, especificando suas fragilidades e potencialidades. E como sugestão de Magro (2002), esses diagnósticos de impactos nos sítios turísticos devem ser realizados de dois em dois anos.

Como dizem Boiteux e Werner (2003, p.12) *“O conhecimento das leis é primordial para o desenvolvimento do planejamento turístico. Leis de incentivo fiscais, leis de incentivos tributários, leis de incentivos culturais [...]”* Podendo acrescentar a importância das leis ambientais para elaboração de planos em locais onde a natureza é o principal atrativo.

Tais documentos e boletim devem ser elaborados por técnicos de diversas áreas, mas ter linguagem acessível aos membros do conselho e a quem os queira utilizar. Nas reuniões feitas para planejar o turismo de natureza, seja ele predatório ou não, é necessário, ter-se sempre à mão leis ambientais, ou, pelo menos, um resumo explicativo para os leigos no assunto, bem como, algum relatório de impactos sobre a atividade turística e o meio ambiente local, ou sua capacidade de carga.

Antes das reuniões, os principais membros do conselho e, se possível, um grande número de pessoas envolvidas no processo de planejamento, devem ter acesso a uma espécie de “cartilha” sobre o município, ou seja, um documento, em linguagem fácil, que faça um histórico geral sobre o município, seus aspectos

geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, assim como culturais e históricos. Além disso, um resumo das principais práticas locais, que se envolvem com o turismo, os atrativos, seus usos a respeito do meio e da sua relação com as questões socioculturais. Os principais interesses dos turistas devem ser sempre frisados, para uma comparação com os interesses locais e, a partir daí, a intersecção desses interesses devem ser um dos objetivos do próprio planejamento.

Todas essas questões são essenciais para o início das reuniões, todos devem conhecer os detalhes da atividade turística local e assim o processo decisório fica mais preciso. É ainda necessário, ter em mente quais as reais intenções na elaboração de uma Política, pois, através do conhecimento da realidade local e das verdadeiras necessidades do município em relação ao objeto planejado, é que os prognósticos podem ser melhor estabelecidos.

TOMADA DE DECISÕES

Só depois do diagnóstico completo da área, seguindo ainda as fases propostas por Carvalho (1978) e analisadas em outros estudos sobre planejamento, e até mesmo em estudos já direcionados para o turismo como, por exemplo, o de Barretto (1991) ou de Ruschmann (1997), é que passaríamos às decisões, que irão compor o plano de ações, que regulamentará a prática e desenvolvimento da atividade que esta sendo planejada.

Como diz Carvalho (1978, p.36), decisão é a

“fase ou o processo onde as diferentes alternativas para se solucionar uma situação-problema, relativa a uma dada realidade da sociedade, na empresa, de um grupo de pessoas ou de um individuo são estudadas tendo em vista se otimizar a alocação dos recursos disponíveis e a estratégia política estabelecida... apoiada nas mais variadas técnicas decisórias, e intimamente relacionadas com o objetivo final a que se propõe alcançar”

A tomada de decisão deve ser feita de dentro para fora, ou seja, partindo do problema e do grupo que vivencia o problema, frisando sempre, que o desenvolvimento de uma atividade, seja ela econômica, ou não, só pode ter resultados positivos, se seus membros estiverem diretamente relacionados com sua elaboração e regras de funcionamento.

Em relação ao turismo, as propostas para a organização da atividade, no geral, e independentemente de sua categoria, esbarra na idéia de uma atividade organizada de forma que gere o desenvolvimento local, e para tanto, parte-se do pressuposto, que sua comunidade deve estar engajada como um todo em sua organização. É o que nos confirma, por exemplo, Buarque ao dizer que:

O planejamento local é o processo de decisão – tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada – sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento sustentável em pequenas unidades político-administrativas com relativa homogeneidade socioeconômica e ambiental.

No caso de Brotas, essas decisões passaram a ser tomadas conjuntamente nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Pensando sobre esse processo de decisão, podemos admitir, a princípio, que o planejamento do turismo no município se desenvolveu dentro das propostas teóricas de planejamento, ou seja, as decisões para a elaboração de uma política que regulamentaria e direcionaria o turismo, passou pela elaboração e aprovação dos membros interessados e envolvidos com a atividade a ser regulamentada.

No contato com moradores e empreendedores de Brotas durante as entrevistas, percebemos, que a participação dos empreendedores do turismo, como donos de sítios e atrativos, agências e comerciantes foi muito significativa na elaboração da PMTS, assim como, a participação e o direcionamento do processo por parte do poder público. No entanto, o que notamos mesmo no discurso de cada seguimento é que o cidadão comum esteve durante todo o período de elaboração da PMTS relativamente alheio ao processo, visto que não

houve audiências públicas ou um maior esclarecimento para com a população, através de panfletos ou palestras, a respeito do que viria a ser a PMTS e a importância da mesma para o desenvolvimento da atividade turística de Brotas.

Não ocorreu um questionário para elencar as opiniões e interesses da população sobre o desenvolvimento do turismo em Brotas. E houve, menos ainda, o esclarecimento para com essa população do que vem a ser um turismo de natureza com bases na aventura, dos significados e conseqüências desse turismo para a área e de como ele pode ser benéfico para a comunidade, caso seja feito de forma sustentável. Tudo isso poderia ter sido solucionado com algumas assembleias populares que criassem um clima de planejamento participativo e que colaboraria para o esclarecimento geral.

A idéia de sustentável, nesse momento, parece ainda mais enigmática, já que não foi feito nenhum trabalho comunitário para o esclarecimento do que seja um desenvolvimento sustentável, e quais suas verdadeiras vantagens para a comunidade local. A idéia de desenvolvimento sustentável tem para cada seguimento um significado; os empreendedores vêem a sustentabilidade como uma maneira de manter os ganhos por um tempo maior, ou de ter lucro suficiente para manter o seu empreendimento. Padrões de manutenção de recursos ambientais são mencionados, principalmente quando relacionados com a idéia de que o fim dos recursos naturais ou a sua degradação podem significar o fim do turismo na área. Ao perguntarmos quais trabalhos foram feitos como forma de conscientização da comunidade sobre as idéias de desenvolvimento sustentável do turismo local, as respostas são sempre as mesmas, ou seja, não houve trabalho algum. Assim parece que, no encaminhar das decisões, algumas lacunas levaram à diminuição da legitimidade do processo de elaboração da PMTS, que poderia ter dado à população uma chance maior de participação, através da conscientização e do esclarecimento.

Ao analisarmos cada um dos objetivos da PMTS, no art.3º, da Lei que a regulamenta, podemos fazer algumas ressalvas. Alguns dos itens citados como objetivos da PMTS, fazem, na verdade parte de outras políticas públicas; como

alguns pontos, que são considerados de infraestrutura do município, e, que independem das atividades turísticas. No geral, os objetivos propostos pela PMTS são coerentes com a idéia de desenvolvimento de uma atividade turística voltada para a natureza, mas como ação, alguns deles são bastante difíceis de serem praticados, como por exemplo, a limitação de visitantes a determinadas áreas, ou um número limite diário para a atividade de Rafting, haja vista que, na maioria das vezes, a idéia do lucro fala mais alto. Afinal, não podemos esquecer que a atividade turística é antes de qualquer coisa, uma atividade econômica, e, por isso, de consumo.

AÇÃO

Chegando na etapa ou fase de ação do planejamento, que Carvalho (1978) nos apresenta como sendo o momento de implantação do que foi decidido, é que nos deparamos com os maiores problemas. Como implantar a política? Como fazê-la deixar de ser um documento regulador para ser ação e vivência?

As decisões regulamentadas pela PMST de Brotas ainda estão em fase de implantação. Não podemos, portanto, analisar a eficiência da PMTS, pois o processo ainda se encaminha; um grupo de fiscalização esta sendo montado para começar a cobrar, dos órgãos empreendedores do turismo local o cumprimento das propostas estabelecidas na Política e Leis complementares.

O que podemos verificar, é que ainda nem todos os empreendedores foram devidamente orientados pelo poder público para a ação da PMTS. Assim, o Licenciamento Turístico Ambiental (LTA), que deve orientar o funcionamento dos sítios turísticos, agências e qualquer empreendimento que se utilize dos recursos naturais para seu funcionamento e estabelecimento, e citado na PMTS como um complemento da própria Política, ainda nem começou a ser estabelecido, mesmo estando a Lei com 12 meses de aprovação (BROTAS, 2003).

O LTA, que deve ser direcionado pela Prefeitura, e estar de acordo com o Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN), já deveria estar orientando as pessoas de como enquadrar seus atrativos naturais e sítios

para o licenciamento. Ao perguntarmos para os empreendedores sobre a manutenção e manejo das áreas utilizadas para visitação e realização do turismo aventura, pudemos concluir que esse processo esta unicamente nas mãos dos próprios empreendedores, que acabam, ou contratando algum profissional particular para a elaboração de um plano de manejo, ou organizando a área dentro do que sabe sobre a própria propriedade, sem nenhuma orientação ou ajuda oficial para isso.

Alguns estudos já foram feitos, nas principais propriedades do município, pelas universidades da região, que, desde de há muito, já viram no turismo de Brotas uma possibilidade de impacto e problemas, caso o mesmo não elaborasse um plano de desenvolvimento. É o caso da pesquisa do grupo coordenado pela Professora Dra Teresa Cristina Magro do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ –USP, que teve como título “Uso Turístico do Ambiente Natural em Brotas: Manejo do Público Visitante”, pesquisa essa que apresentou em suas conclusões, alternativas de manejo e manutenção das áreas visitadas, e dos locais de prática das atividades de aventura, orientando seus proprietários para um cuidado específico com o local.

O que podemos perceber é que, até o momento, tanto a PMTS como alguns de seus instrumentos complementares (Plano Diretor de Turismo; zoneamento ambiental; plano de manejo para as unidades de conservação, públicas e privadas, o licenciamento ambiental e o sistema municipal de monitoramento e controle da visitação turística) ainda não ganharam verdadeiro significado prático para o município como um todo. Assim a decisão parece ainda estar distante da ação.

REFLEXÃO CRÍTICA

A última etapa a ser seguida na teoria do planejamento, que seria o momento de crítica, ou reflexão crítica, dita por Carvalho (1978) como

[...] conjunto de processos ou subprocessos de acompanhamento, controle e avaliação do desempenho de determinadas operações objetivando 'realimentar' o processo decisório tendo em vista a correção de desvios ou distorções do processo executivo (ação) na consecução dos objetivos estabelecidos.

Ainda não pode ser realizada por completo, pelo poder público. Apesar de que a princípio, algumas distorções já poderiam começar a ser corrigidas durante a própria implantação das propostas do planejamento.

3.2 A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE NA POLITICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Levando em consideração as reflexões sobre desenvolvimento, e tendo claro que ao falarmos de desenvolvimento sustentável, estamos sempre partindo da idéia central de desenvolvimento como forma de melhora de condição de vida e crescimento, não só econômico, mas, essencialmente de bem viver de uma comunidade, propondo a manutenção de relações socioculturais e de recursos ambientais, visando o interesse da sociedade e a equidade de seus membros. Destacando que o desenvolvimento deve ser avaliado pela população diante de suas necessidades gerais, e não de forma global, a exemplo da modernização externa.

Considerando como equidade a definição de Buarque de que (2002 p.59) *“Equidade deve ser entendida como a igualdade de oportunidades de desenvolvimento humano da população, respeitada a diversidade sociocultural mas asseguradas a qualidade de vida e a qualificação para a cidadania e o trabalho.”*

Algumas breves reflexões devem ser feitas sobre o desenvolvimento sustentável teorizado e o desenvolvimento sustentável explicitado na PMTS de Brotas, avaliando criticamente o quanto esse princípio teve verdadeiro significado para a elaboração da Política.

É importante perceber que o município se tem empenhado nos últimos quatro anos para a elaboração de uma política e de instrumentos de gestão que a façam ser viável em suas ações, mostrando seu interesse direto para com uma de suas atividades econômicas que tem representado um grande crescimento para o município e seus membros. No entanto, é preciso mais do que somente elaborar uma política com vistas à sustentabilidade da atividade turística; o mais importante

é elaborar programas ou estabelecer projetos, que possam encaminhar a ação imediata para os instrumentos criados.

Assim, ao questionarmos quais as atividades geradas pelos órgãos públicos e privados na intenção de preparar a população para seu engajamento direto dentro das atividades turísticas, possibilitando o crescimento tanto econômica, como socioculturalmente da população através dessa atividade, as respostas pairavam entre alguns cursos oferecidos pelas agências aos seus guias e instrutores e alguns cursos de primeiros socorros oferecidos pelos donos dos sítios turísticos aos seus funcionários. Entendemos com isso, que os órgãos públicos não se propuseram a preparar as pessoas da comunidade para a convivência com o turismo local.

Na verdade, não há um projeto de inclusão do morador comum no processo de estabelecimento do turismo como uma atividade econômica promissora para o município de Brotas. A falta de cursos para preparar o morador local, muitas vezes semi-alfabetizados, para os diversos cargos oferecidos pelos segmentos do turismo, faz com que a demanda traga para a área pessoas de fora, deixando de oferecer para a comunidade uma possibilidade de crescimento profissional e a esperança de uma nova condição de vida.

É possível perceber, em um breve contato com os moradores comuns que grande parte deles, não conhecem todas as atividades esportivas praticadas no município, assim como podem entender a utilização do espaço por essas atividades, como ele é transformado, que tipos de desgaste isso pode ou não trazer para o meio e conseqüentemente que problemas pode acarretar para a população a longo prazo? Ou, até mesmo, que atitudes essa população pode ter, para beneficiar-se dos efeitos positivos dessas atividades?

Não existe em Brotas uma associação de trabalhadores do turismo, ou pelo menos dos guias, o que já seria um começo de organização do trabalho para o segmento. A única associação que conseguimos encontrar, referente ao trabalho em setores turísticos, foi um sindicato dos hoteleiros, que, não tem sede em Brotas, mas sim em São Carlos.

Além da questão de trabalho, temos também as questões de como a atividade do turismo pode contribuir para a melhora na vida da população local em relação a infra-estrutura básica, uma vez que o turismo traz para a região um número de aproximadamente 140.000 turistas/ano, com um movimento financeiro anual de aproximadamente R\$20.000.000,00, dados esses oferecidos pela própria prefeitura. Ou ainda uma arrecadação que subiu de R\$850.000,00 mensal antes do turismo para uma arrecadação que chega até a R\$1.300.000,00 mensal depois do turismo. Com esses dados em mãos e pensando na atividade turística como uma atividade sustentável para o município, fomos buscar saber quais têm sido os investimentos públicos, para uma melhora da qualidade de vida local, e, tudo o que descobrimos é que algumas obras foram começadas e não terminadas; obras essas de fundamental importância, tanto para a população local como para o próprio desenvolvimento do turismo.

Como exemplo dessas obras, temos, a estação de tratamento de esgoto do Bairro do Patrimônio, que esta sendo feita já há algum tempo não havendo previsão exata de entrega da obra. Além disso, as estradas que levam às cachoeiras e ligam o morador comum do campo ao centro da cidade estão em péssimas condições. Não existe uma sinalização correta dentro de padrões específicos dos pontos turísticos. As vias públicas do centro da cidade estão em mau estado de conservação e sinalização. Não há um cuidado específico com as praças e áreas de lazer para a própria população, além de não existir nenhuma iniciativa para o já mencionado preparo da população para o contato com o turista.

Mesmo as questões imediatas, como a elaboração de planos de manejo para as áreas naturais do centro da cidade e um cuidado maior com os recursos históricos da cidade, ou mesmo o Plano Diretor do Município, que é um instrumento fundamental para a regulação do desenvolvimento, e da organização geral de um município, estão sendo negligenciadas.

Ao falarmos de desenvolvimento sustentável de um município devemos também nos preocupar diretamente com as questões ambientais do mesmo,

principalmente porque, em nosso caso o objeto que estamos estudando está diretamente relacionado à natureza. E como nos diz Ruschmann (1997, p.109)

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base

Portanto, parece-nos essencial ligarmos desenvolvimento sustentável a planejamento ambiental. E como nos diz Franco (2001 p.35) o Planejamento ambiental pode ser entendido como

[...] todo o esforço da civilização na direção da preservação e conservação dos recursos ambientais de um território, com vistas à sua própria sobrevivência[...] e ter como objetivo principal [...] o Desenvolvimento Sustentável da espécie humana e seus artefactos, ou seja dos agroecossistemas e dos ecossistemas urbanos (as cidades e redes urbanas), minimizando os gastos das fontes de energia que os sustentam e os riscos e impactos ambientais sem prejudicar ou suprimir outros seres da cadeia ecológica da qual o homem faz parte, ou, em outras palavras, procurando manter a biodiversidade dos ecossistemas.

Assim, é importante destacar que os espaços naturais de Brotas estão em Área de Proteção Ambiental, a APA do Corumbataí, além de existirem alguns espaços considerados Área de Preservação Permanente que não deve em caso algum ser modificada. Assim de acordo com Magro (2002)

[...]grande parte do município se encontra inserida na Área de Proteção Ambiental Corumbataí, Botucatu e Tejupá (APA). Da mesma forma, o fato da região ser cortada por vários rios e ter muitas encostas faz com que praticamente todas as propriedades com atrativos turísticos tenham parte das trilhas em Áreas de Preservação Permanente (APP).

Estas duas formas de reconhecimento do valor ambiental representam também uma série de restrições com relação ao uso da terra. Para o caso da APA, atividades ligadas ao ecoturismo são reconhecidas como formas de ocupação do solo pouco impactantes e por isso incentivadas, dependendo de sua inserção no zoneamento dentro da APA. Já no caso das APPs, o uso destas áreas envolve a aprovação pelo DEPRN– Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Levando em consideração as informações de Magro torna-se essencial um estudo pormenorizado das áreas de visitação e todo o seu entorno, organizando-a dentro de um planejamento ambiental para tais localidades.

O importante, é deixar claro em suas práticas, a busca por uma equidade social dentro dos limites de crescimento econômico vivenciado no local, e, se o turismo é responsável em parte por esse crescimento, ele deve ser uma atividade vivenciada e entendida por todos os membros da sociedade, para que não passe a significar o benefício de uns, em prol do sacrifício de outros.

O desenvolvimento sustentável do turismo de brotas deve ser entendido e praticado na intenção de fazer desenvolver o local em todos os sentidos seja econômico, social, cultural e na preservação de seus recursos ambientais. Não apenas beneficiando os empreendedores locais, como também sua população mais simples, fornecendo-lhes possibilidade de aprendizado, melhores empregos e, com isso, melhores condições de habitação e alimentação, ou seja, proporcionando-lhes um melhor crescimento pessoal.

CAPITULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de Brotas começou a estabelecer-se no município a partir de 1992, com a catalogação dos sítios turísticos e seus principais atrativos naturais, e em seguida, com a abertura da Mata'Dentro, primeira agência voltada para o turismo do município. Até o ano de 1999, quando a elaboração da PMTS começou a ser pensada e discutida entre os membros envolvidos ou interessados com o turismo local, não havia uma verdadeira preocupação organizacional por parte do poder público em relação ao turismo, apesar da já existência de uma Secretaria de Esporte, Recreação Cultura e Turismo. Assim sendo, os primeiros anos de desenvolvimento do turismo brotense basearam-se principalmente nos interesses dos empreendedores, ou seja, no direcionamento do setor privado.

Somente a partir da formação do COMTUR no ano de 1999, é que o turismo passa a ser controlado e organizado pelo poder público e não apenas pelo setor privado. O COMTUR como um conselho deliberativo e consultivo, passa então a regulamentar as ações voltadas às atividades turísticas em todos os aspectos, sejam eles econômicos, sociais, culturais ou ambientais.

A partir da formação do COMTUR, começa a ser pensada a elaboração da política municipal que, como instrumento de planejamento passaria, a controlar de forma legal o desenvolvimento do turismo no município de Brotas, propondo ações para estabelecer uma forma mais sustentável de desenvolvimento para essa atividade, que aparentemente, só tende a crescer e transformar, de forma abrangente, a vida no município.

Sendo a Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável um importante instrumento de planejamento para a atividade turística do município de

Brotas, e um marco para a elaboração de planos para o desenvolvimento turístico da região como um todo, refletimos sobre o processo de construção da Política, tendo como principal objetivo, a análise e entendimento da elaboração da PMTS, definindo, então quais os melhores caminhos a serem seguidos e quais a serem descartados em uma atividade como essa.

Assim sendo, as principais conclusões sobre o planejamento do turismo em Brotas podem ser sintetizados nos seguintes itens:

1. A importância da delimitação do objeto a ser planejado, ou seja, o turismo de natureza voltado para a aventura. Consideramos essa definição essencial, pois definir Brotas como a “capital do ecoturismo” é um equívoco. Não ignoramos em momento algum o valor que o visitante de Brotas dá à natureza, e, muito menos, negamos a vontade de o mesmo estar em Brotas por causa dessa natureza. No entanto, sabemos que a maneira como as visitas são realizadas e o enfoque dado às atividades de aventura no decorrer das estadias do visitante em Brotas, fazem do turismo da área, um turismo de aventura feito em meio à natureza. E é necessário esse entendimento para a elaboração de qualquer instrumento de planejamento, que venha regular e controlar o desenvolvimento do turismo no município.
2. Antes mesmo de se começar o processo de um planejamento para uma atividade, que como o turismo transforma e influencia a vivência de um município e também o seu espaço físico, é essencialmente necessário, entender todo o mecanismo de funcionamento dessa atividade, bem como os efeitos que a mesma pode proporcionar para o município em todas as instâncias, sejam elas políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais. Assim, o primeiro passo a ser dado nesse sentido, é a elaboração de documentos, que descrevam e caracterizem todas as relações envolvidas no desenvolvimento de tal atividade ao longo do tempo e em relação ao espaço por elas utilizado. Técnicos e pesquisadores devem estar

envolvidos nesse processo; levantamentos estatísticos, histórico-sociais, geográficos e ambientais devem ser feitos com precisão, delimitando com isso, o objeto planejado dentro de uma realidade vivida; avaliações críticas devem ser realizadas e impactos estudados. Somente depois de um relatório completo sobre a área e a atividade a ser planejada, é que se pode começar o processo de planejamento e a elaboração de um documento regulador dessa atividade. Todos os membros envolvidos ao trabalho de elaboração do planejamento devem estar cientes dos resultados das pesquisas e levantamentos técnicos. Se possível, o trabalho final deve estar sintetizado em uma “cartilha” para utilização do grupo de trabalho, facilitando, assim, a compreensão de tal relatório.

3. Houve um interesse por parte dos elaboradores do planejamento em Brotas, em fazer participar do processo um grande número de pessoas; no entanto, percebemos, que falharam nas propostas de tornar essa participação mais efetiva; faltaram iniciativas, que pudessem gerar essa maior participação, como por exemplo:
 - a) Palestras e cursos devem ser ministrados para a maioria das pessoas interessadas no processo; devem ser gratuitos e elaborados de forma a chamar a atenção da população em geral; palestras feitas nas escolas públicas, esclarecendo a importância do turismo para o município e, principalmente, gerando uma compreensão desse turismo como uma forma de melhora para a condição de vida da população local, podem ser um bom recurso para o envolvimento de um número maior de pessoas, pois jovens estudantes são, na maioria das vezes bons multiplicadores de informação.
 - b) Incentivar a formação de associações voltadas para a discussão do turismo local e para a inclusão da população no desenvolvimento dessa atividade parece um outro caminho razoável. Panfletos e folders

explicativos sobre o turismo local e suas práticas também são formas bastante diretas de atingir um número significativo da população.

- c) No caso de Brotas, é importante pensar na população rural, que deve ser atingida com programas de conscientização, que levem ao campo a importância do turismo e as possibilidades de o mesmo ser benéfico para a população local como um todo. Essa conscientização rural é importante e, ainda mais significativa, quando lembramos, que as principais práticas turísticas do município são realizadas em áreas rurais.
4. Dentre as decisões e objetivos traçados pelo instrumento do planejamento, no nosso caso uma Política Municipal, tem de haver uma hierarquização de estratégias a serem seguidas. É preciso compreender que nem sempre apenas resolver os problemas urgentes é o melhor meio para administrar uma atividade. Ao longo de nossas entrevistas ouvimos muitas reclamações a esse respeito, afinal a administração pública parece estar “apagando incêndios”, sem com isso sanar o foco dos problemas. E esse, sem dúvida, não é o melhor caminho, pois, na verdade, o que interessa é ver problemas serem resolvidos definitivamente e, para tanto, é necessário, ir ao foco do problema, mudando, quando possível, toda a estrutura de funcionamento de uma determinada ação.
 5. Prazos devem ser estabelecidos para o cumprimento desses programas e projetos, que se articularam em metas propostas; esses prazos geralmente acabam por amenizar as angústias em relação às práticas do que foi decidido, e, diminui o descrédito, a partir do momento que cada etapa vai sendo cumprida. Ao longo do processo de elaboração da política, com a conscientização dos membros sobre a importância de agilidade das decisões e, mais ainda, da implantação das ações, algumas etapas práticas

já podem começar a ser preparadas e, até mesmo vivenciadas; é uma forma de tornar o processo mais legítimo e verdadeiro.

6. Pensando diretamente na PMTS de Brotas, é importante entender que se o desenvolvimento desejado pelas pessoas envolvidas no planejamento é o desenvolvimento sustentável; um grande trabalho de conscientização e esclarecimento deve ser feito, partindo dos membros que compõem o conselho e, depois, caminhando em direção aos interessados diretos e chegando finalmente aos interessados indiretos, ou seja, a toda comunidade. É de fundamental importância entender, que para a construção do desenvolvimento sustentável de uma área ou de uma atividade que sustente essa área, o maior número de pessoas habitantes do local devem estar participando e entendendo qual o funcionamento da atividade e como o desenvolvimento sustentável pode vir a ser estabelecido.

7. Para o turismo de Brotas tornar-se um turismo sustentável, deve-se, em suas ações principais, estar preocupado com o bem estar da população e de como essa atividade econômica pode trazer um futuro melhor para todos. A infra-estrutura do município deve passar a ser uma preocupação central, e não apenas para agradar os turistas e atraí-los mais ainda, mas, principalmente para gerar um bem estar populacional que, por si só, contribuirá para atrair novos turistas. O município deve beneficiar-se com a receita gerada pelo turismo; novas instalações de saúde, de educação, assim como de moradia em locais apropriados a novos lotes, devem ser priorizadas pelo poder público. Uma população saudável, com baixos índices de analfabetismo e favelização, efetivamente recepcionarão de forma mais agradável os seus visitantes e saberão estabelecer vínculos que não sejam apenas financeiros.

8. As questões ambientais são um outro ponto bastante relevante para um planejamento, que se proponha sustentável; afinal, como já citado anteriormente o planejamento ambiental, deve ser também um dos itens a serem seguidos em um planejamento para o desenvolvimento sustentável. Os recursos naturais devem ser analisados em sua utilização pela atividade turística periodicamente; impactos devem ser percebidos e corrigidos com constância; somente assim, é que se poderá conservar esses recursos por mais tempo. A educação ambiental é uma forte arma contra a degradação; tanto os moradores quanto os turistas devem ser orientados sobre os bens naturais do município; as Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Preservação Permanente devem estar claramente delimitadas com placas e instruções de seu significado, para que todas as pessoas possam ter acesso a essa informação. Projetos de recuperação de áreas degradadas devem ser estabelecidos com prioridade para a recuperação das mesmas, para que um novo processo de conservação possa garantir um melhor uso futuro.

9. Todas as atividades de aventura praticadas em meios naturais devem ser avaliadas em sua capacidade de carga e possíveis impactos; e, planos de ação para solucionar os problemas devem ser estabelecidos pela própria prefeitura. O poder público, tendo em mãos as leis ambientais e as leis elaboradas pelo COMTUR para o controle das atividades turísticas nos sítios e atrativos, deve ser o principal fiscalizador do cumprimento dessas leis, estabelecendo e cobrando as possíveis multas sobre erros cometidos nesse sentido.

10. Como foi dito por um empreendedor local, o desenvolvimento sustentável do turismo de Brotas depende diretamente das outras atividades econômicas da área, como as plantações de cana e laranja, as terras de

pastagem, que em sua maioria degradam muito mais o meio do que o próprio turismo, visto por muitos como uma indústria limpa. Assim, parece que os órgãos públicos devem ter uma preocupação direta com as atividades rurais no município, e também regulamentar ou fazer seus membros seguirem a regulamentação vigente para a não degradação geral dos meios naturais, fazendo-os preocuparem-se com o curso das águas, com a reconstrução da mata ciliar de alguns trechos de rio, que passam por entre as propriedades, bem como, com a Preservação real das áreas permanentes.

11. Todo o processo de planejamento realizado deve ser documentado em cada uma de suas etapas. Tais documentos facilitarão a reflexão crítica sobre as ações, impedindo distorções no processo, pois, como sabemos órgãos públicos estão em constante mudança, e, novas administrações podem fazer o processo ter continuidade, se o mesmo estiver trazendo benefícios aos interessados, e documentos puderem comprovar isso. Além disso, esses documentos e relatórios podem contribuir para outras localidades começarem o seu próprio processo de planejamento, servindo de suporte para o mesmo. Assim, erros podem ser evitados e acertos copiados na medida dos interesses e das possibilidades vigentes em todos os aspectos, em cada localidade.

Concluindo, deve-se ressaltar a importância do planejamento em todo o seu processo e de seus instrumentos para a orientação e regulamentação de uma atividade, seja ela econômica, social, cultural ou ambiental. Frisando, ainda, a necessidade de criar-se o hábito do planejamento para todas as questões públicas, pondo fim às medidas imediatistas, que acabam por gerar um número maior de problemas para as populações.

O planejamento e as políticas públicas como formas de controle e regulamentação dos mecanismos de vivência de uma população devem ser

priorizados por qualquer administração, evitando, com isso, a propagação histórica da desordem vigente no país em relação a qualquer atividade, que se manifeste em um grupo, seja ele uma pequena comunidade isolada, ou até mesmo uma grande região dentro de um Estado ou do próprio país.

As novas propostas de desenvolvimento devem permear esse processo de planejar a vivência das populações; devemos preocupar-nos com o futuro das novas gerações e das gerações que ainda estarão por vir, mas não podemos de forma ingênua acreditar que será possível essa prática da sustentabilidade de recursos e relações socioculturais dentro de um sistema de consumo, no qual o mundo se estabelece de forma cada vez mais selvagem e intensa.

Pensar em Desenvolvimento sustentável para qualquer ação humana é pensar no estabelecimento de novos princípios, da prevalência dos interesses da maioria sobre a minoria; e antes de qualquer coisa, é acreditar que a população pode através de seus anseios locais e necessidades reais, planejar um desenvolvimento baseado principalmente na equidade social. Partindo dessas idéias, tem-se a clara visão, que para o desenvolvimento sustentável de uma atividade econômica vir a acontecer, é preciso que o mesmo não seja manipulado especulativamente, disfarçando e mantendo interesses de uma minoria.

Assim, a atividade turística, seja ela de natureza, histórica, cultural, ou de qualquer outra categoria, deve ser direcionada em sua implantação e organização. Além de ter em suas intenções primeiras o bem estar do maior número de pessoas que vivem no local onde ela se funda, dentro do maior tempo possível. Assim o seu processo de planejamento deve ter como idéias chave: a equidade social, a preservação e conservação de recursos, ou seja, o bem estar geral da população e seu meio.

BIBLIOGRAFIA

AGENDA21. **Conferencia das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Senado Federal, 1997

ALMEIDA, J. Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p.17-26.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT sobre informação e documentação**. RJ: ABNT,2003

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção Turismo).

_____. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas, SP: Papyrus,1991. (Coleção Turismo).

BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BENI, C.M. **Análise estrutural do turismo**. 6ª edição. SP: Senac, 2003

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução Josely Vianna Baptista. SP: EDUSC,2002.

BOITEUX, B. D. C.;WERNER,M. **Planejamento e organização do turismo: teoria e prática**. RJ: Qualitymark, 2003.

BRASIL(Governo Federal). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: Grupo de trabalho interministerial MICT/MMA. 1994.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Cidades sustentáveis**. Brasília, 1994.

BRAGA, R.(Org.); CARVALHO, P.F. **Estatuto da cidade**: política urbana e cidadania. Rio Claro, SP: UNESP- IGCE, 2000.

BROTAS. Prefeitura Municipal. **Projeto de Ecoturismo**. SP, 1994.

_____. Prefeitura Municipal. **Informativo turístico Brotas**. SP, 2002.

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.627/99**. SP,1999. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.846/2002**. SP,2002. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.858/2003**. SP, 2003. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.874/2003**. SP,2003. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.882/2003**. SP,2003. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.889/2003**. SP,2003. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.896/2003** . SP,2003 Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.930/2003**. SP,2003 Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

_____. Prefeitura Municipal . **Lei Municipal nº 2.531/2004**. SP,2004. Disponível em:<<http://www.brotas.sp.gov.br>>

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** RJ: Garamond, 2002.

CARVALHO, H. M. **Introdução à teoria do planejamento.** SP: Brasiliense, 1978.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** SP: Senac, 1995. p.23-29.

COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** RJ: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

CORIOLOANO, L.N.M.T. (Org.). **Turismo com ética.** Fortaleza: UECE, 1998.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território.** SP: Contexto, 2000.

_____. **Introdução a Geografia do Turismo.** SP: Contexto, 2001.

_____. **Políticas públicas de turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais.** 2002. Texto entregue em mini-curso.

DIEGUES, A .C.S. **O mito moderno da natureza intocada.** SP: Nupaub – USP, 1994.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** SP: Perspectiva, 1994

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução.** SP: Contexto, 2002.

FRANCO, M. A . R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável.** SP: Annablume: FAPESP, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** SP: Ed. Nacional, 1979.

GERALDO, J. C. **A evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos – SP.** Tese de Doutorado. SP: USP, 1997.

GIOMETTI, A L. B. R. **Ocupação territorial e desenvolvimento sócio-econômico do século XVIII ao XX.** SP: Prefeitura de Torrinha, 1999.

IBGE – Fundação Brasileira de Geografia e Estatística. **Estatísticas econômicas e sociais de Brotas.** SP, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em: 03 dez.2003.

IBGE – Fundação Brasileira de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Brasil, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

IPT. **Mapa geomorfológico do estado de São Paulo.** V.I São Paulo, 1981

IRVING, M. A .; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade.** SP: Futura, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** RJ: Civilização Brasileira, Copyright 1989.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A . **Metodologia científica.** Ciência e conhecimento científico: métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 3ª edição. SP: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A . **Técnicas de pesquisa.** SP: Atlas, 1999.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. (Ed.). **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão.** Tradução de Leila Cristina de M. Darin. SP: Senac, 1995.

MAGRO, T. C. **Uso turístico do ambiente natural em Brotas: manejo do público visitante.** SP: Departamento da Ciências Florestais da Esalq – USP, 2002.

MARIANI, M. A . P. **Geografia e turismo no Paraíso das Águas: O caso de Bonito.** Tese de Doutorado. SP: USP, 1999.

MARINHO, A . (Org.) ; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza.** Barueri, SP: Manole, 2003.

MAY, P. H. (Org.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** RJ: Editora Campus. 1994.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** Tradução Ary França e aul de Andrade e Silva. SP: Editora Hucitec, 1984.

MONTEIRO, C. A F. **A dinâmica climática e as chuvas no estado de São Paulo.** Versão 1.0 [CD-Rom] Rio Claro: Unesp-Ageteo, 2000.

MONTEIRO, J. V. **Fundamentos da política pública.** RJ: IPEA/INPES, 1982.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: UFSC, 2001.

NASCIMENTO, D. S. **Curso: ecoturismo e sustentabilidade.** Apostila de mini-curso realizado pelo PET Biologia/UNESP. SP: Rio Claro, 2003.

OLIVEIRA, P. O. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** SP: Atlas, 2002.

OMT (Organização Mundial do Turismo). Dados sobre a Organização. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/aboutwto/esp/menu.html>>. Acesso em jan.2003

_____. **Introdução ao turismo.** SP: Roca, 2003.

PATRIKH, J et al. Padrões de consumo: a força propulsora do esgotamento ambiental. In MAY, P. H. (Org.). **Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável.** RJ: Editora Campus, 1994. cap.1

RODRIGUES, A . B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. SP: Hucitec, 1997.

_____. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. SP: Hucitec, 1996.

_____. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. SP: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 10ª ed. SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. SP: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. SP: Studio Nobel/ Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SÃO PAULO. (Estado). Ministério Público, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente. **Legislação Ambiental textos básicos**. Org. José Carlos Meloni Sicoli . SP: IMESP,2000.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo**. SP: 1996.

SOUZA, M. J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. In RODRIGUES. A . B. (Org.). **Turismo desenvolvimento local**. SP: Hucitec, 1997.

TROPPEMAYER, H. **Geossistemas e geossistemas paulistas**. SP:Rio Claro,2000

WERING, S.; NEIL,J. **Ecoturismo: impactos potencialidades e possibilidades**. SP: Manole, 2001.

WESTERN. D. Definindo ecoturismo. In LINDBERG,K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. SP: Senac, 2001.

WOLFE, M. **Desenvolvimento: para que e para quem?** Indagações sobre política social e realidade político-social. RJ: Paz e Terra, 1976.

YÁZIGI, E. **A alma do lugar.** 2ª ed. SP: Editora Contexto, 2001

_____. **Civilização urbana, planejamento e turismo:** discípulos do amanhecer. SP: Contexto, 2003.

ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE TURISMO DE BROTAS

SECRETÁRIA DE TURISMO : **MARIA LUIZA (MILA)**

DIA 04/12/2002

INÍCIO 14:05 TÉRMINO 14:57

LOCAL DIRETORIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Jucilene. Eu vou começar pela questão econômica, eu sei que uma das principais atividades econômicas do município ainda é a agricultura, a agropecuária, mas como o turismo está se encaixando nessa economia local? Ele está gerando riquezas e fazendo crescer a economia? Como você avalia isso?

Mila. É está, agente estima que 20% da população esteja envolvida direta e indiretamente com o turismo, diretamente a gente fez aí um calculo esses dias e acho que dá umas 1.200 pessoas diretamente envolvidas com o turismo e fora as indiretas, que aí já envolve um número bem maior de pessoas, e a gente também estima, e até tem um trabalho de um professor de São Carlos que fez uma pesquisa aqui em Brotas e por alto baseados nesse trabalho dele também, ele ainda não passou o trabalho dele para gente, mas a gente fez uma sondagem a parte, a gente estima que circulam por ano pela cidade 18 milhões de reais... bastante dinheiro né?, Mas é lógico que ainda a atividade agrícola, a pecuária, ainda é bem (ênfatizou) maior, porque Brotas é o quinto município em extensão no Estado, então agente tem aqui a Avícola Paraíso, e açúcar agora estão produzindo também, aí entraria a cana, a laranja, o eucalipto e a pecuária também de corte.

Jucilene. Bem, qual o histórico desse turismo, como se deu o desenvolvimento do turismo aqui, pelo que eu tenho de dados ele não é muito antigo, o desenvolvimento mesmo da atividade tem o que uns 7 anos?

Mila. Não ele tem uns 9 anos, iniciou em... vai fazer dez anos o ano que vem em 2003, ele iniciou em 93. Então a história foi mais ou menos assim em 92 surgiu a ONG Movimento Rio Vivo, para impedir a instalação em Brotas do Curtume, isso foi em 93, não foi 92, e depois em 93 o prefeito que é na verdade o atual novamente, ele... uma das primeiras medidas dele foi... ele criou a Secretaria de Meio Ambiente, que não existia, já existia a Diretoria de Turismo porque sempre houve um desejo de tornar Brotas uma cidade turística mais nunca ninguém tinha conseguido. Paralelo a isso, e na verdade quem ocupou o cargo de secretário foi o presidente dessa ONG, então junto à prefeitura que deu total abertura, através da Secretaria do Meio Ambiente, para que se começasse um levantamento dos recursos naturais e então foi utilizado o carro da prefeitura, foi contratado um fotógrafo, filme, foi filmado, foi fotografado, mas tudo com recurso da prefeitura, e paralelo a isso o prefeito pensando em abrir um mercado de trabalho, ele teve a idéia, não sei se na Secretaria de Turismo, no Palácio do Governador, que acho que estava o Secretário de Turismo que falou que o turismo seria uma opção mais nova e que ele estava iniciando o projeto dos núcleos de turismo, que é aquele projeto ali (Mostrou um mapa da parede que dividia o Estado em núcleos de turismo, agrupando varias cidades) e que Brotas a princípio não estava incluída. Depois Brotas foi então incluída, em 93 Brotas foi incluída no núcleo das Serras junto com São Pedro e então iniciou esse processo, as coisa caminharam meio que juntas. O levantamento dos recursos naturais, com a inclusão de Brotas no núcleo e então isso foi criando uma movimentação. Porque a principio as pessoas não queriam investir, então nós tínhamos, por exemplo, o Parque dos Saltos, que está em uma área pública, temos a Represa do Patrimônio que também está em uma área pública, mas os demais atrativos estão todos em áreas particulares, então fica difícil. É que o prefeito também já tinha uma credibilidade muito grande, já que ele foi eleito com mais de 60% dos votos. Então, é difícil você chegar para pessoa e falar, é só que você vai ter que investir, você vai ter que fazer alguma coisa, o turista vai lá e ele tem que ter um banheiro, ele tem que ter uma água, um refrigerante, e é lógico que isso é investimento. E alguns entenderem isso, então os primeiros que iniciaram foi a Areia que Canta, a Cachoeira do Cassorova e o seu Astor, que na verdade fica um pouquinho a margem o seu Astor, por morar em São Pedro. Mas a prefeitura tinha a princípio de uma maneira de mostrar que estava abraçando isso, chegou até a fazer a cerca para ele, a prefeitura realmente abraçou isso. Como apoio no caso, e na verdade foi muito importante na época porque Brotas... eles fizeram algum material promocional e Brotas estava incluída, teve o lançamento do projeto com Brotas, veio o coordenador de turismo e aí foi feito aquele auê todo, aí nós fomos para o lançamento em São Pedro, então isso tudo foi motivando a população, foi feito uma primeira exposição de fotos dos atrativos todos, coisa que muita gente desconhecia, a própria população, então foi assim que tudo começou.

Jucilene. Como é o desenvolvimento do Planejamento do turismo? Eu sei que existe o Comtur, eu gostaria de saber como funciona?

Mila. Bem, o Comtur é o seguinte, é o Conselho Municipal de Turismo, o processo todo iniciou em 93, em 94, eu acho que foi em novembro eu não sei precisar, é só procurar, bem mais... em 94 já

tínhamos o Comtur, nós fomos a primeira cidade a termos o Comtur, até quando a gente foi num seminário do PNMT, isso foi até citado, por nos já termos o Comtur funcionando, e depois em 1999 ele foi reestruturado, ele foi ampliado. Foi ampliado o número maior de pessoas, e querendo ou não era tudo muito pequeno, então se começou uma coisa pequena e depois a cidade começou a criar fama, aí começou a ampliar. E o Comtur funciona, é bem atuante aqui em Brotas, porque cada setor tem uma cadeira, a hotelaria tem uma cadeira, as agências tem uma cadeira, os guias... todos os empreendimentos tem uma cadeira e também os setores importantes a associação comercial, o Diretor do Meio Ambiente, o Diretor de Turismo, setores ligados a prefeitura mais como eu posso dizer para você, com alguma ligação com o turismo no caso. E funciona bem é um fórum de discussão bem atuante, o pessoal participa bastante, eu não sei se você ouviu falar da normatização do turismo em Brotas?

(É eu vi no site da prefeitura que essa ultima reunião estava caminhando para isso, para a normatização do turismo.)

Na verdade esse trabalho já vem sendo realizado a mais ou menos 3 anos e o mérito maior desse trabalho é do Comtur, apesar de ter sido contratado um profissional de Direito Ambiental, contratado para dar apoio, as discussões todas, e todo trabalho e que foram formados a parte também grupos de trabalho, para discutir o rafting, sabe detalhes, você está entendendo? Então isso o pessoal nem participou, então realmente foram assim... o setor privado mesmo, que realmente teve seu mérito mesmo, por parte dos guias, por parte das agências, de disponibilizar todo esse now how, discutir para se chegar a ponto em comum e que fosse bom para todos. Então, ligados a esse profissional que foi contratado para ajudar, e que na verdade é uma deliberação normativa, já é quase uma lei, e depois alguns já foram mandados para o jurídico da prefeitura e alguns já estão na câmara, e um já é lei, a lei maior, a lei guarda-chuva que a gente chama, essa já é lei, já foi aprovada eu já tenho uma copia aí caso você queira dar uma olhada. Bom se você quiser ter uma idéia do que eu tenho aqui, os assuntos, então agente tem a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, essa é a lei maior, esta já é lei e depois a LTA, que é o Licenciamento Turístico Ambiental, então todos os empreendimentos, todas as atividades vão ter que ter esse licenciamento, depois tem o FUMTUR, que é um fundo para o turismo, o Voucher que é o único que ainda está em discussão, que nós ainda estamos no inicio das discussões por que ainda é muito polêmico, o rafting já está pronto e vai ser votado agora em uma reunião agora no dia 16, já foi pronto e modificado, canyoning e cascading também está pronto só vai ser votado, esse já esta na câmara a prática das atividades aquáticas, as atividades turísticas terrestres esse vai ser votado agora também, já está pronto só vai ser votado e o funcionamento dos sítios turísticos este já esta também na câmara, o funcionamento das agências também já está na câmara, o funcionamento de hotéis e pousadas também, o funcionamento dos camping e também já está na câmara, e as atividades dos instrutores e monitores ambientais este já vai ser votado agora, e pendente mesmo só vai ficar o voucher, que nós estamos discutindo, e junto com o funcionamento dos sítios turísticos tem um trabalho da Esalq de Piracicaba que é um trabalho de monitoramento de impactos e o trabalho deles já está pronto. Então está nesse pé nós sabemos que a implantação não vai ser fácil, a gente agora em janeiro a prefeitura vai iniciar o treinamento da guarda municipal, eles vão fazer um treinamento durante seis meses, a principio serão essas pessoas que vão atuar como fiscais, porque é um momento que a fiscalização vai ter que ser muito importante, por que se não houver fiscalização nada disso... tudo vai por água abaixo. Então a gente sabe que não vai ser fácil, na verdade os proprietários estão bem conscientes eu acho, a gente tem um pouquinho de medo assim, em uma época de maior fluxo, que é o carnaval, que o pessoal entre naquela coisa de ganhar o dinheiro tudo agora, isso é um problema, mas eu acho que o pessoal está consciente, está entendendo. A Esalq, ela separou para cada sitio que foi feito o trabalho o material, que já vai servir inclusive no licenciamento, para eles tirarem o licenciamento, temos muito trabalho ainda pela frente, talvez até o trabalho maior, mas eu acho que estamos caminhando. É um trabalho que na verdade não existe, que o pessoal esta falando que talvez não exista no mundo. Essa coisa de você orafting, aqueles detalhes, o que carregar em uma bolsa de primeiros socorros.

Jucilene. E a população? Existe algum líder comunitário que participa do Comtur, ou não?

Mila. Líder comunitário?

Jucilene. É um representante da população que não esteja diretamente relacionado com o turismo, mas porque vive aqui, resolveu participar.

Mila. É na verdade os guias, os guias são locais, então eles participam, e na verdade o Comtur é aberto de uma maneira geral para quem queira participar, e as pessoas podem opinar, quando a gente faz as reuniões, a gente anuncia no rádio, entende? As pessoas podem participar, é um fórum de discussões bem utilizado. Se as pessoas não participam mais, não participam por, como vou dizer falta de interesse.

Jucilene. Existe uma Política Estadual de Ecoturismo, vocês têm acesso a ela, quando vocês estavam elaborando essa Política, vocês recorreram a ela ou existe uma Política Municipal?

Mila. Não, municipal não, na verdade existe assim alguma coisa com... ligada com o ecoturismo é muito pouco, é mais ao meio ambiente e lógico que foram observadas essas leis maiores existentes. Agora com relação a ecoturismo mesmo e turismo é muito pouco, existe assim com relação a hotéis e pousadas, agências, mas também é diferente, porque aqui a maioria é voltada para o turismo aventura, então tudo é meio ambiente.

Jucilene. E a questão do desenvolvimento sustentável, porque um dos slogans de vocês inclusive está voltado para essa questão, como é isso, todos os empreendedores, todos que estão envolvidos com o turismo tem uma noção clara do que seria esse desenvolvimento sustentável? Tem sido feito algum trabalho?

Mila. Varias palestras já foram realizadas no decorrer desse ano e seminários... e o pessoal tem a noção, as agências são muito atuantes nesse sentido, sempre fazem campanhas relacionadas ao meio ambiente, junto as escolas, plantio de árvores em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, existe bem essa parceria, limpeza de lagoas, as agências todas participam com botes, com gente, então eles são bem atuantes.

Jucilene. E a população tem sido trabalhada uma conscientização na população?

Mila. Também, nas escolas, mas eu acho assim o único inconveniente da população de Brotas, é assim o turismo ele é... o esporte de aventura é um esporte caro, ainda os alunos das escolas eles tem tido acesso, porque é o que eu te falo eles as vezes nessas campanhas, eles dão prêmios, eles dão premiação para uma classe inteira, as vezes eles fazem uma descida de limpeza, aí eles convidam alguns alunos, fazem uma seleção. Então normalmente é uma coisa nesse sentido, mas agora a gente também tem o CEU que é o Centro de Estudos do Universo, e o céu também trabalha com as escolas. Mas ainda assim, a população adulta ela não tem muito conhecimento dos esportes.... Tem mais porque a gente calcula que são mais de 300 guias atuando nas agências e nos sítios turísticos, então os guias ajudaram muito a difundir, o que é, e o que não é, eles levam para as famílias, muitos vem de uma origem mais humilde, então eles ajudam a difundir isso. Mas o envolvimento maior da população agente pretende, a gente pretende estipular o dia do munícipe, ou as coisas não serão cobradas, isso já esta sendo discutido no Comtur, a gente sabe que o pessoal apóia isso, porque isso já foi levado, a gente só não sabe como agente vai fazer, porque para colocar um bote no rio tem um custo, você esta entendendo? Porque a agência paga o transporte, a agência paga o guia, você pode conscientizar o guia e ele até pode fazer de graça, mas tem o transporte do bote e das pessoas dificilmente, a pessoa já tem um gasto, com gasolina, o desgaste do carro, aí eu não sei talvez um custo bem baixo. Agora para se trabalhar com os sítios turísticos, aí já seria mais fácil, porque uma cachoeira geralmente cobra 5 reais, e se agente fizesse aí o dia do brotense, ele poderia pagar um real, e acredito que o pessoal vai, e aí poderia abrir uma cachoeira por fim de semana, uma coisa assim então isso a gente pretende fazer, para o pessoal ficar mais entrosado, mas o pessoal gosta do turismo, o pessoal vê que houve um desenvolvimento com o turismo, eu acho que existe assim um orgulho.

Jucilene. Isso é outra coisa que eu gostaria de saber, você avalia que a cidade tenha se desenvolvido a partir da atividade do turismo? Ele realmente contribuiu para esse desenvolvimento, de que forma contribuiu?

Mila. Para o desenvolvimento da cidade, contribuiu com uma maior geração de empregos, com o embelezamento da cidade, com essa... eu fiz outro dia uma relação de pontos positivos e negativos... bem, com essa coisa do orgulho de ser brotense, do caipira, as pessoas já não se importam mais de serem taxadas de caipiras, no caso por estarem próximas a natureza... acabam valorizando mais aquilo que tem, o que antes não era valorizado, passava-se 500 vezes pelo parque dos saltos e nem aí com o parque dos saltos, a maioria nem todos. É o que eu falo para você há muito tempo existe esse desejo e que ele não havia sido concretizado, ninguém ainda tinha conseguido tornar realidade, e agora é real. Por outro lado é lógico que existem algumas poucas pessoas que reclamam, do trânsito, do barulho, isso é um dos grandes inconvenientes. Agora com a guarda municipal, a guarda vai ter aquele aparelho que mede, registra... os decepeis é um dos maiores problemas, nós não temos muitos problemas com os turistas, são turistas tranquilos, no geral, voltados para o esporte para a natureza, mas tem alguns que vem para bagunçar, para beber e o problema maior nosso é o som alto, abrem aquelas caixas de som soltam aquele som, só que você não tem como... você pode chegar pedir, mas você não tem o aparelhinho, aí vem mede, multa e a guarda municipal vai ter esse poder, então eu acho que vai ficar mais fácil. E eu acho que o outro ponto negativo é que houve uma alta no mercado imobiliário, esse é um ponto negativo, eu acho que a cidade perde muito com isso, mas fica difícil de você controlar.

Jucilene. Vocês participaram de algumas reuniões do PNMT, que é um programa nacional, e além desse programa houve algum outro que a cidade participou? E como foi o PNMT aqui, teve resultado?

Mila. Teve. Bom, nós participamos acho que do primeiro em 95, 96 eu não me lembro, eu na verdade fiquei um tempo fora da prefeitura, mas durante esse tempo as outras pessoas que estavam aqui continuaram participando do programa, ele tem algumas etapas, né? Eles faziam algumas exigências inclusive o Comtur, quando nós fomos nós já tínhamos o Comtur, antes mesmo da exigência deles, é que nós já estávamos caminhando, e nós continuamos no nosso ritmo, procurando se adequar mais ou menos ao apelo do ajudou não posso dizer que tenha sido fundamental. É como a gente fala tem muita gente querendo isso, essa normatização, eu falo gente isso vai servir de base, mas não adianta, pois cada um escreve sua história, por que a gente também tentou se basear em Bonito. Só que não deu, não adianta, para nós não serviu, não conseguimos tanto é que o vaucher lá não está funcionando, não está funcionando, inclusive a pessoa que trabalhou aqui com a gente, foi o mesmo que implantou o vaucher lá, e ele estava indo lá constantemente para ver o andamento.... (virando a fita, ela continuou a falar sobre o vaucher que não estava dando certo em Bonito).

(Comentário Jucilene: Bonito tem um funcionamento diferente daqui, apesar de ser parecido em alguns aspectos em relação a natureza, o turismo aventura aqui é bem maior.)

Mila. É lá é mais o Ecoturismo mesmo, um turismo de contemplação. Lá o vaucher é cuidado por eles mesmos, não tinha um órgão maior, então não deu certo, então agente já está corrigindo. Então, me parece que para vender o vaucher, você tem que se transformar em agência, então até porteiro de hotel abriu agência, alias era agência e na verdade não é, criou-se assim uma rede, e até eu estava conversando nessa feira de esportes aventura lá São Paulo, com a representante de Bonito e ela me disse que a prefeitura, eles não tem a prefeitura como parceiros, a prefeitura fica completamente à parte, é estranho, eles estão com a faca e o queijo na mão. Mas você vê como é, cada um tem uma visão. Por isso que o nosso prefeito queria tornar decreto para agilizar, mas a câmara quis que se tornasse lei, porque se entra um outro revoga o decreto, e acabou, todo um trabalho perdido, e então é preferível você transformar em lei, mesmo que isso não vai estar cem por cento correto, a gente sabe disso do decorrer do caminho é que a gente vai avaliar isso, vendo como está e a gente vai mudando, vai melhorando os esportes, vai trabalhando os sítios... A gente pretende montar uma central de apoio ao vaucher. Agora como isso vai ser feito eu não sei, eu não sei se vai ser pela prefeitura, se vai ser terceirizado, só sei que tem que ser uma coisa seria, entende? Também não pode ser dada a iniciativa privada, senão é o mesmo que você dar capim para o bode tomar conta, né? Então, até foi questionado a capacidade do poder público de tomar conta dessa central, aí nada impede que seja criada uma estrutura, com parceria com uma universidade, o que sabemos é que isso deve ser fiscalizado... só que o vaucher tem chão ainda. O pessoal tem medo, porque com o vaucher a fiscalização da insegurança, mas não é esse o objetivo principal, só que a sonegação ainda é grande, a prefeitura arrecada muito pouco, como você vê nós já estamos a quase dez anos de atividade turística e agora os sítios turísticos vão precisar abrir firma, então até agora nós não estamos cobrando nada. Então tem tudo isso, eles vão ter que se adequar, a maioria tem lanchonete e então a vigilância sanitária vai lá, então vai ter muito trabalho para ser feito, temos muito trabalho.

Jucilene. Você falou que os guias são da própria comunidade, existe uma regra básica para a seleção dos guias, que exija que eles sejam da própria comunidade?

Mila. Não, não existe.

Jucilene. E treinamento para a população, vocês tem algum programa de treinamento para que eles possam se inserir nesse processo do turismo ou não?

Mila. Na verdade aconteceu o seguinte, os guias meio que se especializaram na raça, principalmente dos esportes radicais, porque a principio o único esporte que já existia a mais de 50 anos era o Bóia-Cross, que era um lazer para a população, que descia com a bóia nesse primeiro trecho, então só existia isso. Depois se pensou em fazer o Bóia-Cross lá para baixo após o Parque dos Saltos, daí começaram a descer uns botes para acompanhar, só que aí o pessoal passou a achar mais gostoso ir no bote do que ir na bóia, e daí naquela época estava chegando o rafting no Brasil e tudo mais, então o pessoal foi meio que se especializando na raça, por exemplo, a Mata'Dentro foi a primeira agência. O poder público na verdade ele ofereceu curso de primeiro socorros através do fundo social, já foi feito curso de guia, mas não pela prefeitura, foi uma parceria na verdade, agora esses guias terminaram o curso do Senac de Jaú, que foi dado gratuitamente de esportes radicais, e monitor ambiental. Mas os guias na verdade dos esportes radicais eles se especializaram na raça mesmo, aí no caso vieram algumas pessoas de fora, que nem a Canoar foi a primeira a trabalhar com guia de fora que já conhecia outros rios, então..... na verdade eles circulam muito pelas agências, então na verdade aquele que sabia mais saiu daqui foi para lá ser coordenador dos outros, passou para os

outros o conhecimento dele e assim foi. É lógico que isso não tira a necessidade deles serem treinados, isso inclusive faz parte da nossa programação, existe inclusive uma idéia e isso já foi discutido no Comtur de nós criarmos aqui uma escola de esportes radicais, embora isso também seja para o futuro. Mas os guias são o seguinte, aqueles que já tem x-tempo esses não vão precisar de curso, mas depois que estivermos em uma situação toda implantada os que virão vão precisar de curso.

Jucilene. Dessas agências que estão aqui, você poderia me dizer quais são as mais antigas?

Mila. Temos a Mata'dentro primeiro a Vaca Náutica ficou operando muito tempo sem registro, então a gente pode dizer que a segunda é a Canoar e depois acho que a terceira foi a, deixa eu pegar aqui... a Ponto de Partida, não espera aí e porque a Canoar era ligada, era o pessoal que opera, o nome da agência era... a gente conhece o povo, mas é muito nome de água de aventura, eu faço confusão, é a Canoar é a Brotas Aventura, a do Pezão e a Ponto de Partida que foi a terceira e a Vaca Náutica foi a quarta, e depois a H20mem também é antiga só que ela se instalou no Patrimônio e ela só faz canyoning e cascading, ela não faz rafting, ela faz só vertical, e depois vem as demais.

(Comentário Jucilene: Eu estou te perguntando isso porque ao longo do meu trabalho eu farei algumas entrevistas com os empreendedores e talvez seja mais interessante falar com esses mais antigos que já tem toda uma história.)

Mila. Então com certeza a Mata'Dentro tem muito a acrescentar.

Jucilene. E dos Sítios turísticos, há alguns que possa ser mais interessante?

Mila. Eu acho que o pessoal da Areia que Canta que está aí desde o começo, eles fazem um trabalho legal lá, deixa-me ver quem mais, eu não sei se o CEU te interessa, por ser diferente. Esse CEU é uma parceria com uma universidade, ele é um Centro de Estudos do Universo, eu acho que é interessante por ser diferente, depois de cachoeira tem o João lá da Cassorova, o Rodrigo Saldanha do Recanto das Cachoeiras, que agora é muito conhecido, eu acho que essas são pessoas interessadas, tem o pessoal da Alaya que é a verdicália e o Sítio Sete Quedas tem o arborismo verdadeiro, o da árvore, tem uma vista bonita, né? E o da Alaya, tem o vertical, inclusive parece que estão instalando em outros locais, estão dando consultoria e estão instalando em outros locais, até na Bahia.

Mila. É as agências mais novas são, elas também estão envolvidas, mas são a Ecoação, a Tribo D'Água, e a Terra da Aventura acho que são as novas, bem as demais já estão aí a algum tempo, bem é isso.

Jucilene. Como se articula a questão regional? Vocês têm algum projeto para a região?

Mila. Então, agora tem porque, você já ouviu falar do Codetur? Então o Codetur é um órgão que foi criado e tem como padrinho o Carlos Nascimento que é de dois Córregos e ele envolve 17 municípios da região, a princípio a gente ficou até um pouco, assim sei lá A gente não tem nada haver com aquele município, entende? São muitos municípios e desses 17 os mais desenvolvidos turisticamente são a Barra Bonita e nós, os demais estão iniciando, mas na verdade desde o início o prefeito deu todo o apoio, porque ele é muito aberto, sabe? E logicamente, ele falou se os outros entraram porque nós também não podemos entrar? E entrou dando o maior apoio, mais do que muitos aí. E agora parece que têm caminhado, eles estão com uma diretoria atuante agora parece que eles pediram dinheiro para a Embratur para cursos de treinamento.

Jucilene. Mas é um órgão estadual?

Mila. Não, não é estadual, e agora não sei te dizer. Então acho que a iniciativa foi particular, mas agora parece que está tendo um apoio do Estado, mas foi independente, a iniciativa não foi do estado, foi o Estado que procurou o Codetur. O presidente é o Fernando Dellacoleta aqui de Torrinha, então o escritório é ali também.

Jucilene. Para finalizar, a Cidade já tem Plano Diretor?

Mila. Não, já houve esse desejo varias vezes, já chegou a começar as discussões, já chegou assim a contatar universidades para uma parceria, mas nunca aconteceu. Tem alguns trabalhos iniciados que podem levar ao Plano Diretor, até a semana passada fizeram uma exposição de uma reorganização da cidade, mas até existe uma cobrança grande por parte de umas pessoas que apóiam o prefeito, mas ainda não tem.

Entrevista com Representantes das Agências de Turismo Aventura de Brotas

Data: 20.01.04

Horário: 11:05h / 12:15h

Nome da Agência: *Mata'Dentro*

Nome do entrevistado: Jose Carlos Francisco Junior. **Função/Cargo:** Proprietário.

Jucilene – Em primeiro lugar eu vou pedir para você fazer um breve histórico da formação da agência, quando vocês iniciaram as atividades? O que vocês pretendiam quando começaram a montar a agência?

Junior – Bem, como você já deve saber todo esse processo começou em 93, quando existia um impasse econômico na região, então buscávamos alternativas econômicas para o desenvolvimento daqui. No começo 90 até 93, a gente estava tendo uma crise do suco, da laranja, então enquanto os produtores de citros estavam em crise, os produtores de cana de açúcar com a queda do pró-álcool estavam buscando outro caminho, então existia toda essa crise no setor arrecadador do município.

Na época o prefeito que assumiu, que é o atual, o Du Barreto, ele tinha o conceito de desenvolvimento através de atrair empresas novas empresas para a cidade. Então ele tinha uma política de atrair indústria. Em 93 a política do Du Barreto era para atrair indústria. Mas aí no processo aconteceu, isso da agência Mata'Dentro, o processo de engajamento do turismo foi com o movimento Rio Vivo um pouco mais atrás, em 92, que foi em função do curtume, que teve reflexo também nessa política do Du Barreto de querer atrair empresas.

Voltando um pouco o do curtume era no governo anterior do Ademar Gregolini, ia-se montar um curtume, compraram uma propriedade aqui e eles iam montar um curtume. Da onde surgiu o movimento Rio Vivo contra a implantação do curtume, daí com o movimento Rio Vivo surgiu a Mata'Dentro.

Então mudando o governo o Du veio com esse mesmo princípio de desenvolvimento para trazer empresas. E com uma nova proposta surgiu a Mata'Dentro... no começo o Du Barreto ele criou a Secretaria de Meio Ambiente no qual assumiu o Batista Negrão, e foi uma das promessas de campanha do Du Barreto e ele cumpriu, no começo do governo dele em 1993 ele criou a Secretaria de Meio Ambiente, não existia a Secretaria até então na Prefeitura, e a partir da Secretaria de Meio Ambiente, nos começamos a catalogar no começo de 93 as cachoeiras e logo em seguida surgiu a Mata'Dentro, a partir do Movimento Rio Vivo, alguns integrantes resolveram então montar um negócio.

O que coube ao poder público? A gente sempre fala isso. Coube a Secretaria de Meio Ambiente e ao Movimento Rio Vivo levantar todo o potencial e coube a Mata'Dentro a transformar esse potencial em produto. Foi o que nós fizemos resumidamente, nesses anos.

Mas eu tenho os detalhes do histórico, com todo o processo histórico tudo certinho, com referência, tudo bonitinho e mandaremos em e-mail para você ter mais embasamento teórico para o seu trabalho. A empresa começou com 6 integrantes e hoje ela tem dois sócios.

Jucilene – Quando vocês montaram a agência vocês já montaram com essa intenção do Turismo Aventura, e das atividades de aventura ou não?

Junior – Não, assim por isso que tem esse nome Mata'Dentro, porque a princípio, pós Eco 92, o conceito nosso era ecoturismo purista, ou seja, vamos explorar as cachoeiras, as ... vamos trazer turistas para explorar as cachoeiras, então como é que vai? Vai Mata'Dentro... a única atividade um pouquinho relacionada com esporte aventura que a gente fazia e estava começando a introduzir era o bóia-cross, que já era uma coisa nossa e nós começamos a usar.

O esporte aventura ele veio numa outra fase de desenvolvimento, quando mais ou menos em 95, 96 por aí, é em 95 mais ou menos, os donos de cachoeira começaram ver que a gente... É assim no começo eles nem ligavam, deixa essa molecada entrar aí e boa. Daí eles começaram ver que a gente entrava nas propriedades deles cada vez mais, e com mais pessoas, e aí o negócio parecia interessante.

Então, mais ou menos nessa época em 95, nós percebemos que as cachoeiras estavam se estruturando, e por exemplo uma trilha para a gente levar para uma dessas cachoeiras mais comerciais que hoje estão abertas direto ao público, custava x mais, porque tinha o ônibus e tinha o guia... E eles estavam cobrando só no ingresso muito mais barato, só para entrar e o cara chegava com carro lá e visitava a cachoeira, então começou a ser uma concorrência para nós. Começou a ficar difícil, e então nós pensamos qual vai ser o futuro realmente se a gente continuar só visitando as cachoeiras?

Tentamos com alguns proprietários fechar uma certa exclusividade, desenvolver um roteiro específico, que é o que nós temos aí para algumas cachoeiras, com um roteiro específico nosso. E para os que não deram nós acabamos abandonando a cachoeira, nós não tínhamos mais roteiro para cachoeira, porque o público pode ir diretamente e não precisava da gente. E para compensar isso o que nós pensamos puxa, nós temos um rio aí maravilhoso a gente já faz o bóia-cross, vamos buscar alternativas de esporte aventura e aí foi quando nós introduzimos o rafting, já tínhamos o bote de rafting de apoio, e aí decidimos abrir a atividade.

Abrimos a atividade, daí começamos aqui também o rapel, começamos a buscar alternativas e daí foi, essas três fases eu tenho em documento e agente pode imprimir para você.

Jucilene (comentário) – É que tem essa questão, dizem que aqui é ecoturismo, mas é um turismo muito mais de aventura, as pessoas vêm para cá praticar as atividades de aventura, não é?

Junior – Ai é que está, esse conceito de ecoturismo já faz uns dez anos que a gente está nessa história, e ainda não se definiu. Então eu acho que nós fazemos um turismo aqui de sustentabilidade, se nós estamos trabalhando a educação ambiental, a comunidade local está envolvida. Não é índio mais é comunidade local, não é um quilombo mais é uma comunidade local, o restinho de natureza que a gente tem já está sendo envolvida e está gerando renda, então o tripé básico do ecoturismo a gente tenta ter.

O meio ambiente não é comparado com outras localidades, onde tem aí comunidades remanescentes de alguma coisa e com recurso e patrimônio natural muito maior... mas nós somos os nativos da região, fomos beneficiados e o tripé básico do ecoturismo é respeitado, então a gente fala que aqui se pratica o ecoturismo. Agora por exemplo, os esportes de aventura são dentro da natureza embora o foco seja hoje, muito mais em cima do esporte aventura do que da visitação, mas acho que a grande discussão está que o esporte de aventura está dentro da categoria de ecoturismo, do turismo de natureza, então isso dá uma tese.

Jucilene – Como vocês elegem os espaços a serem utilizados pela agência, dentro das atividades que vocês fazem, como é feita essa seleção?

Junior – Quais são os critérios... bem a beleza cênica, no caso das cachoeiras, se ela tem um espaço, se ela tem uma beleza que dá para ser utilizada, uma cachoeira, uma trilha legal. Por que os nossos roteiros são elaborados com bases em alguns princípios, todos os nossos roteiros são guiados, a trilha tem que ser uma trilha legal, porque buscamos o relacionamento do guia com os clientes, os turistas e a cachoeira têm que ter uma certa preservação, porque às vezes você vai visitar uma cachoeira e tem... como se encontra no município de Torrinha, por exemplo, que não tem tratamento de esgoto, as cachoeiras mais bonitas estão a baixo da cidade, a cidade sem tratamento de esgoto, esse é um roteiro que nós não faríamos. Então buscamos dentro dos espaços esses três itens a beleza, a preservação do local e se dá para ter uma certa exclusividade para levar um grupo guiado. Nós por exemplo, não temos roteiro desenvolvido em cachoeiras que já estão diretamente abertas ao público, por exemplo, a Cassorova, o Astor, esse tipo de visitação a gente não faz, eu não levo grupo da Mata Dentro para visitar essas cachoeiras as pessoas vão diretamente.

No caso do esporte aventura, a gente busca locais estruturados, por exemplo no caso de canyoning e cascading, uma cachoeira que nos ofereça uma cachoeira que nos ofereça uma certa estrutura para a gente estar utilizando a cachoeira, e no rafting o critério também foi a estrutura do local e um trecho adequado em termos de tempo de água e essas coisas todas. Então nós escolhemos um trecho comercial no rio, aonde tinha um lugar de fácil acesso e já existia uma construção, e esse trecho de uma hora e meia de água e daí quando as outras empresas surgiram na cidade elas foram buscar bases próximas as nossas bases de saída, tanto de entrada como de saída do rio. Então, estabeleceu-se no município, inclusive na Lei, no Comtur, o trecho de rafting é aquele trecho, e nós começamos por acaso naquele trecho, onde coincidentemente tinha uma infraestrutura pra entrar no rio nesse trecho e para sair fácil, então está aí um dos critérios, porque o rio tem um total...

Saindo da cidade até onde acaba as corredeiras da um total de uns 16km, a gente usa hoje pro rafting em torno de 7km, um pouco menos até. Ainda tem esse restante de corredeiras e quedas do rio que não são utilizadas que é o trecho intermediário e que está como efeito.... Esse ano nós vamos lançar esse trecho intermediário, que está na reserva como um plano B, como já vai ter limitação de turistas na parte de baixo, então a única alternativa de crescimento do rafting está nesse trecho intermediário, quando começarem meio que super lotar o trecho de baixo, dentro da capacidade de carga que foi estabelecido na lei, nós temos o trecho intermediário pra começar usar

Jucilene – Como vocês fazem a negociação com os proprietários dos espaços visitados?

Junior – Cada empresa tem um critério, o nosso critério é que a gente tenta buscar nos espaços, dentro de nossa planilha de custos, uma porcentagem do passeio vai para o proprietário no caso do rafting, por exemplo, no caso das cachoeiras que se utiliza para canyoning a gente tem que ter uma taxa de entrada estabelecida.

Jucilene – É fácil essa negociação com o proprietário?

Junior – Não é muito difícil. Porque eles sobem muito o preço e em toda temporada você tem que sentar para negociar, e tem uma pressão muito grande da... Por exemplo, como nós somos a primeira empresa, nós temos alguns lugares que são exclusivos, e muitas empresas que vieram querem esses locais, então o cara toda vez que vence o contrato, existe uma pressão para se perder. Assim o que fala mais alto no fim das contas é o dinheiro, e as pessoas até ficam um pouco mais envergonhadas de negociar por que começou com você. Você que abriu esse negócio para eles, mas o que fala mais alto é quem paga mais e leva.

Jucilene – E quem fica responsável pelo manejo da área, verifica os impactos e faz a manutenção? Vocês, a agência, ou o proprietário, como é feito isso?

Junior – Por exemplo, dentro do nosso plano, porque a Mata'Dentro tem um plano de gestão ambiental, dentro do sistema ISO 14000, a empresa é certificada, mais o local onde a gente utiliza não é certificado, então qual é o nosso procedimento... O que dá para a gente fazer, a gente faz, em termos de vamos lá e vamos resolver, a gente resolve ali. Agora se não dá para resolver nós temos como obrigação dentro do nosso sistema fazer as devidas comunicações. Então vai lá manda uma carta falando, olha dentro da nossa parceria ficou combinado que você ia coletar o lixo, mas o local se encontra sujo. Precisamos arrumar a escada de tal lugar. Você arrou muito a terra e chegou ali, ou o seu vizinho. Qualquer problema ambiental que aconteça nos sítios a gente, se der para resolver a gente vai lá e resolve senão, se não é da nossa responsabilidade, a gente vai e manda comunicações, não só dos sítios como da cidade. Por exemplo, esses dias ai teve uma turista que ficou... ela viu que no Patrimônio o tratamento de esgoto ainda não esta pronto, esta em construção e tem uma cachoeira maravilhosa lá, ela mandou uma comunicação interna para nós, e o que nos fizemos, nós mandamos para os órgãos competentes fazendo pressão para que termine logo aquilo, esperamos a carta resposta desses órgãos e encaminhamos para ela.

Jucilene – Então existe de uma certa forma uma parceria para fazer essa manutenção. Pelo que eu li nas leis, existe a citação de um plano de impactos, como fica isso.

Junior – É por isso que eu falei para você as leis ainda nem foram implantadas na prática porque acabaram de ser votadas, todas essas leis.

Jucilene – Mas esse plano de impactos já existe, ele já foi feito?

Junior – Não, hoje não existe nada. Só existem as leis votadas, as leis que se transformaram em leis oficialmente e estão ai no site da prefeitura. A prefeitura esta agora se estruturando para montar o corpo técnico. Então, ela ainda não tem corpo técnico de fiscalização, não tem corpo técnico para eventualmente dar suporte ai em uma área, e falar assim você não vai ter a licença ambiental porque sua área não está... não tem um Rima, não tem um relatório de impactos ambientais, você não esta autorizado pelo DEPRN para fazer essa escada aqui.

Isso esta sendo criado, esse corpo técnico da prefeitura, ela ainda não tem estrutura para realmente fiscalizar e nos orientar para a implantação das normas, agora como essas normas levaram muito tempo para serem feitas, foram muito discutidas na comunidade, muito do que tem ai, por exemplo, as normas de rafting, especificamente de esportes, de rafting, de bóia-cross, de terrestre, tudo que esta ai já foi praticamente implantado nas empresas em termos de segurança, em termos de preocupação com o meio ambiente, porque todo mundo se alto fiscaliza, porque ninguém... às vezes uma empresa esta descendo e ela precisa encher o rio de faixas, na hora a gente vê aquilo e não deixa o cara por, porque existe uma certa preocupação com as normas, vamos dizer assim para estar para estar vigorando precisaria de uma fiscalização por parte da prefeitura e uma adequação por parte das empresas por que o básico todas fazem já, porque é uma norma que já foi sendo trabalhada desde seu começo de implantação e discussão nós já fomos mudando, porque todo o desenvolvimento dessas leis saíram das empresas dos GTs técnicos, ou seja dos grupos de trabalho. Então foram coisas que já foram sendo implantadas ao longo do tempo, o que precisaria é ajuste e ajuste técnico, por exemplo, não são todas as propriedades que tem a aprovação do DEPRN para determinadas coisas, não significa que se ele não tem a autorização ele esta detonando.

A degradação de qualquer área de pasto na beira do rio é muito maior do que as entradas de bote, infinitamente maior, o manejo da cana até a beira do rio é infinitamente maior o impacto. Mas nós não temos hoje, nos sítios turísticos segundo a lei, vai ter que ter cada sítio turístico, cada base de saída de rafting e de base de saída de esporte aventura vão ter que ter o licenciamento ambiental e para ter o licenciamento vai ter que cumprir uma serie de normas e isso esta sendo preparado.

Eu acho que nessa temporada isso não vai ser implantado esses prazos da lei vão ser todos estourados, mas a filosofia da lei já funciona mais ou menos, vamos dizer assim a parte burocrática da lei que realmente ainda não foi implantado de fiscalização à implantação do vaucher, por exemplo, para o controle de capacidade de carga não tem. Nós não temos da onde pegar esse vaucher, como a equipe que vai nos fornecer, vender isso, como vai ser vendido, entregue esse vaucher, como vai ser controlado, onde a gente vai pagar?

Jucilene – Você faz parte do COMTUR, você participa das reuniões?

Junior – Eu fiz parte como representante das agências, hoje eu só participo... eu estou me afastando um pouco, mas ainda vou em todas as reuniões, mas não participo... como eu fiquei dois anos lá eu não quis continuar com a responsabilidade de estar votando e sempre estar.... então eu dividi isso com outras pessoas, e eu sai esse ano eu quis sair e não sou mais representante.

Jucilene – Mas você podia me contar um pouco sobre as reuniões do COMTUR, como as tomadas de decisões, como funciona?

Junior – Todas as decisões em Brotas são tomadas através do COMTUR, então o que acontece tem um evento, ontem nós tivemos uma reunião do COMTUR. Então, qualquer evento... tem uma festa um grupo vai organizar essa festa, aí o grupo que vai organizar essa festa vem em frente ao COMTUR apresenta sua proposta e aí é questionado pelo COMTUR, quanto ao lixo, quantas pessoas vão ser atraídas por essa festa, qual é a preocupação se for num sítio, a segurança? E a equipe que vai organizar essa festa é colocada perante os membros para uma sabatina, daí se passar pelo COMTUR o Prefeito estimula a festa ou então às vezes chega até... por que fica difícil ele bloquear uma festa, mas ela sai com a aprovação do COMTUR ou não. Porque se o cara, bom existe uma Lei, se ele preencher todos os requisitos de segurança, qualquer um pode vir aqui e fazer um evento. Mas se não passa pelo COMTUR, existe uma pressão junto a Prefeitura de dificultar a coisa. Qualquer empreendimento, qualquer coisa nova que venha surgir tem que ser discutido no COMTUR, então é um COMTUR bem ativo, as reuniões são realizadas de acordo com as necessidades, às vezes tem 2 ou 3 por mês depende da necessidade. O presidente do Comtur que é o representante da prefeitura, ele que conforme a necessidade vai fazendo a convocação.

Jucilene – E qual a sua opinião em relação a essa ação dos órgãos públicos, eles são bem ativos em relação ao turismo?

Junior – Então, as coisas foram melhorando ao longo do tempo, você pega 93, final de 92 nem tinha a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria Turismo é a Secretaria de Esporte e Turismo, mas hoje o esporte já ficou mais responsabilidade do Vice Prefeito, à parte de turismo já tem uma equipe maior já tem uma sala já tem um espaço, antes não tinha nada disso, então foi uma coisa que foi com o tempo sendo melhorado. Eu acho que cabe ao poder público... investimento deve ficar para a iniciativa privada, e cabe ao poder público fazer investimentos em infraestrutura que é o papel dele mesmo, não precisa fazer coisa muito específicas para o turismo, o que fizer para a comunidade automaticamente vai estar beneficiando o turismo, então o saneamento básico, investimento em infraestrutura, então é isso que o poder público... e a coordenação do processo a parte de planejamento tem de ser do poder público mesmo então é o que esta sendo feito atendendo. Mas como toda a cidade sempre falta alguma coisa, mas hoje tem... hoje a Prefeitura tem na Secretaria de Turismo uma equipe de pelo menos três pessoas trabalhando diretamente com isso dentro de um espaço próprio, fora as duas ou três pessoas que estão lá para trabalhar com a área de meio ambiente.

Jucilene – Você acha que isso veio de uma pressão de vocês ou não?

Junior – Isso veio de uma pressão do próprio seguimento. O Turismo esta aí você vê o que é a cidade de Brotas em relação ao esporte aventura, então automaticamente como todo mundo teve que se estruturar as empresas, os departamentos da prefeitura responsáveis pelo turismo também tiveram que se adequar, e vai ter que se adequar mais ainda, vai ter que criar um corpo técnico para a fiscalização. Eu acho que o poder público faz o que é possível para se tentar resolver, para planejar, mas falta realmente recurso... todos aqueles problemas de prefeitura, e uma prefeitura ela como muitas prefeituras ela acaba sempre sendo aquela que “apaga incêndio”, resolve problemas de localidades, localizados. Por exemplo, o prefeito acha que... essa prefeitura falou assim que quando o governo dele terminasse nós teríamos um plano diretor, vai passar e o plano diretor não vai ter. Vai ficar talvez para o próximo governo dele mesmo, eu acho que ele vai ser reeleito. Porque o órgão que trabalha com planejamento dentro da prefeitura fica atendendo um monte de setores e então é essa a deficiência do sistema prefeitura. Então talvez falte na prefeitura, dentro não só da secretaria, mas dentro da secretaria de planejamento, já que o prefeito e a prefeitura se diz sensibilizada para essa frente do setor do ecoturismo tratar prioridades. Então, não tem uma ação focalizada, tem ações de estar apagando incêndio em um monte de lugares, de estar fazendo um monte de obras e não resolve o problema e com isso vai demorando... a marginal esta aí largada, o Parque dos Saltos esta aí abandonado, o tratamento de esgoto esta praticamente parada a obra lá em cima, então não tem foco, vamos concentrar nossas forças para terminar isso, termina... então vai levando tudo junto, e aí passa os quatro anos de governo e realmente...

Jucilene – Vocês participaram da montagem da Lei da PMTS?

Junior – Nós participamos de todo o processo, inclusive a iniciativa de se normatizar o turismo em Brotas foi da Mata Dentro, nós em caminhamos já em 96 e 97 uma proposta de normatização do turismo, só que sempre falando, sempre questionando isso. Só que efetivamente tudo isso começou em 99 nós já tínhamos umas reuniões, em 98 nós mandamos para Câmara de vereadores outra proposta, mas efetivamente foi nos últimos três anos que virou uma discussão da Secretaria de Turismo, antes era uma como eu falei, nós sempre criticando, sempre cutucando... tem que se planejar, tem que se planejar a cidade esta aberta qualquer um pode chegar aqui e fazer o que quiser.

Então, nos temos até o modelo isso eu posso mandar para você qual era a nossa proposta que foi encaminhada na época em 98, foi uma por escrito para a prefeitura.

Jucilene – O que vocês entendem por turismo sustentável?

Junior – Na realidade, o que a gente entende por turismo sustentável, é difícil a gente falar, devia ser assim o que vocês entendem por desenvolvimento sustentável? Como uma visão global do negócio. Por que o município não vive só do desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade do turismo depende de outros seguimentos como a agricultura, por exemplo, se a cidade continuar a não ter manejo de solo adequado, a agricultura e a citrocultura continuar avançando em áreas que antes estavam abandonada e hoje a agricultura e a citrocultura principalmente estão avançando nessas áreas com novos cultivos, esta sobrando pro turismo pequenas furnas para serem utilizadas.

Então, o que a gente entende por turismo sustentável é tentar fazer uma pressão em todos os outros setores para que não se discuta apenas o turismo sustentável, mas sim o desenvolvimento sustentável para o município, um plano diretor de sustentabilidade para o município como um todo, e dentro do processo de turismo sustentável o que a gente entende, entende que vamos tentar dentro do setor de turismo da cidade que todas as atividades de turismo sejam bem planejadas, que a comunidade tenha retorno com isso é que gere riquezas para o município principalmente, então é essa a nossa filosofia básica de desenvolvimento do turismo sustentável, mas a visão tem que ser macro, tem que ser dentro do desenvolvimento do turismo sustentável para a cidade, o que adianta discutir turismo sustentável, se a prefeitura não tem um tratamento de esgoto que é a obrigação dela implantar nesse bairro do Patrimônio o tratamento de esgoto.

É obrigação da Curadoria do Meio Ambiente e do DEPRN, do IBAMA, da Secretaria de Meio Ambiente fiscalizar as áreas que estão sendo abertas, qual o manejo dessas áreas novas que esta se implantando a cana hoje, e a citrocultura, ou uma outra coisa que esteja vindo para desenvolver economicamente o município, então quais são os critérios? Então, temos que pensar... à superpopulação, o que nos estamos atraindo, qual o perfil do público... o morador que nos estamos atraindo para o município, os empregos que são gerados no município são absorvidos pela mão-de-obra local ou a gente continua ainda exportando empregos, vindo gente da região para trabalhar aqui? O quanto que uma usina como a do paraíso que gera 600 empregos é importante em termos de sustentabilidade econômica do município? Visto que o turismo gera pelo menos mais do que isso com um impacto muito menor. Então, quais são os critérios de desenvolvimento do próprio município? Eu acho que o desenvolvimento sustentável do município é buscar o equilíbrio de tudo isso. Bastão uma fiscalização da curadoria do Meio Ambiente e a Secretaria de Turismo buscar e fazer pressão junto a essas empresas de ter um manejo mais adequado para o tipo de solo, pro tipo de ambiente que é aqui a região das cuevas.

Jucilene – Você já até mencionou um pouco disso, mas você acha que a implantação da lei já começou a mudar as coisas, de alguma forma ela já esta começando a funcionar?

Junior – A Lei como partiu da própria comunidade, os princípios dela já saíram do que existia praticamente. Então muito do que já existe que esta aparecendo nas leis já esta implantado. O que precisa acontecer no município é algumas adequações técnicas, como licenças, como melhorar uma coisinha aqui, uma coisinha lá, e a parte burocrática para funcionar. A fiscalização ainda não existe. Uma pessoa boa para você conversar é o Mauro Pinheiro, que é o consultor da prefeitura que fica de segunda e terça aí. Ele pode te passar mais algumas informações. Agora se você quiser procurar o departamento de fiscalização da prefeitura, por exemplo, o Lazaro é o responsável pela fiscalização, para perguntar para ele o que ele esta fazendo, como ele esta enxergando, ou como ele vai trabalhar essa fiscalização, o que ele vai fazer com essas coisas. E a própria Mila (Secretária de Turismo) e o Janjão (Secretario do Meio Ambiente), tem coisa que é da área do Janjão. Como a Secretaria de turismo e a do Meio Ambiente esta se preparando de forma estrutural para atender a normatização?

Jucilene – E na sua opinião o turista condiz com a proposta da Lei? Ele vem para cá com um pouco dessa idéia de turismo sustentável? Como é feito esse trabalho com o turista?

Junior – Com exceção do carnaval, o resto do ano o turista vem buscando um produto aonde o sentido de sustentabilidade esteja ali... ah qual é o conceito? muita gente vem buscando conceito da empresa, e isso já é uma coisa bem definida em algumas empresas, então vem aqui e espera como cliente de ecoturismo que os princípios de sustentabilidade sejam respeitados. Por isso o nosso público alvo, vamos dizer assim que 90% do nosso público vem de São Paulo da capital, Grande São Paulo, agora tem também um pequeno fluxo de turismo regional que é o pessoal do oba-oba, que vem para ver, mas esse é minoria as vezes nem esta levando em consideração o que esta acontecendo na cidade, não tem essa preocupação de saber como e qual é a atitude da empresa, qual é a preocupação da comunidade em relação ao turismo, então isso é as vezes um turismo regional, de algumas pessoas que vem atrás do que esta na moda e não tem esses princípios.

Jucilene – Conta um pouco da relação da comunidade com o turismo, como a população reage a essa atividade?

Junior – Essa relação é realmente uma faca de dois cumes, pois existe um segmento da nossa comunidade que esta quase diretamente envolvida com o processo, que se a gente começar a multiplicar nós vamos ter essas 600 pessoas que hoje, daí para mais, que trabalham diretamente com o turismo. Ai a gente tem as famílias dessas pessoas e multiplica isso, e ai a gente tem uma parte da cidade que tem uma certa consciência que o turismo esta trazendo alguma coisa de bom para eles, mas tem pessoas que, como em muitas cidades, estão alienadas a qualquer processo econômico da cidade, social, turístico, ambiental, processo econômico. (pausa)

Eu acho assim que as pessoas hoje que eventualmente estão excluídas do processo, elas não estão só excluídas do processo turístico, elas estão excluídas do processo social da cidade, do processo econômico. Há uma exclusão do problema social que o país atravessa que o município como esse atravessa, não é ... aqui por exemplo, em determinadas épocas do ano vamos supor como o carnaval, por exemplo, que a gente atende de forma emergencial, o movimento do carnaval é um movimento que não interessa para nós em Brotas, mas ele acontece por que é um movimento em excesso, as atividades ficam todas lotadas, mas não é esse público que fica nas ruas fazendo baderna. Então, vem um público para brotas que não interessa, ai a comunidade acaba sendo afetada, muita bagunça, coisa do tipo. Sempre antes do carnaval a gente tem um processo de criação dentro do COMTUR de procedimentos de emergência, maior fiscalização, maior policiamento, maior abastecimento de água. Então é uma época do ano que a comunidade sempre, tudo o que a gente escuta ao longo do ano, sempre é reflexo do carnaval, do que acontece no carnaval. Por exemplo, um reflexo também que a gente percebe na comunidade, as pessoas reclamam que Brotas ficou com um custo de vida mais alta. Mas não é que Brotas ficou com um custo de vida mais alto é que o país esta com custo de vida mais alto, mas temos esse problema local aqui. Por exemplo, a parte de ... houve um inflacionamento da área imobiliária na cidade, isso houve, isso é nítido, mas é uma coisa que esta buscando ajuste ainda, eu acredito que vai ter. Então, são esses os maiores impasses na comunidade, por exemplo, a comunidade antes de existir o ecoturismo ela ia pouco para as cachoeiras, o Parque dos Saltos aqui que era gratuitamente utilizado, estava abandonado. Com o desenvolvimento das atividades de esporte aventura, a comunidade não ficou excluída do processo, porque não era da realidade da comunidade essas atividades. Por exemplo, eles reclamam que hoje o preço das atividades é caro, que Brotas não tem o poder aquisitivo para isso... essas coisas, nós estamos tentando resolver isso da melhor forma possível de fazer alguma coisa que essas pessoas tenham acesso as atividades. Então eu acho que essa relação com a comunidade é o que acontece em muitos outros atrativos turísticos é o que acontece em Brotas.

Jucilene – Em relação aos funcionários da agência e do turismo, a modo geral em Brotas, existe algum treinamento especifico uma associação que os defenda, que os treine? Como vocês escolhem esses funcionários?

Junior – Não, assim a seleção dos funcionários de atendimento, às vezes eles vem aqui sem saber nada e vão sendo treinados de acordo com o perfil, e depois a gente vai buscando um perfil que nos desejamos no mercado fazendo entrevistas e vê quem se aproxima e a gente faz o treinamento existe um treinamento próprio. Cada empresa em Brotas tem uma característica, tem muitas coisas básicas mais cada um tem um estilo, alguns dão um enfoque mais comercial, outros dão um enfoque mais no conceito, nós trabalhamos muito com o conceito, com o conceito de empresa com foco no cliente, com foco nos processos de sustentabilidade, com foco no ambiental, com foco na comunidade, então esse é o nosso grande marketing, nos conceitos ambientais.

O nosso funcionário tem um treinamento, tem empresa em que o enfoque é mais esportivo, eu tenho o melhor instrutor, eu tenho a melhor equipe, então depende um pouco da característica de cada um.

Jucilene – Mas existe alguns cursos para o treinamento desse pessoal na cidade, da própria comunidade?

Junior – Não existe, existe os cursos específicos de cada empresa, é aberto a comunidade, mas é dado pela Mata'Dentro e nós vamos treinar a comunidade dentro dos nossos princípios. Mas o curso é aberto quem quiser fazer faz, é gratuito e oferecido a comunidade como um todo. Então nós trabalhamos os princípios de sustentabilidade, começamos a aproveitar esses cursos para conscientizar um pouco a comunidade, e dentro desse público que vem fazer o curso a gente vai selecionar o que interessa para nós, vai buscando o perfil dentro desse público. Daí o curso às vezes começa com 40 pessoas e a gente termina ele e acaba selecionando 5 ou 6 pessoas dentro do que você vai escolher.

Em termos de associação as empresas elas já são estruturas organizadas, tem estrutura jurídica tudo organizado, agora os guias ainda não tem uma estrutura, no município não existe uma associação, é o seguimento que esta mais desorganizado em termos de estrutura, são os guias. Eles são

tecnicamente bons, em termos básicos todos tem treinamento nas empresas em que eles trabalham, mas não estão organizados em um único setor, por exemplo uma cooperativa ou uma associação. Sobre os guias se você quiser conversar tem o Buzaranho, que é o representante dos guias no COMTUR, e ele é conhecido por todo mundo. Ele é da policia municipal, ele esta tentando unir os guias em uma associação.

Jucilene – Qual é a grande preocupação da agência com o desenvolvimento do turismo em Brotas?

Junior – A grande preocupação, é o que eu sempre falo e a gente tenta deixar transparecer aqui na empresa o futuro do turismo em Brotas esta muito mais na mão da Secretaria do Meio Ambiente do que na Secretaria de Turismo. Então, qual é o futuro do turismo em Brotas esta dentro realmente do planejamento ambiental da cidade, o plano diretor. A cidade tem que... nós temos já um público definido que esta a 240km, que é o público de São Paulo, hoje todas as atividades de Brotas foram desenvolvidas para atender esse público, elas duram meio período, é feita de forma bem comercial, você chega tem um procedimento padrão para atender o turista, ele entra no rio o tempo que ele vai passar nessa atividade é bem planejado, vai volta e depois no período da tarde ele tem outra atividade, quer dizer é um planejamento Brotas dentro da atividade de natureza e esporte aventura de parque temático.

Então, isso é uma coisa que nos assumimos, entre aspas é o Playcenter do esporte aventura, é o papel que todo mundo assumiu e todas as atividades foram desenvolvidas para ter esse tipo de estrutura, “fast”. Porque o público só tem o fim de semana para se divertir. Então, para que isso ocorra com eficiência, e que a gente continue na mídia e atendendo esse público que vem trazendo sempre novidade, o que a cidade de Brotas precisar ter é planejamento. Planejamento na parte de turismo, que é o que a gente esta tentando amarrar, um planejamento na parte de infraestrutura da cidade, estradas, rodovias, saneamento, o futuro do turismo está em cima disso. Brotas já têm essa fama de ser a capital do ecoturismo, e o que temos que fazer é manter isso, atendendo o nosso público cada vez mais com qualidade, então é isso, e a cidade tem que oferecer essa qualidade, por exemplo, os outros setores como as pousadas e restaurantes tem que acompanhar esse estilo, essa qualidade que se pretende dar para o turista e a prefeitura em seus serviços tem que ter essa mesma qualidade. O futuro esta em cima disso em qualidade, o nosso público é muito exigente. Então é planejar a parte ambiental da cidade, e ver o quanto podemos crescer na laranja, o quanto podemos crescer na cana-de-açúcar e nos outros setores econômicos e devemos investir nisso, o futuro do turismo ainda continua dentro do planejamento e de buscar a sustentabilidade. Por exemplo, o da Mata’Dentro hoje o nosso futuro como a gente já tem uma demanda máxima de turista dentro de nossa capacidade, nos não vamos crescer mais do que isso para atender turista. Nós estamos hoje procurando nichos de mercado, então esse é um foco de crescimento nesse processo de atender cada vez mais com qualidade, estamos buscando nichos de mercado. Estamos com foco em cima de treinamento empresarial, em foco do setor turístico buscar nichos de pessoas, de grupos, dar um atendimento a grupos de pessoas

Jucilene – Você gostaria de fazer alguma consideração final

Junior – Não, não.

Data: 21.01.04

Horário: 14:10h / 15:00h

Nome da Agência: *H2Omem*

Nome do entrevistado: Paulo. **Função/Cargo:** Proprietário

Jucilene – Eu a principio gostaria que você fizesse um breve histórico da formação da agência. Quando começou? O que vocês pretendiam?

Paulinho – O H2omen surgiu à quatorze anos, surgiu com um grupo de amigos que gostavam de fazer o rapel em cachoeira, isso nem existia no Brasil. E era um esporte que já existia na Europa a mais de vinte anos, mas no Brasil não existia nada, então o meu irmão que é o Carlos Zaitte que é um dos percussores desse esporte ele começou a adaptar algumas técnicas verticais que ele utilizava em caverna e espeliologia, para rapel em cachoeira ai surgiu o canyoning e isso foi há 14 anos. Isso para gente era uma paixão, uma diversão e da diversão virou o trabalho, então a nossa agência formalmente ela tem uns 4 anos, mas a gente já trabalhava à 14 anos.

Jucilene – E vocês iniciaram com essa idéia do esporte?

Paulinho – Já com essa idéia.

Jucilene – E como se classifica o turismo aqui em Brotas, que imagem que vocês que estão fazendo esse turismo querem passar?

Paulinho – A gente quer fazer um turismo sustentável e um turismo que grande parte da população tenha acesso, pois hoje o turismo é uma coisa cara, então a nossa idéia é que o turismo fosse

direcionado a outras classes também. Hoje Brotas é mais para a classe A e B, na minha opinião deveria melhorar mais os valores e agregar outras coisas e dar uma diminuída nos valores, para que outras pessoas pudessem ter acesso ao turismo também.

Jucilene – E o turismo que vocês querem passar nas propaganda é o turismo de aventura?

Paulinho – É o turismo aventura, é o turismo seguro, com toda a segurança que o esporte requer, mas um turismo de aventura e com isso envolvendo a natureza.

Jucilene – Quais as principais atividades que sua agência oferece?

Paulinho – O H2Omem é especializada em canyoning, rapel em cachoeira, nós só fazemos isso. Só descida.

Jucilene – Como vocês elegem os espaços onde vocês vão praticar as atividades?

Paulinho – Então, o nosso ambiente primeiro tem que ter cachoeira, senão tiver cachoeira não é a nossa praia. Então a gente vai desbravar o lugar, nós vamos fazer uma classificação nessa cachoeira, ver níveis de segurança e estudar tudo isso daí, e ver se a gente consegue levar um turista comum, um turista leigo para esse ambiente, se conseguir não tem problema nenhum. A gente faz toda essa classificação e começa a direcionar essa cachoeira ao turista comum.

Jucilene – E como vocês fazem a negociação com os proprietários?

Paulinho – A negociação é feita por uma conversa e tudo é uma questão de acertar valores, os valores aqui em Brotas estão em torno de 10 reais por pessoas, não só nas cachoeiras daqui, mas em toda região, a gente paga 10 reais por pessoa que faz a atividade na cachoeira deles.

Jucilene – Essa negociação é fácil?

Paulinho – Às vezes sim, às vezes não. Mas quando envolve dinheiro o negócio fica mais fácil.

Jucilene – E quem fica responsável pelo manejo, para verificar a manutenção?

Paulinho – Essa é função do proprietário, a gente tenta fazer o mínimo impacto possível, as nossas ancoragens são as mais naturais possíveis, ou seja, em árvore, em pedra, se tiver que colocar uma ancoragem artificial é um grampinho mínimo que vai na pedra, não agride em nada. E a gente esta sempre frisando para o turista pra não fazer trilha nova, andar sempre na trilha demarcada, não quebrar árvores, não tirar plantas, não mexer em nada. O nosso turista sempre tem uma consciência ecológica boa, eles não agridem a natureza de forma nenhuma.

Jucilene - Vocês forram para a descida?

Paulinho – Não, porque a gente desce dentro da água, é a pedra mesmo. O nosso não agride por que é direto na pedra.

Jucilene – E você acha que esse proprietário tem orientação técnica da prefeitura, para fazer a manutenção?

Paulinho – Não, nada.

Jucilene – Estou insistindo nessa pergunta porque de acordo com as leis mantidas no site da prefeitura, existe a citação de um Plano de Impactos, então vocês não têm acesso a nenhum Plano de Impactos?

Paulinho – Não, só teve um esboço com a professora Tereza Magro da Esalq, mas não foi implantado. A prefeitura não consegue, acho que não tem verba não tem recurso e acho que não consegui por isso em pratica, nem tem pessoal para fazer isso.

Jucilene – A agência participa do Comtur, como membro efetivo?

Paulinho – Sim, eu sou membro suplente da área de hotelaria, porque eu tenho uma pousada.

Jucilene – Como você acha que foi o processo de elaboração da lei, como foi a participação de vocês?

Paulinho – Foi um trabalho democrático, onde teve a participação de grande parte das agências, dos guias, instrutores, os que eram interessados em participar. É um negocio que você esta mexendo com valor, com dinheiro, e você mexe com os interesses das pessoas, então pode ser que o que seja bom para você não seja bom para mim. Então a gente tentou entrar em um consenso e houve varias reuniões, inúmeras, e a gente tentava entrar em um consenso que fosse bom para todo mundo. Uns gostaram e outros não gostaram, então quando as leis entrarem em pratica é que a gente vai saber realmente se foi bom ou não. Por enquanto, não esta sendo nada... cumpre a lei quem quer, quem tem boa consciência que acha que deve fazer, mas por enquanto não tem uma fiscalização não tem um controle não tem nada.

Jucilene – E como você acha que é a atuação da prefeitura em relação ao turismo desde quando tudo começou?

Paulinho – Sinceridade, eu acho tudo muito devagar. Eu acho que poderia ser muito melhor, muito mais atuante. Eu acredito que a prefeitura poderia se envolver mais, eu não sei assim o que atrapalha esse tipo de coisa, que nem nós fazemos parte, nós fomos para a Sport Adventure dois anos, lá em São Paulo, e era um grupo particular de pessoas aqui, eu, o Rodrigo Saldanha, a Milene da Cassorova, algumas agências ai que faziam parte. Então, esse grupo era formado por 17 empresas

aqui de Brotas, todos particulares e que representavam o nome de Brotas na Adventure Sport Fair, e isso causou assim alguns transtornos para algumas pessoas que se sentiam, que eles deveriam ter sido convidados, mas a gente justificou o seguinte o negócio é particular, quando for da prefeitura... Então reclamaram na prefeitura, mandaram carta para o prefeito que a gente não tinha o direito de usar o nome de Brotas sem ter convidado todo mundo. E então a gente disse o seguinte: - se vocês quiserem participar a gente passa para a prefeitura, a prefeitura assume esse espaço e todo mundo participa democraticamente. Fomos em dois anos, em 2002 e 2003. Quando foi agora em 2003 nós recebemos a proposta da Promo3(?) para ocupar o mesmo espaço e para pagar o valor, então eu fui e entreguei para Mila, e ela mandou e-mail para todo mundo e 5 pessoas só se interessaram. Então é uma coisa que as pessoas reclamam, mas na hora de colaborar de contribuir, quer dizer eram 17 empresas que gastavam 1.500,00 reais cada um, se fossem 34 empresas teriam gasto 700,00 reais cada um, é um valor que a gente ia pagando aos poucos até o mês de agosto quando é a feira e sairia bem baratinhos para todo mundo e a gente levaria o nome de Brotas mais uma vez para um segmento muito bom que é a feira de esporte aventura, Adventure Sport Fair, e isso não ocorreu e então quando foi anteontem a Mila me devolveu as faturas de novo, olha o pessoal não vai querer vai voltar para mão de vocês de novo. E então o que é mais fácil? É mais fácil reclamar do que colaborar. Então, eu acho que a prefeitura poderia ser mais atuante a gente vê as prefeituras de outros municípios aí, que não tem a mesma desenvoltura pro turismo como Brotas, só que eles assumem o negócio. A prefeitura de socorro ela contratou uma empresa, para fazer propaganda, para fazer folders, então eles desenvolveram logomarca para todo mundo, desenvolveram folder comum para todo mundo e todo mundo custeava um valor mínimo, e eles têm uma propaganda durante o ano todo, estão inseridos na mídia o ano todo, tem assessor de imprensa, isso ai custa dinheiro, mas se você for diluir isso em 50 empresas que tem aqui em Brotas envolvidas com o turismo sairia um pouquinho para cada um. Então, eu vejo que a prefeitura aqui não consegue fazer esse meio de campo com todo mundo e daí volta para mão da gente de novo.

Jucilene – O que vocês consideram como sendo um turismo sustentável?

Paulinho – A gente esta tentando implantar o sistema de vaucher, pelo qual o turista vai pagar um real por atividade que ele faça em Brotas, e esse dinheiro seria revertido para o FUMTUR, que é o Fundo de Desenvolvimento do Turismo, como caixinha que era realmente para custear essas coisas, custear o folder comum, custear ai um trabalho de pesquisa e tudo mais. Eu acredito que o turismo sustentável ele vai se basear em cima do imposto que a prefeitura cobra, mas que esse dinheiro fosse revertido novamente para o turismo, mas infelizmente aqui eu não vejo isso ai, a gente não consegue ver nem a infraestrutura mínima que esta sendo aplicada aqui, a prefeitura aqui muito fala e pouco faz.

Jucilene – A outra pergunta era sobre se a Lei já tinha causado alguma mudança, mas pelas conversas anteriores eu já sei que ela ainda não foi implantada? Não é?

Paulinho – Não ela ainda não foi implantada.

Jucilene – E o Licenciamento Ambiental ?

Paulinho- Também não.

Jucilene – E na sua opinião o comportamento do turista, ele condiz com as propostas de turismo sustentável.

Paulinho – Condiz, vamos dizer que nem todo mundo é igual, nem todo mundo tem a mesma cabeça, mas eu acredito que num percentual 90% do turista que vem aqui é um turista que tem uma consciência ecológica boa, é uma turista que tem um poder aquisitivo bom, ele tem um grau de escolaridade superior. Então não é uma pessoa que toma um refrigerante e joga a latinha na rua, ele não agride a natureza, ele vem aqui para fazer um esporte de aventura, ele vem aqui para extravasar o estress dele, para se divertir e vai embora, ele não leva nada daqui a não ser as lembranças, as coisas boas, as ruins às vezes.

Jucilene – E a relação da comunidade com o turismo, como você acha que esta? Você é morador daqui?

Paulinho – Eu sou morador, mas vim de São Paulo. Olha! Eu moro num bairro que fica distante 25km daqui do centro, eu estou lá no alto da serra, pertinho das cachoeiras. O Turista lá é muito bem vindo, pelo seguinte motivo, lá a gente tem uma represa em frente de casa, lá a gente tem as cachoeiras então o turista que fica ali no final de semana, que às vezes é um turista do dia, ele vem da região aqui, ele vem lá na represa para nadar fazer um churrasquinho, para se divertir. Ele acaba deixando um dinheirinho no comércio local, ou é na farmácia, no mercadinho, no açougue, na padaria, e ele esta sempre deixando um dinheiro, no posto de gasolina, e eu vejo que a minha empresa no caso eu dou emprego para doze pessoas, doze pessoas lá do bairro que são meus instrutores. Isso ofereceu uma renda suplementar que é muito bem vinda, Por que o trabalho aqui é muito difícil, é aquele trabalho na lavoura, só corte de cana, eucalipto, mexer com gado, e além desse trabalho que eles

tem, eles podem ganhar um dinheirinho no fim de semana que pode ser até mais do que eles ganham mensalmente. Então eu acredito que pro morador aqui o turismo é uma coisa muito boa.

Jucilene – Você acha que o turismo aqui encareceu muito o gosto de vida?

Paulinho – Eu acredito que não. Nem todo mundo teve essa idéia de explorar o turista e explorar o morador local, esses é um dos grandes problemas do turismo, né ? Os caras querem explorar o turista e depois o turismo acaba e os moradores é que acabam pagando as coisas mais caras.

Jucilene – Como vocês escolhem os funcionários da agência, eles tem algum treinamento específico? A prefeitura oferece cursos?

Paulinho – Os instrutores são selecionados pela gente mesmo, por mim e pelo Zaité. Começa mais no nível de amizade e depois eles começam a ir para cachoeira e daí a gente começa a ensinar tudo para eles na pratica. Então, eles sabem muito mais na pratica do que se eu der uma apostila para eles. Eu tenho instrutor que você coloca ele no rio e de olho fechado ele faz tudo, mas se você der um livro para ele não sabe ler.

Eu tenho instrutor que é analfabeto, infelizmente. Eu pego muito no pé, eu insisto, eu falo que vou mandar ele embora, porque a prefeitura em uma dessas leis diz que eles devem ser alfabetizados, o mínimo de escolaridade e que a prefeitura vai fazer uma provinha de classificação. Então, eu insisto com eles que tem que estudar, eu tenho um ou dois que não tem escolaridade, tem primeira serie só. Mas eles sabem tudo, na pratica eles fazem o nó, eles colocam o turista, eles conversam com o turista, era uma pessoa que à dois anos atrás ele não sabia, ele morria de vergonha, aquele cara que estava no meio do mato e só conversa com as pessoas do ambiente dele, ele morria de vergonha, e hoje eles são desinibidos, conversam com homem, com mulher, com criança, tem assim uma sociabilidade boa com as pessoas. E eles conseguem se comunicar, transmitir as informações que eles precisam para a pessoa, e acabam se dando bem. Eu acredito, que a cada dia eles estão se aprimorando mais, e vão melhorando a cada dia.

Jucilene – E em relação ao poder público, não existe uma iniciativa de treinamento para essa população?

Paulinho – De vez em quando aparecem algumas oficinas, algum tipo de curso, mas o pessoal não tem acesso, por que eles trabalham durante a semana, eles não tem como deixar o trabalho para vir fazer um curso de um, dois e três dias. Não tem.

Jucilene – Qual a grande preocupação de vocês em relação ao desenvolvimento do turismo local? E em relação à própria agencia?

Paulinho- A minha grande preocupação aqui em Brotas são as pessoas, alguns, que pensam por si só e as vezes não pensam no bem comum, ele não pensa no turismo como um todo, ele pensa só isoladamente. Eleva preço de cachoeira, hoje as cachoeiras daqui começaram cobrando um real, passou a dois, foi para três, a cinco, sete, dez, e agora estão pensando em passar para 20, isso vamos dizer de 3 anos para cá. Então, hoje uma fazenda cobra 10 reais, para você visitar e se você voltar agora depois do carnaval, essa mesma fazenda vai estar te cobrando 20. Eu acho isso um fim do mundo, um absurdo, uma exploração. Eu acho que turista não tem dinheiro para esse tipo de coisa. O turista vem aqui atrás de esporte de aventura, ele não vem para ficar em pousada e a pousada é o serviço que vai agregar isso ai, mas ele vem atrás do turismo de aventura, que são feitos em cachoeira, no rio na mata, e daí ele acaba sendo explorado, ele vai fazer uma refeição ele paga 15 reais, ele paga 20 para entrar em uma fazenda, ele vem uma vez só e depois ele não volta mais infelizmente. Eu acho isso uma coisa muito... e se a gente não tomar uma providencia, mas eu não tenho acesso a proibir o cara a fazer isso ai, eu acredito que nem a prefeitura tem. Então isso teria que ser um trabalho de conscientização de todo mundo que se o turismo acabar vai ser prejudicial a todo mundo.

Jucilene - E em relação a infraestrutura da cidade principalmente, como você acha que esta?

Paulinho – Eu acho que a prefeitura deixa a desejar, no aspecto limpeza, manutenção de ruas, a prefeitura alega que não tem verbas para isso, que não tem dinheiro. Mas eu acredito que tem porque a arrecadação do município aumentou assim cerca de 40% de dois nos para cá, então todos os municípios tiveram uma queda na arrecadação, e aqui a arrecadação subiu, era coisa de oitocentos e cinquenta mil reais mês, e passou a um milhão e trezentos mil reais mês, e a prefeitura alega que mesmo assim não tem verba para estar pagando essa manutenção. A gente tem uma estação de tratamento de esgoto, que me parece ela já está quase no limite, foi feito um aterro sanitário novo agora, que tem capacidade para uns três ou quatro anos para a coleta de lixo urbana, o Rio Jacaré-Pepira, se a gente não tomar uma providencia urgente com relação a assoreamento a gente vai perder esse rio em pouco tempo, as matas estão sendo devastadas para plantio de cana, então é uma coisa que você mexe com interesses de grandes empresários, de grandes empresas locais que preferem desmatar a preservar. Então é uma administração que a gente vai ter que tomar uma certa providencia. Mas, infelizmente tem gente que prefere ficar em casa assistindo novela do que

participar de uma reunião, o cara fala que não vai perder tempo com isso por é sempre a mesma coisa, e sempre o mesmo bla bla bla e não muda nada. Mas só que as coisas não mudam da noite pro dia, seria muito mais fácil fazer uma lei e “enfiar guela” a baixo de todo mundo, o difícil é você ouvir as pessoas para ver como você vai fazer essa Lei para que ela seja boa para a grande maioria, pode não ser boa para todo mundo, mas para a grande maioria. Eu vejo que tem gente que esta aqui só para ganhar dinheiro, enquanto esta lá com a galinha dos ovos de ouro, enquanto ele conseguir ter lucro esta lindo maravilhoso, quando parar de ter lucro ele vai ter que mudar de ramo, o que você vai fazer com uma pousada, como na Vivenda, o que você vai fazer com uma pousada daquele tamanho quando o turismo acabar? Será que ele vai conseguir recuperar todo o dinheiro que ele investiu lá? Não vai. Então se as pessoas deixarem de pensar só em si próprias, pensar só nela, não esta nem aí para o vizinho. Se eu aumentar o preço, se eu fizer tal coisa não vou prejudicar tal agência, se as pessoas continuarem a trabalhar dessa maneira, eu acredito que o turismo em Brotas vai acabar.

Entrevista com representante da ONG RIO VIVO

Data: 21/01/04

Horário: 11:00h / 11:50h

Nome do Entrevistado: *Fabio*

Função: Presidente.

Jucilene - Eu gostaria que você fizesse um breve histórico de implantação da Ong Rio Vivo em Brotas.

Fabio – Eu foi fazer um histórico um pouco mais amplo, a questão ambiental em Brotas tem um bom tempo, a gente tem um momento que foi quando, em 1985 mais ou menos, que é quando foi montado o consórcio, um sistema pioneiro mundial, que foi a preocupação com uma Bacia. Um consórcio de três municípios que representam a Bacia do Rio Jacaré. Ai eu acho que pode ser um inicio na questão ambiental do município. Que era uma coisa nova, pois antigamente não se pensava em proteger a Bacia. Então, no primeiro momento aconteceu isso. Ai o Curtume na verdade aconteceu na década de 90, que foi o estopim para uma outra situação, que era o Curtume, que era um mega curtume, que ia ser instalado aqui e a gente sabe que o curtume traz uma poluição muito grande de produtos químicos e tal. Ai um grupo de pessoas se reuniu e esse grupo de pessoas eles começaram a questionar a validade de você ter essa quantidade de empregos que o curtume ia trazer, que também nem era tão grande assim, por que a maioria dos profissionais ia ter que vir de fora, e por isso não ia ter essa reciprocidade que a gente queria. Então surgiu o Rio Vivo em 1992 quando foi fundado, ai logo em seguida a gente começou a fazer pesquisa de campo para fazer levantamento até mesmo para o turismo, porque a gente achava que o turismo seria o filão da cidade. Foi onde à gente começou a fazer as visitas as cachoeiras, e foi lançado em agosto de 92 um livro com 12 ou 13 cachoeiras em que a gente fez o levantamento, e a partir daí começou o turismo, teve o apoio da prefeitura junto que dava o transporte, e começou a juntar comunidade, com poder público e iniciativa privada e ai começaram a aparecer as agências, os hotéis, houve o interesse e começou praticamente o turismo. Nesse meio campo o Movimento Rio Vivo sempre esteve em algum movimento de base, caminhando junto. Esse ano a gente esta se reestruturando na verdade, se adequando, foi feito um monte de modificações ele ficou um tempo desarticulado, então a gente esta querendo se articular de novo, esta querendo fazer ele realmente virar um capitador de recursos, para a gente realmente poder desenvolver projetos, trabalhar em varias áreas. E desenvolver vários eventos, como o Clean up the Word que é o vamos limpar o mundo que a gente fez em 93 o primeiro, e em 94 e 95, e ele ficou um tempo sem acontecer e ele aconteceu o ano passado de novo, que a gente voltou a fazer. Brotas e Belo Horizonte são as únicas cidades do interior do Brasil, que fizeram de novo esse evento. A proposta dele é escolher uma área da cidade e fazer essa área ser coletado todo o lixo dela, e esse lixo ser catalogado, pesado quantificado e ser mandado para estatística estadual. Então a gente participou e a gente já entrou no calendário para participar todo ano, vai ter também uma volta ciclística como comemoração da primavera que é um evento em que a gente faz um passeio de bicicleta e a gente acaba plantando em uma área da cidade mudas, e geralmente a gente sorteia alguma coisa para incentivar participação, senão o povo não participa, tem que dar alguma coisa em troca.

E sempre fazendo denuncia também, a gente questiona o que a gente acha que é valido, e a gente faz o papel de cidadão, é isso que a gente acaba fazendo. Às vezes as pessoas confundem um pouco e acham que a gente tem a obrigação de fazer tudo, mas não é por ai a gente esta se

articulando, a gente tem uma participação muito grande, mas tem limites, e a gente esta se estruturando para conseguir ultrapassá-los.

Jucilene – E na sua opinião tem sido benéfico o desenvolvimento do turismo aqui em Brotas?

Fabio – Eu acho que o turismo tem seus pontos bons e ruins, ele é um ponto bom pois ele atrai dinheiro e tem o fator emprego, se ele for bem conduzido, ele é um turismo limpo, então no caso ele não traz poluição e nesse caso é ótimo para a cidade não precisa de indústria e de um monte de coisa. Só que ele é um pouco negativo na questão ambiental, o esporte, ainda mais que aqui a gente trabalha com ecoturismo, eu costumo falar ecoturismo entre aspas, porque aqui a gente trabalha com o turismo aventura, porque o ecoturismo ele pressupõe que a pessoa venha e aprenda alguma coisa da natureza, não venha só pela adrenalina. Então, eu vejo isso talvez um ou outro passeio tenha essa característica de ecoturismo, mas a maioria não tem, a maioria é adrenalina e ponto. Então assim, se você não tiver um controle, que é o que a normatização vem nortear, isso é conduzir e controlar, se não for feito e não for aplicado de forma adequada, então não adianta. Então o turismo ele é bom por um lado e por outro ele tem que ser uma coisa muito rígida, que quem tem que fazer é o poder público, por que a iniciativa privada tem os interesses dela e a comunidade não sabe bem o que ela quer, ela quer o emprego, mas ela não tem às vezes a noção, então assim, quem teria que nortear isso e fazer com que isso aconteça de uma forma boa é o poder público. Às vezes não acontece direito, vamos ver, eles estão tentando também, acho que essa normatização é uma Lei que é pioneira no país, é uma coisa que esta acontecendo agora então, acho bom.

Jucilene – E como é que a população participa ou participou no processo de desenvolvimento desse turismo e inclusive da elaboração da Lei?

Fabio – A Lei, ela foi toda feita pelo trade turístico, a maioria, tinha representante da parte de hotelaria, da parte de agências, restaurantes, acho que a comunidade também teve um representante lá dentro, então ela teve uma participação nesse sentido. Todas as pessoas que estão envolvidas com o turismo de uma forma elas participaram, e a comunidade não sei se foi muito requisitada, mas todas as pessoas que estavam envolvidas com o turismo tiveram participação.

Jucilene – Esse processo gerou muita discussão?

Fabio – A dá bastante, colocar rédeas em uma coisa é complicado, tem que chegar em um consenso e esse consenso às vezes esbarra na questão ambiental. Por exemplo, o Rio Jacaré tem uma capacidade de carga, o rafting seria o que a gente chama hoje de o carro chefe do turismo em Brotas e não adianta pensar que o Rio é limitado para por bote dentro, até mesmo se você esta acostumado a colocar muito bote, a capacidade dele é trezentos, esse é o limite que você quer pro rio? De repente tem trezentos botes descendo em um dia, um bote atrás do outro é interessante para o turista? Vira aquela coisa montanha russa, às vezes não tem graça. Então, alguns limites tiveram que ser afixados, para você manter a qualidade.

Jucilene – E você participa do COMTUR?

Fabio – Eu estou entrando agora mais ativamente no COMTUR, tinha um outro representante que fazia parte.

Jucilene – Eu gostaria que você comentasse um pouco disso, de como é o processo de decisões dentro do COMTUR? E o processo de decisão para a Lei ser estabelecida você sabe como foi?

Fabio – O processo foi democrático, se tentou discutir, se criou um boneco da Lei, pelo que eu sei, e a partir desse boneco foi se discutindo, com um profissional na área de leis e um profissional na área de turismo e ai eles foram se adequando. Ai democraticamente foi sendo aprovado ou não aprovado. E aí houve um segundo momento que foi o momento de aprovação como legislação, e ai foi para a Câmara dos Vereadores, porque ai tinha que virar lei. Na verdade a gente só criou esse boneco para as leis, e depois se foi adequando alguns artigos que precisavam ser adequados, alguma coisa que de repente não teria como ser cumpridas, e foi se adequando. Mas democraticamente foi sendo aprovado.

Jucilene – Você acha que o poder público tem um poder maior de decisão dentro do comtur?

Fabio – Eu acho que é igualitário, na realidade ele respeita a maioria.

Jucilene – O que você entende por turismo sustentável?

Fabio - Eu acho que o turismo sustentável é essa idéia de que você vai manter o espaço intacto, mas ao mesmo tem você vai tirar alguma coisa dele, então eu acho vem de encontro com isso. O que seria a sustentabilidade? A sustentabilidade é você utilizar os recursos, sem destruir esses recursos, e no nosso caso é o recurso natural o meio ambiente, e eu acho que o turismo sustentável vem de encontro, e se até certo ponto a gente puder melhorar o que a gente tem, eu acho que é o interesse. Teria que de repente recompor mata ciliar que a gente não tem, acho que as responsabilidades também batem nisso, não só em pegar o que tem e manter, mas de repente melhor a qualidade do que tem, então eu acho que seria isso a sustentabilidade de recursos.

Jucilene - E você acha que a comunidade de Brotas tem essa noção do que seja um turismo sustentável?

Fabio – Algumas pessoas sim, não a maioria.

Jucilene – E existe um projeto ou algum interesse da prefeitura, ou de vocês enquanto uma ONG de levar isso para a comunidade, para que eles possam ter essa noção de forma mais clara?

Fabio – A sustentabilidade já é discutida desde que a gente inaugurou o turismo, ela era tema, como também o plano diretor que é uma coisa que a gente briga já há dez anos e agora a prefeitura esta falando que vai fazer, por é obrigação de toda cidade, porque é uma lei que saiu. Então a gente acha que na verdade o plano diretor é uma coisa que vai ajudar a nortear essa questão da sustentabilidade. Em relação à comunidade existe sim uma preocupação em relação à educação ambiental, e em relação à questão da sustentabilidade em levar. Hoje em dia existe um pouco uma deturpação em relação aos direitos do cidadão e aos direitos do poder público, ninguém sabe direito até onde vai um e até onde que chega outro, então o que a gente discute é isso trazer a comunidade cada vez mais, a gente esta tentando preparar a comunidade para a discussão do plano diretor, porque o plano diretor é uma coisa que tem que ser discutida com a população, então a idéia nossa é fazer isso incentivar e organizar a comunidade para poder discutir e questionar algumas coisas que precisam ser feitas. Por que é do interesse dela, da coletividade, a gente tem a intenção sim, de trabalhar e conscientizar tanto no desenvolvimento sustentável, como no plano diretor.

Jucilene – Eu a principio tinha preparado uma entrevista querendo saber o que mudou no município depois da PMTS, no entanto ela ainda não foi implantada, não é?

Fabio – Eu acho que às vezes existe um pouco de ingenuidade, as coisas que estão no papel às vezes na pratica ela é meio complicada de ser aplicada. As leis estão ai, foram aprovadas e tem um prazo para as pessoas se legalizarem. Só que por trás disso o poder público tem que ter um órgão fiscalizador forte, se ele não tiver não adianta as leis estarem ai, não é só porque o trade fez as leis que eles vão cumprir, então tem isso também. Eu acho que por enquanto ninguém sabe o que fez, eles fizeram um grande “frankeinstan” que até certo ponto ele é bom, mas não sei até que ponto vai melhorar. E eu acho que a fiscalização é o principal ponto, a prefeitura tem que criar um sistema de fiscalização forte para isso poder ser aplicado. A gente vive em um pais que tem leis maravilhosas, onde a maioria das leis ambientais são ótimas mas elas não são aplicadas por falta de fiscalização, por falta de vontade, por falta de pessoas estarem cutucando por trás. Eu acho isso, que o poder público tem que tomar as rédeas das coisas, eu acho que a iniciativa privada é válida ela tem que existir, mas o poder público tem que nortear isso e essas leis vem um pouco nesse sentido. Eu acho que agora começa vencer o primeiro licenciamento que tem que ser... que foram aprovados no meio do ano e não sei se existe essa comissão de fiscalização, acho que ainda não, então elas são boas mais tem que ser fiscalizadas. E acho que tem que ter participação popular nesse processo de fiscalização, tem que ter uma equipe idôneas para estar fiscalizando e treinadas também, não adianta pegar três pessoas e falar vai fiscalizar, essas pessoas tem que estar muito cientes da Lei, entender como ela funciona, tem que ter um órgão mesmo dentro da prefeitura para... um órgão fiscalizador exclusivo para o turismo, porque isso é muito complexo, Brotas hoje representa 20% do turismo do Brasil, é 140mil pessoas/ano, isso significa 7 vezes a população da cidade passando por aqui no ano. Eu acho que tem que ter um órgão para cuidar só disso.

Jucilene – Na sua opinião o poder público é atuante, a relação dele com o turismo é significativa?

Fabio – Eu acho que o poder público tem uma visão que o turismo é importante para a cidade e ele é algo que pode trazer benefícios. Eu acho que eles tem a consciência disso. Eu acho que como todo poder público eles são fracos em um ponto ou outro, mas eu acho que a boa vontade existe, mas existe a ingenuidade. Mas a boa vontade tem.

Jucilene - O que você acha que mais desagrada a comunidade em relação ao turismo, qual é a verdadeira preocupação da comunidade em relação ao turismo em Brotas?

Fabio – Eu acho que é um pouco da violência, porque você acaba atraindo pessoas que tem interesse, por exemplo, Brotas hoje esta na mídia, e isso acaba atraindo muita gente de fora, com a ilusão às vezes de que Brotas esta explodindo de empregos, e não é bem assim. Tem empregos, aumentou logicamente a quantidade de empregos, mas eu acho que não é bem por ai. Então, eu acho que o que mais preocupa as pessoas é isso ai, que a população pode crescer desordenadamente e você perder a qualidade de vida nesse sentido, você acabar tendo a marginalidade, porque se não tem emprego ocorre isso, então a maior preocupação deles é isso, porque a maioria não tem uma consciência critica nesse sentido de preservação, cada um quer ter o seu sossego, quer viver em seu canto, ter sua vida e boa, não tem essa preocupação, acho que é meio por ai que acontece.

Jucilene – E na sua opinião o que o turismo trouxe de bom para a comunidade?

Fabio – Para a comunidade a possibilidade de você aumentar o emprego e a qualidade de vida, acho que isso é fundamental. Uma indústria limpa, que podemos caracterizar o turismo.

Jucilene – A comunidade ela é utilizada como mão-de-obra em grande parte?

Fabio – Sim, não qualificada, mas sim. Eu acho que isso é uma falha, existe a boa vontade, mas deveria existir uma qualificação maior com relação à parte de hospedagem. Deveria existir cursos e esse trade turístico trabalhar mais esses cursos para hotelaria, para restaurantes, para guias, existem agências que fazem projetos de primeiros socorros, tem treinamento, tem vários cursos, mas acho que precisaria aumentar um pouco mais e estender para todos, ser uma coisa meio coletiva.

Jucilene – Era justamente uma outra questão, se existiam cursos gratuitos ou de baixo custo para essa população, porque como se aproveita à comunidade local se eles nunca trabalharam com isso?

Fabio - Acontece, mas é muito específico, uma agência ou outra acaba fazendo, por que é interesse deles também, mas a maioria... o poder público acho que não. Mesmo para dar curso para garçom que acho que é uma coisa básica, um jeito de você servir, um jeito de chegar na mesa e abordar, precisaria de uma qualificação para tudo, até o cara que vai hospedar e receber o turista.

Jucilene – De uma certa forma você já falou disso, mas vou voltar um pouco. Você acha que a população esta sendo bem informada sobre o turismo, do que é um ecoturismo, para a população saber receber esse turista. Existe isso?

Fabio – Não, nesse momento não existe essa preocupação, na verdade as pessoas que tem o interesse pelo turismo acabam descobrindo, acabam indo atrás, mas não existe uma propaganda em cima. Estou participando do comitê de um festival que vai ter agora em maio e junho, e uma das preocupações que eu coloquei seria isso estar trabalhando muito a comunidade, aproveitar desse evento, que é um evento voltado para esportista, e de repente reverter isso para a comunidade. E uma das sugestões que eu dei seria conhecendo Brotas, que seria trabalhar com algumas palestras, porque muita gente nunca fez os passeios, nunca desceu de rafting, nunca fez bóia, não conhece a maioria das cachoeiras, então a idéia era integrar a comunidade a isso. E que tudo mundo foi pego muito de surpresa, o turismo em Brotas hoje vai fazer 11 anos, assim esse turismo específico. O turismo acontece desde a Maria Pia há muito tempo, mas o turismo dela era trazer as escolas, e as escolas vinham tomar sorvete e fazer alguma gincana. E não existia esse turismo de natureza mesmo, voltado para isso, esse é muito recente. Então esta se adaptando, mas eu acho que essa moçada nova que esta vindo ela vai ser mais engajada. As pessoas mais antigas elas vão demorar mais um tempo.

Jucilene – Mas isso faz gerar um conflito?

Fabio – Não, eu acho que não. Eu acho que é fácil de conseguir isso, é fácil de conseguir essa formação, é boa vontade e querer passar, e as pessoas estarem abertas para isso. Até porque esta no meio, aquela questão esta no meio da chuva ou você se molha ou arranja um guarda-chuva. Então as pessoas precisam arrumar um guarda-chuva. Eu acho que a gente mesmo da entidade a gente tem o interesse de estar aumentando essa divulgação, aumentando essa conscientização. Até porque é aquilo que eu falei as pessoas não conhecem o direito delas dentro da comunidade, tem que haver esse nivelamento de informação. Porque a partir do momento que todos conhecem as leis e como funciona, tudo funciona de forma mais fácil, menos complicado pelo menos. A comunidade esta aí ela vai se habituando, eu acho que ela vai se adequando, desde que essa informação vai chegando também...acho que a gente ainda esta engatinhando nessas coisas, até porque se você pegar o turismo ele começou de uma forma totalmente predatória entre aspas, eu acho que começou... as pessoas começaram tudo isso porque dava dinheiro e de repente chegou em um momento em que... esse foi o primeiro momento em que a comunidade precisava de dinheiro e começou-se a montar uma agência, um restaurante e tudo mais. Então chegou em um momento que as pessoas pensaram assim se a gente não fizer alguma coisa o turismo não vai dar mais dinheiro ou senão ele vai dar muito pouco dinheiro que não compensa. Então o que a gente quer para cidade, que ele seja sustentável, então num segundo momento se passou para esse tipo de esquema e aí onde houve a normatização. Então a gente esta num segundo momento do turismo hoje, teve esse “bum” e chegou a mídia, e agora a época da normatização e a idéia de que a normatização é a solução. Ela é uma das soluções, depois disso acho que tem que entrar a conscientização senão não adianta.

Jucilene – Você acha que o turista que vem para cá, ele tem essa consciência do que seja um turismo sustentável?

Fabio – Não sei, acho que a maioria não, eu acho que a maioria vem pela adrenalina mesmo. Brotas vende um pouco isso, essa coisa da aventura, Brotas a terra da aventura e esporte de ação. Então acho que a maioria não vem. Mas tem muita gente que gosta de fazer ecoturismo e acaba fazendo esse percurso, vai para Bonito, Fernando de Noronha, vai para Chapada e acaba passando por aqui, mas acho que a proximidade com São Paulo também acaba atraindo muito essa gente que gosta de

adrenalina, a gente esta a duzentos e poucos quilômetros de São Paulo, você faz um passeio a tarde e a noite você esta em São Paulo.

Jucilene – E a manutenção da cidade, a limpeza a coleta de lixo, o saneamento, a moradia, a natureza, como esta isso, tem sido feito projetos, a preocupação é grande quanto a isso?

Fabio – É a gente tem uma preocupação muito seria, porque Brotas em relação a saneamento básico, esgoto e água é uma questão delicada, por exemplo, nosso tratamento de esgoto ele já está no limite absoluto, no sentido de que no carnaval em que se recebe uma quantidade muito grande de pessoas ele já está no seu limite de capacidade, e isso é preocupante quer dizer que não está tratando como deveria ser tratado, o tratamento de água também está no seu limite, tem até a captação de outros pontos de água para isso, então isso é preocupante. Eu acho que existe uma preocupação para fazer isso, mas tem que ter cuidados. A questão moradia é uma questão delicada, até a gente teve uma discussão em relação ao....300 ou 400 novos lotes que estão querendo fazer aqui em Brotas, a gente não questiona a necessidade de moradia, até teve uma briga feia entre a prefeitura por causa disso, dizendo que a gente era contra moradia, mas a gente questiona a metodologia que é utilizada. Então, as pessoas precisam de moradia, quantas pessoas precisam de moradia, que tipo de moradia você vai dar para elas, qual a condição dessas pessoas de ter, por que a idéia deles era de fazer lotes urbanizados, lotes urbanizados você parte do principio que as pessoas é que vão construir essas casas, com financiamento, ou qualquer outra coisa, mas é a pessoa, então a gente questiona que precisa ter um plano habitacional, e não existe esse plano, a prefeitura fala mais não existe esse plano e acho que cada caso é um caso então é preciso estudar, será que é viável colocar 370 famílias em um ponto da cidade. Será que não é melhor distribuir foi o que a gente falou, não sei se é possível, mas é uma coisa para se pensar. O problema do poder público é isso joga tudo em uma panelona só, e querem resolver de uma vez só. A infraestrutura é delicada, Brotas tem um problema serio, que é a drenagem pluvial, isso é uma falha muito grande, a gente teve uma chuva à alguns dias atrás e destruí calçada, destruí rua, por que você não tem captação, não tem sistema de condução de água pluvial. Então isso é uma coisa delicada que é tratada de forma ... e tem um bairro aqui em cima que é o Campos Elíseos, já esta sendo construído já algum tempo, mas ali é que ainda não foi impermeabilizado, só foi passado o asfalto em uma parte, e ele já causa problema, imagina quando for construído o asfalto e aumentar a quantidade de casa vai aumentar ainda mais a quantidade de água e toda essa água é jogada num córrego que passa aqui em baixo que é o córrego Lagoa Seca. Então essa questão de água da chuva é uma questão muito seria e deve ser levada em conta, e que deve mexer na cidade inteira praticamente. Só que é uma preocupação que nunca teve, e tem bairros que estão sendo aberto e não conseguiram fazer isso, então acho que é uma questão muito seria. A questão hospitalar eu não tenho muito o que falar, a educacional... acho que a qualidade desses ainda existe. Na verdade quem acaba utilizando mais isso é a população.

Jucilene – E o comércio, custo de vida aumentou muito? As pessoas tem reclamado?

Fabio – Eu não ouço muita reclamação na realidade, sempre aumenta um pouco.

Jucilene – Você gostaria de fazer alguma consideração final?

Fabio – Não, eu acho que é isso aí.

Entrevista com representante da Associação Comercial

Data: 22/01/2004

Horário início: 10:30 h / 11:00

Nome do Entrevistado: **Sr. Chavo**

Função: **Presidente da Associação Comercial**

Jucilene – Eu gostaria que você fizesse um histórico da implantação do turismo em Brotas, como tem sido esse processo e qual a participação da Associação Comercial?

Chavo – O turismo ele veio aos poucos, aos poucos se foi adaptando algumas empresas, algumas pessoas vieram de fora e ainda a uma resistência do comercio local não especifico, de que aqui é uma cidade turística, e tem que se abrir aos domingos, aos sábados, então a Associação faz alguns cursos para o pessoal, mas a participação também não é muito grande. Ele veio, o turismo veio bem porque traz bastante receita, porque é um pessoal que vem e deixa... praticamente é dinheiro vivo e deixa para o comércio, dá uma injeção grande para o comércio tanto é que Brotas na região comparada com as cidades pequenas do porte dela, é considerada com um comércio muito bom e forte. Mas ainda falta ter consciência que realmente tem que ser investido, tem que se fazer alguma coisa para atender, porque o turista não vem só fazer o esporte. Ele vem normalmente, quando ele vem não só aqui como em qualquer lugar, ele vem disposto a gastar. Ele tem uma quantia, ele sabe que vai gastar, que ele vai ver alguma coisa, que às vezes não tem nada a ver com lembrança, mas

acaba levando e entrando no comércio, por isso sempre o turista questiona, por que o comércio não abre? Então eu acho positivo o interesse do turista, mas tem o lado negativo que é essa resistência de que as pessoas não acham que compensa abrir, então não tem essa consciência do bom atendimento ao turista, e deixa muito a desejar.

Jucilene – Qual foi a verdadeira participação dos comerciantes na elaboração da normatização do turismo local?

Chavo – A normatização é mais a parte envolvida com o turismo, então as agências, ou guardas, então foram feitos núcleos e se discutiu em conjunto. Eu acho que esta muito lenta, muito complicado, eu acho que isso deve se desenvolver normalmente, então começa a ter muitas normas, começa a ter a prefeitura, o poder público o que ele vai arrecadar, e o outro o que ele tem que deixar de pagar imposto porque fica caro, e a coisa esta correndo e o turismo esta aumentando, as pessoas insistem em normatizar tudo, e esquecem um pouco do que o Rio Jacaré, a população, o que vai se fazer para eles? Então estão fazendo normas de que o turista tem que chegar e ir para tal lugar, ele não vai, ele vai para outra cidade e vai procurar o que interessa para ele. As normas turística são feitas em função do uso do próprio Rio, como deve ser usado, e para as cachoeiras, qual o fluxo de gente que vai, o que ela oferece, o que ela tem de melhorar. Por que o que o turista vem buscar em Brotas? Vem buscar o verde, e se não houver um trabalho com essa consciência o verde acaba, não só em Brotas como já esta acabando. Então, eu acho que tem muita área que pode ser melhorada, e essa participação existe e essa discussão esta sendo muito lenta... por causa disso ai, de que ninguém quer abrir mão do seu lado. Já vai fazer 3, 4, 5 anos que estamos discutindo isso aí e já era para estar elaborado e ai elabora-se a lei, elabora-se tudo e o poder legislativo não participa dessa discussão, ai vai para lá eles questionam porque não sabem o que esta acontecendo e ai complica porque volta faz isso, quer dizer é essa a dificuldade que eu vejo.

Jucilene – O senhor participa como conselheiro do Comtur?

Chavo – Na realidade, existem dois conselheiros que é o presidente da Associação e mais um diretor, quem mais participa é esse diretor, mas ele passa tudo para a Associação, o que foi discutido, ou o que vai discutir é passado para a Associação.

Jucilene – O que vocês entendem por turismo sustentável?

Chavo – Turismo sustentável é o que melhora a cada dia, que a pessoa venha para cá e ela tenha a vontade de voltar, ela vai voltar por que ela gostou, porque ela viu alguma coisa diferente, ela gostou de ver, então ela vai voltar. Alguns espaços que a gente vê, por exemplo, a cidade ela não melhorou em nada em termos de beleza. Então o turista tem que chegar e ver que a entrada melhorou, o Parque dos Saltos tem que ter melhorado, então isso vai fazer com que o turista volte e visite outras coisas. O atendimento, buscar o que ele quer.

Jucilene – O Senhor acha que a elaboração da Lei já tem mudado alguma coisa na cidade?

Chavo – Não a Lei só é conhecida por quem esta participando da elaboração, agora para a população e para a maioria das pessoas, ela não esta influenciando em nada no turismo.

Jucilene – E na sua opinião o poder público ele tem sido atuante em relação ao desenvolvimento do comércio local?

Chavo – Não, o poder público não tem feito nada, ao contrário ele cobra muito do comércio, ele quer fazer algum evento o comércio é que tem que bancar, ai você vai para uma marginal que o pessoal faz caminhada ai perto do Rio, e não esta bem cuidada, a entrada da cidade não esta bem cuidada, as praças não estão bem cuidadas, o próprio Rio que é a parte dele, que é a parte da cidade, não esta cuidado, aí ele alega que não há arrecadação para isso, mas se pegar antes de começar o turismo e agora, todos os comércios aumentaram a arrecadação e aumentando a arrecadação do comércio, tirando nota e mesmo que não tire tudo, mas enfim já tirou mais nota, então a fatia do bolo de ICMS e do fundo de participação do município aumentou. Tem muito turista que veio e construiu, comprou casa e construiu, e as construções das pousadas, IPTU, tudo isso aumentou, então é uma arrecadação que foi aumentada indiretamente, mas aumentou. Essa contrapartida que ele não tem, ele fala muito, mas a pratica esta muito lenta. Eu acho que já deveria ter mais coisas, sempre fala do comércio e do pessoal que está envolvido tem que fazer, mas o poder público não busca nada para melhorar existe aqui na avenida Mario Pinotti os casarões e não existe um incentivo de IPTU para que abaixe, para eles serem conservados, mas não existe um incentivo, a conservação é por parte das pessoas, que vão fazendo. Mas eu acho que deveria ter um incentivo para as pessoas, porque é uma atração da cidade. Então é isso que falta colocar na prática o que se fala, porque o tempo vai passado. O turismo vai aumentando muito rapidamente.

Jucilene - O que o Senhor acha que mais desagrada os comerciantes, em relação ao turismo, ou o que tem sido uma preocupação para vocês?

Chavo – Tem dois tipos o comércio que é voltado para o turista, ele está bom não tem reclamado, ele teria que melhorar o atendimento. O outro que não é voltado diretamente para o turismo, às vezes ele

reclama, mas ele também indiretamente não percebe que tem o benefício. Então em termos negativos não tem muito o que reclamar. O que teria que fazer é uma conscientização para eles fazerem um curso de atendimento, para dar informações porque o turista chega e em qualquer ponto ele pede informações e tem pessoas que nem sabem o que está acontecendo na cidade. Falta esse esclarecimento para todas as pessoas, o que está acontecendo, o porque, e pelo menos o mínimo de informações para o turista poder chegar onde ele quer.

Jucilene – Essa era na verdade uma outra pergunta, o Senhor acha que a comunidade está bem informada sobre o turismo? E como é a relação da população com o turista?

Chavo – A população não está preparada, mas recebe bem, porque Brotas já tem essa tradição de ser a cidade da amizade, sempre recebeu bem as pessoas, mas existe as divergências as vezes reclamam que no final de semana fica barulho, o pessoal tradicional. Só que Brotas não tem uma concentração como as outras cidades, então às vezes recebe 2 mil pessoas e você não percebe, está espalhado pelas cachoeiras. Não trás nada que desagrada, tem algumas pessoas, mas isso também é questão de ter um policiamento, ter um pessoal que já chegue junto para o pessoal de fora ver que tem uma ordem. Eu acho que em termos de turismo e a população... o que falta é o esclarecimento, que o pessoal informe o que está acontecendo em vários setores, isso falta mesmo.

Jucilene – Sobre o treinamento dos trabalhadores do comércio?

Chavo – É falta um maior preparo.

Jucilene – E em relação à manutenção da cidade, a infraestrutura, a coleta de lixo, saneamento, moradia?

Chavo – Brotas já tem a parte do saneamento e da limpeza já tem um desenvolvimento normal, já tem quase 100% de tratamento de esgoto e água, então ele já tem tudo. Agora a manutenção isso já falta muita coisa, falta limpeza, o pessoal no fim de semana, ou durante a semana, principalmente no centro da cidade, a limpeza na própria margem do Rio, falta uma manutenção, as praças... não existem mais as praças, quem conheceu a Brotas antiga vê que hoje não tem nada, não existe uma manutenção existe um pessoal varrendo, mas não existe uma manutenção de poda das árvores, a grama bem cuidada, isso não existe. Coisa assim que tem que ser feita, o bairro do Patrimônio onde tem todas as cachoeiras, a estrada está cheia de buracos, não existe nenhuma árvore, até tem, mais poderia fazer uma faixa com árvores, poderia ter uma alameda daqui até o Patrimônio com árvores. Então este tipo de coisa não existe, a gente não percebe essa preocupação de manter, de fazer. É lógico que a gente recebe esse pessoal de fora que diz que a cidade é limpa, eu escuto bastante, que a cidade é bonita, que a cidade é gostosa. Por que às vezes ele vem de um lugar que não tem isso, então ele cai em Brotas e ele vai falar que a cidade é suja, não é suja, mas ele está acostumado em São Paulo, então ele chega aqui e ele fala que é lindo, mas poderia estar melhor.

Jucilene – Existe algum projeto com a comunidade em relação ao turismo? Ou para preparar essa comunidade com cursos gratuitos?

Chavo – Existe algumas tentativas, algumas agências tentam fazer e a própria associação, agora está vindo com o empreender, que é um projeto de formação de núcleos, de vários setores e o pessoal do sebrae vai dar esses cursos, e a própria associação já trouxe vários cursos para atendimento, principalmente atendimento. Mas a participação é pequena o pessoal, às vezes o dono do comércio não vai, e manda o empregado, aí o empregado quer implantar alguma coisa e o dono não aceita. Então, não existe essa conscientização, existem vários projetos para que isso aconteça, mas ainda está... nas escolas não existe efetivamente um projeto, já que Brotas é turística, para preparar o pessoal, preparar o adolescente para que ele tenha uma oportunidade, não existe isso. Se chegar uma família em Brotas e pedir um guia para acompanhar o dia todo, não tem, isso é uma fatia que pode gerar emprego e não existe um guia para levar aos lugares, existe os guias das agências que faz o esporte, mas para o acompanhamento não, e existe muitas pessoas que pedem e não existe. Falta muita coisa, apesar que se a gente for considerar foi muito rápido o turismo, o crescimento a divulgação, então hoje se está adaptando algumas coisas, mas tem sido muito rápido, isso dificulta também a mudança. O problema é a mudança de mentalidade, porque de repente uma cidade sem nada, hoje ela recebe por final de semana 5 mil pessoas. Então como fazer, só o restaurante abre, férias agora em janeiro, tem gente o mês todo, mas o comerciante fala já trabalhei sábado e domingo então não trabalho segunda, mas tem gente. Então ele abre ou não abre, para ele abrir tem aquele impasse, se eu abrir será que eu vou vender, aí ele abre e se não vende, ele fala que não compensa, mas ele tem que insistir. A mentalidade é que tem que mudar, está mudando já mudou bastante, se você pegar Brotas de hoje e de 2 anos atrás, você vai ver que não tinha nada, hoje já tem. Os próprios carrinhos de lanches e várias opções, então aí é que está ainda tem que melhorar bastante.

Jucilene – Você gostaria de fazer alguma consideração final?

Chavo – Não, acho que é isso aí.

Entrevista com moradora de Brotas (representante da Comunidade em Brotas)

Data 22/01/2004

Horário: 9:00h /10:30h

Nome do entrevistado(a) : Mirian Claudia Lorenço Simonetti

Profissão: Professora da Unesp – Marília

Jucilene – Eu gostaria que você fizesse um breve histórico da implantação do turismo em Brotas e como esse processo tem sido vivenciado pelos moradores.

Mirian – Eu participo desde a fundação do movimento Rio Vivo que foi em 92, nós lutamos contra a implantação de um curtume aqui, e foi um trabalho muito legal porque a gente levantou dados na Ufscar sobre a condição do trabalho no curtume, porque quando a gente começou a apontar que o curtume seria extremamente nocivo poluidor e degradante no ponto de vista do trabalho, muita gente aqui na cidade levantou contra. Porque eles achavam que nós éramos um grupo de meninos da elite lutando contra o trabalho, contra a possibilidade da vinda de indústria para cá. Foi aí que a gente começou a mostrar que era uma indústria nociva ao meio ambiente e também ao trabalhador. E daí, tinha uma moçada muito interessante nesse grupo, tinha pessoas de todas as faixas etárias, ainda tem hoje, mas hoje esta vivendo um outro momento o movimento Rio Vivo. Eu tenho que contextualizar assim, porque é assim que eu vejo o turismo chegando. Grande parte das pessoas colocam o movimento Rio Vivo como um marco.

Nesse grupo de pessoas, tinha um grupo de jovens todos amigos, que resolveram fazer uma agência de turismo. Eles começaram praticamente do nada porque ali eles tiveram que buscar legislação, e tiveram que buscar tudo, quase do nada. Buscaram algumas referências em Bonito, mas realmente eles é que deram o impulso. E tinha um grupo de pessoas ligadas a esse grupo que criou a Mata'Dentro, que era um grupo bem articulado junto à imprensa de São Paulo, que trabalhava com promoção de eventos e estavam muito ligados a mídia. Então essa agência começando articulada com esse pessoa muito bem entrosado em São Paulo com a mídia, com a grande imprensa, principalmente a imprensa escrita de São Paulo, isso começou a dar incentivo para o turismo. Aí foi uma coisa que ninguém mais segurou as agências começaram a vir e junto com elas começou-se a criar uma rede de serviços, e a gente até pensava que as pessoas começariam a vir e não teria hotel, pousada... mas de repente o perfil de Brotas mudou completamente, de uma cidade caipira e provinciana, se bem que naquele tempo ela já não era mais tão provinciana, porque já tinha vindo muita gente para trabalhar com a cana e com a laranja, então já tinha muita gente de fora. O provincianismo é mais aquela coisa de gente que à muito tempo já esta no lugar. Aqui já não era, já não conhecia todo mundo. Os bairros cresceram, principalmente a periferia e esse trabalhador expressivo que vinha trabalhar na cana e na laranja.

Bom, a cidade foi mudando o perfil dela em relação ao turismo, então aumentaram as pousadas, hotéis, restaurantes, realmente mudou-se o perfil, muita gente de fora, muita gente com uma qualificação vindo para cá, eu que tenho crianças aqui pude ver a mudança da vinda de pessoas, porque eram outras pessoas demandando escolas... então eu fui vendo toda uma mudança de perfil, uma gente muito interessante com uma certa cultura, estabelecer coisas e a cidade mudou.

Como moradora e não como cientista, eu me sinto diante de tudo isso de uma maneira extremamente ambígua, porque ao mesmo tempo em que eu percebo que isso melhora as condições de vida de um setor da cidade, quem mexe quem ganha dinheiro com o turismo, o setor de pousadas, comércio e tudo mais, eu acho que é muito positivo, se a gente olhar o perfil da renda aqui da região, a cidade ela esta bem se comparada com outra, nesse sentido eu acho que foi positivo. Em outro eu acho que não, porque para os moradores que não ganham dinheiro com o turismo acho que há uma agressão muito grande, só para você ter uma idéia na época que há um consumo grande de turistas, quando os turistas vêm consumir aqui, que é literalmente isso... Consumem a cidade, consumem a natureza, consumem tudo, os moradores não podem sair. Então no carnaval, você tem que ir ao supermercado fazer compra com antecedência, você não pode ir aos restaurantes, então o morador deixa de usufruir a cidade, e tudo vira uma coisa, com filas... Então nesse sentido eu acho que é nocivo. Outra coisa que é nocivo assim para o morador comum, é impactante para o morador comum, você não pode mais sentir a cidade, você tem quase que sair da cidade para esse turista que vem. Então, eu vivo essa coisa ambígua porque ao mesmo tempo em que eu tenho conhecidos que vivem do turismo e que ganham com o turismo e eu acho que isso é positivo, e ficam com os benefícios. Então, vamos dizer assim há uma privatização dos privilégios e uma socialização dos prejuízos, prejuízos como um todo, e só alguns estão ganhando com isso, então isso é nocivo para o morador comum, para mim, eu vejo que sou um pouco violentada. No carnaval a população de Brotas dobra, eu moro aqui no centro, então os jovens... porque tem todo o tipo de turista não adianta dizer que um turismo caro e

por isso só tem um tipo, não tem. Tem aquele jovem que enchem a cara e fazem xixi, o muro aqui na lateral de casa virou local para fazer xixi, e gritam e colocam o som no ultimo, porque eles estão afins, eles vêm para curtir, eles querem isso... Eu paro o carro vou curtir a cidade e dane-se o resto, eu não tenho que respeitar nada, eu quero curtir, dane-se, e tem todo o tipo de curtição gente que sabe se adequar a qualquer lugar e gente que não sabe. Fila de carro aqui no centro, que eu acho um absurdo, sabe tudo tinha que ser planejado. No centro da cidade eu acho que nem tinha que circular muito carro, até para que o turista pudesse ter uma afetividade com a cidade também. Vira um Guarujá, sabe aquela coisa, vem muito turista de São Paulo. Então, é assim um pouco o que eu vejo, de uma maneira ambígua, eu vejo esses dois lados. Eu acho ótimo que algumas pessoas estejam vendendo bem, e eu percebo que há uma... isso é positivo para mudar, o recurso, o dinheiro. Em termos de recurso isso é positivo, mas eu ainda não vejo esses recursos sendo aplicados na cidade, haver uma socialização desses recursos que tem vindo, a prefeitura dar a sua contrapartida com os recursos de impostos de todos que são para beneficiar uma minoria que ta ganhando dinheiro. Então, eu gostaria que esse dinheiro melhorasse as condições de vida, melhorasse as condições da cidade, que desse mesmo um retorno para a cidade, para melhorar a cidade, para melhorar a educação, para melhorar a saúde, eu gostaria de ver esse tipo de coisa, até agora quem esta ganhando dinheiro esta só pegando dos outros setores, e essa é a visão de uma moradora comum.

Eu tenho falado com pessoas mais idosas, e o choque para eles, cultural, é muito grande, para mim não é. Um outro aspecto positivo do turismo é que muitos jovens daqui arranjam emprego como guias, como instrutores, e isso é muito legal, porque para uma parcela deles ajuda a melhorar a cultura deles, porque esse pessoal que vem fazer o turismo aqui, esse pessoal do rafting, do rapel, é um pessoal que tem um grande poder aquisitivo e uma cultura boa então há uma transferência dessa cultura para esse seguimento. Eles ganham dinheiro e isso também é positivo, porque ajuda um setor da mão-de-obra não são todos, mas ajuda um setor, garçons que trabalha nos restaurantes, o pessoal que trabalha nas pousadas e esses meninos das agências, então isso ajuda em termos de emprego e tudo mais. Mas ao mesmo tempo em que ajuda esses jovens, tem um impacto cultural com os mais idosos que ficam chocados com coisas que eles nem imaginavam, por exemplo, a moçada andando de biquíni na cidade, isso é uma mudança e uma mudança radical, porque de uma hora para outra, você percebe que são vários pontos, o pessoal fica chocado, uma mudança de hábitos e cultura, que você pode abordar.

Jucilene – Você participa do COMTUR?

Mirian – Eu sou convidada sempre, mas deixa eu dizer que a primeira vez que eu fui em uma reunião do COMTUR eu me senti excluída, porque eu era uma cidadã comum, porque ali estavam os representantes de todos os setores interessados no turismo e o cidadão comum ele não foi contemplado ali dentro. Eles dividiram pro setor de agências, hotéis, restaurante... e o cidadão foi considerado excluído. Na primeira reunião que eu fui, e eu quis me manifestar, porque o prefeito foi lá e colocou coisas fora do contexto e eu quis me manifestar, e as pessoas me fulminaram, então eu pensei estou fora do lugar. E o pessoal continua a me mandar cartas convidando, mas eu percebi que eu não tinha lugar ali, eu fui a duas reuniões, e em uma dessas reuniões depois que acabou, uma dona de pousada ali do Patrimônio, que é de fora, ela veio me perguntar que setor eu estava participando, e eu falei que era o setor da população e me parece que a gente não tem nenhum lugar aqui, eu sou o cidadão comum, e nunca esse cidadão teve lugar.

Jucilene – Quando eu perguntei quem participa do COMTUR como representante da população a secretaria de turismo me falou da ONG Rio Vivo.

Mirian – Só o movimento Rio Vivo e ainda o Movimento rio Vivo não participou, porque naquela ocasião... o movimento Rio Vivo tem sua própria história, o Fabinho ou o Batista Negrão podem te falar, o Batista Negrão é uma pessoa importante para você entrevistar. O movimento teve uma pujança, e depois ele diminui e agora ele está sendo rearticulado, durante a elaboração da Lei o movimento estava desarticulado, então não houve participação do movimento. O Batista vinha nas reuniões, mas ele não tinha legitimidade, porque a estrutura do movimento não estava ali por perto, para estar discutindo, questionando e representando de fato. Então, esteve ali o Batista Negrão que é uma pessoa maravilhosa e amada, mas não exatamente representando uma ONG que tivesse respaldo naquele momento. A sociedade civil, assim parte dela, não participou.

Eu como cidadã só era convidada por estar me metendo nas coisas, então nesse sentido eu acabo sendo convidada, mas não exatamente a sociedade.

Jucilene – Então na elaboração da Lei não houve efetivamente uma participação, na hora da votação, da comunidade?

Mirian – Da sociedade não, mas por outro lado eu acho que foi um trabalho muito legal, a principio foi conduzido pela Daniela e agora pela Mila, a Mila é minha amiga pessoal. E a Daniela é uma pessoa que eu admiro demais, eu tive... demorou para eu entender a Daniela, mas eu já fiz elogio em público

para a Daniela. Ela estava no movimento Rio Vivo, ela veio de fora eu não a conhecia e depois quando eu vi a forma como ela conduziu. Por que ela realmente conseguiu disciplinar interesses tão diversos ali dentro, tinha que ser uma pessoa muito firme quase autoritária para conseguir ver como esses interesses deveriam ser encaminhados, porque tinham muitos interesses ali que estavam em jogo. Então tinha que ser uma pessoa ligada ao setor do turismo, e eu acho que nesse ponto foi difícil e ela conseguiu conduzir de uma maneira bem legal, ela merece 80% dos créditos disso. Ela conseguiu levar as pessoas, conseguiu conduzir, sabe eu acho que ... ela ficou a maior parte do tempo depois veio a Mila, que também começou a conduzir de uma maneira ótima, alias a Mila também tem uma participação maravilhosa, porque a Mila está na origem de tudo do turismo.

Jucilene – A Lei propõe um turismo sustentável, o que você entende por turismo sustentável? E você acha que as pessoas mais simples da população tem noção do que seja isso?

Mirian – Não, eu acho que é uma outra falha disso tudo é que não esta tendo uma popularização disso tudo. Para você ter uma idéia os meus filhos nunca foram no Peralta, porque é caro, eu não tenho condições de ficar indo no rafting, eu nunca fiz rafting. Então, as agências nunca pensaram na baixa estação, por exemplo, em beneficiar o cidadão da cidade, o cidadão fica excluído disso tudo, como se fosse um sistema a parte, então ele esta excluído dessa participação, não esta havendo uma socialização da educação, alguns setores são contemplados, como os guias com esses cursos, eles estão tendo acesso a uma educação que passa minimamente por essa questão da ecologia, acho que passa um pouco por ai, mas o resto da população não esta tendo isso, então não é aquilo que a gente pode chamar de turismo ecológico sustentável, porque ele pressupõe a educação, o pouco o que eu sei disso ele tem que estar vinculado, ele é o turismo ecológico, mas ele é o turismo vinculado a parte econômica e educacional, você tem que educar o turista e a população, essa socialização da educação não esta ocorrendo. Então eu acho que o turismo sustentável vai por ai tem que se trabalhar a educação para ela ser socializada, e as pessoas tem que entender o sentido do turismo, elas tem que se apropriar um pouco desse turismo e ela tem que entender também das questões relativas a ecologia, a defesa da ecologia. Durante um bom tempo eu vi uma ganância muito grande por parte das agências, elas simplesmente se jogavam no Rio e estavam pouco se lixando para a preservação. Agora que essa coisa esta sendo retomada, em algumas agências tem pessoas muito interessantes, muito bem instruídas, elas puxam um pouco, agora tem um grupo de pessoas que se detonar, se eu ganhar tudo amanhã, o resto não importa. Talvez com a Lei agora, e o processo da Lei tenha ajudado parte desse seguimento que não estava interessado em cuidar disso, por outro lado essas pessoas mais instruídas que estão preocupadas com a preservação, junto com o movimento e outros setores que estão preocupados com a preservação... tem havido um movimento de barrar, até aqui vocês podem mas a cidade pertence a todos, o município pertence a todos.

A lei ela pode disciplinar certas coisas, mas falta por parte do poder público, da organização da sociedade socializar melhor essa coisa da educação mesmo, para as pessoas entenderem tudo isso que esta acontecendo, e isso não tem acontecido. Os que estão diretamente ligados tem consciência do que esta acontecendo, os que não estão não tem. Tenta conversar com o cidadão comum, até para você ver se eles estão sabendo ou não.

Jucilene – Eu gostaria de saber se mudou alguma coisa depois da implantação da Lei?

Mirian – Isso está em processo, eu acho que ela vai ter um efeito positivo, ela normatiza ela estabelece regras, eu quero ver ela em prática. Porque tem pessoas extremamente autoritárias vinculadas a essa historia do turismo, que acham que podem tudo ainda. Então, eu acho que a boa fiscalização ela é fundamental, é uma das coisas fundamentais, eu acho que falta muita coisa, eu estou tentando ver muito do outro lado para te dar uma abordagem da cidadã comum, eu conversei com uma amiga para a gente ir lá no peralta conversar para fazer mais barato para as crianças irem, mas a gente percebe que a cidade esta sendo consumida por esses setores e nada retorna para a cidade. Até mesmo o que eu acho uma boa é fazer um rafting mais popular, na época da baixa estação, eles iam ganhar e a população podia conhecer e falar para as pessoas que chegam aqui perguntando o que é o rafting, se vale à pena fazer, essas pessoas fariam uma propaganda positiva, mas imagina 99% da população não sabe o que é rafting, e nunca soube ou pode ir, talvez um seguimento grande dessa população gostaria de fazer, ter acesso.

Tem um seguimento que até faz, porque pega sua própria bóia e desse o rio, fora das agências, isso a gente já fazia na adolescência, cada um tinha sua bóia descia o rio, isso de ir para cachoeira era uma coisa nossa.

Jucilene – E o setor público como esta sendo a atuação dele em relação ao turismo?

Mirian – No primeiro momento houve uma resistência por parte do prefeito, ele ainda achava que tinha que vir industrias para cá. Ele teve que aprender que o turismo é uma industria supostamente mais limpa, mais auto-sustentável, então eu acho que ele demorou em dar o devido apoio para tudo isso. Eu acho que tem coisas positivas que o poder público faz, mas acho que ele ainda é muito

tímido, não em relação à capacidade da secretaria do turismo, acho que ela não encontra o respaldo devido, acho que tem que forçar o prefeito, tem que comprar essa briga, eu não vejo essa atitude nele. Só para você ter uma idéia como contrapartida à prefeitura criou aqui o PIT, que é o Ponto de Informação Turística, no centro cultural, o que já é um erro, porque tinha que ter um ponto certo, uma referência certa. Criaram um Centro, lá deveria já estar cumprindo essa função, mas ainda está aqui. Num desses feriados, no final do ano, entre o natal e o ano novo, a cidade recebeu um fluxo de turistas muito grande e eu acabei presenciando coisas... não havia pessoas, primeiro não há pessoas bem esclarecidas para dar informações e fazer um rodízio de informações. A noite não tinha ninguém para dar informações, e eu acabei presenciando porque estava tendo uma exposição de um pintor amigo nosso que estava aqui em casa e ele ficava lá, e ele foi obrigado a dar informações para turistas por que não tem sequer um rodízio de funcionários para dar as informações, então tinha gente saindo do centro cultural dizendo que Brotas não era tudo aquilo que pensavam porque não tinha ninguém para dar informações, foi mal recebido. Não tem informações adequadas, não tem ninguém recepcionando, eu acho que esse ponto de informação tem ficar aberto das 8h até às 22h, sempre, e ainda mais na época em que se recebe mais turistas. Então, eu não vejo aqui... para certas coisas eles estão adiantados, como para a elaboração da Lei que foi bárbara, a atuação do poder público ali foi maravilhosa, por outro lado coisas básicas não tem acontecido. Vamos imaginar, do tempo que o turismo já está acontecendo, minimamente deveria ter pessoas extremamente bem esclarecidas, bem informadas, com informações já adequadas, esquematizadas, com preços e que ficassem recebendo informações constantes das pousadas, mas para ter aqui uma gama de informações, para dar que tipo de pousadas existem, quais os preços, quais os passeios e quais os preços dos passeios, como poderia acertar... primeiro que não tem gente qualificada para isso, bem informada, e segundo que não tem rodízio. Eu acho isso incrível, ninguém quer trabalhar de domingo. Para você ver ainda como falta coisas, o turista quer dados, ele quer informações, ele quer uma série de coisas, ele quer ter uma base da cidade que ele está, mas não tem pessoas qualificadas, só por ai você vê como tem falhas. Quem na verdade faz mais esse papel é o setor privado, que está tentando segurar as pontas.

Jucilene – Na sua opinião qual seria a grande preocupação da população em relação ao desenvolvimento do turismo em Brotas?

Mirian – Pro futuro, o impacto ambiental, o impacto social, e principalmente o impacto ambiental. Eles só querem tirar, se não entrarem nas normas da Lei, o impacto ambiental aqui no município vai ser terrível, mas também é ambíguo, eu vejo como uma coisa positiva e negativa sempre, por outro lado a cidade já tem seu próprio impacto na monocultura, da laranja, da cana, que são extremamente impactantes, é nocivo que você não acredita. Então por outro lado, o turismo barra um pouco a ação predadora dessas outras coisas, da produção no campo, da monocultura da cana, da pastagem, no sentido de fazer uma pressão para que a degradação desses outros setores não seja tão grande, eles também levantam e alegam essas coisas e ajudam a fazer pressão nesse sentido, porque eles também não podem perder a galinha dos ovos de ouro, se a pastagem estiver ali causando a erosão assoreia o rio, se a cana se expandir demais acaba com as nascentes por que eles querem... se diminuir a vazão d'água aqui no município? Se estiverem usando muito agrotóxicos contaminam o rio e as nascentes, então tem esse lado positivo que eles defendem a natureza por que eles precisam da natureza, e não permitem aquilo que é mais nocivo. Então, sempre vai haver esse processo caminhando, nunca tão degradante, porque tem esse processo dialético podemos dizer, eles pressionam para que os outros setores não degradem tanto e lutam para que acham uma preservação porque eles precisam da natureza. Pro futuro, esta havendo um impacto muito grande cultural, social, ambiental, se isso conseguir ser normatizado, se a sociedade puder ser preparada conseguir entender tudo isso, para participar disso e reverter os benefícios disso eu acho que vai ser positivo, mas acho que tudo isso deve caminhar junto, se continuar um grupo só querendo ganhar e levar tudo, eu acho que vai ser negativo.

Jucilene – Em relação a esse preparo da população, você vê isso acontecendo, cursos de baixo custo, ou gratuitos oferecidos pelo poder público?

Mirian – Para a população de uma maneira geral não, para os interessados sim, tanto o setor privado como o público tem trabalhado e feito coisas para o setor interessado, o grosso da população não tem sido trabalhado, algumas agências de vez em quando fazem algumas atividades nas escolas, mas acho que ainda é tímido o que tem sido feito, poderia estar sendo feito mais. Porque eu acho que eles deveriam difundir de uma maneira positiva o turismo, eu acho que isso deveria ser mais feito. Eu vejo uma iniciativa dos dois setores, mas é um processo que vem acontecendo. Cursos de formação tem sim. Mas a população não está bem informada para esse turismo.

Jucilene – A população está bem preparada para o contato com o turista?

Miriam – Sim, por outro motivo, naturalmente a população é muito amorosa, tem uma coisa que é do interior, mas Brotas tem isso bem mais específico, tem até um slogan que é “Brotas a cidade da amizade”. Todo mundo aqui é assim, trata super bem, mas naturalmente independente do turismo ou não, do interesse. O que eu acho uma pena é isso não estar sendo melhor aproveitado, porque essa população de uma maneira geral podia até estar sendo mais solícita com os turistas se estivesse muito mais bem preparada para tudo isso. Mas de um modo geral a população é muito querida, é um lugar muito bom, as pessoas são simpáticas de uma maneira geral. Às vezes eu percebo que os antipáticos são os que vieram de fora, que ainda não conseguem entender o ritmo da cidade, mas outro dia eu estava aqui na frente e uma moça estava ligando para São Paulo, e ela dizia que não acreditava pois as pessoas cumprimentavam, elas conversavam, dizem bom dia... imagina são hábitos as pessoas passarem e cumprimentarem, então essa receptividade da população é muito boa de um modo geral, é lógico que sempre vai ter aqueles grupos que não são assim... mas no modo geral as pessoas são muito bem receptivas.

Jucilene – E você acha que o turista que vem para cá condiz com essa proposta de sustentabilidade do turismo de Brotas?

Mirian – Tem vários turistas, de diversas faixas etárias, e poder aquisitivo muito variado, aquele que vem consumir o turismo mais caro é um setor legal, agora tem o outro turista que já é o turista que vem ver o rio, porque a propaganda a mídia é muito grande, e vem aqui pelo rio e vem ver aquilo e não é aquele turista preparado. Então eu acho que tem diversos tipos de seguimentos que vem para a cidade.

O que é turismo sustentável? Na verdade eu acho que nem todos tem noção, eu acho que o turista que vem aqui ele vem se apropriar do laser, eu acho que o turismo seria sustentável se ele estivesse ligado no turismo ecológico, ao meu ver voltado a educação, onde as pessoas vão consumir o laser e tudo isso mas ao mesmo tempo elas estão sendo educadas. Educadas para saber lidar com a natureza, não só com as coisas aqui de Brotas, mas que elas saiam daqui se apropriando de uma educação que a gente ache melhor para salvar o planeta também. Então, eu entendo isso aqui não tem um turismo ecológico, sabe aqui tem esse turismo que é o turismo de consumo, e isso não está sendo bem difundido, eu preferia que o cara viesse para fazer rafting e que ele também tivesse uma educação, informações.

Não tem nenhuma atividade cultural, onde seja falado sobre a cidade, um “tur” turístico pela cidade, pelos monumentos, pela história, a questão histórica, pouquíssimo se tem aqui no centro cultural quando eles vem e observam coisas do período cafeeiro, mas não tem um vídeo, cartazes, que eles possam ter acesso e se apropriem um pouco desse conhecimento sobre, ou da natureza.

Jucilene – Como você vê a manutenção do município em relação à limpeza, a coleta de lixo, saneamento, moradia, como esta essa infraestrutura?

Mirian – Foi isso que eu falei que seria um aspecto positivo do turismo se houve uma socialização dos ganhos do turismo com o município, não está havendo isso, pelo menos a gente não está visualmente verificando isso. A marginal do rio, ela é horrível, ali perto do Centro de Informação, está horrível. Aquilo precisa ser mudado, são coisas pequenas que poderiam ser feitas, por exemplo, toda aquela parte de cerca ali no Rio Jacaré, aquela parte bonitinha... tem um paisagista bacana aqui o João Geraldo, ele inclusive é professor de um curso de turismo na Uniara. Ele já fez projetos gratuitos para o município, na primeira gestão desse prefeito, de arborização da cidade, que poderia ser bonitinho e bem feito, para aquela frente do Centro de Informação e que nunca foram colocadas em pratica. Coisas pequenas, até que não envolvem tanto dinheiro e já poderiam ter sido feitas pela cidade, coisas pequenas que já dá um jeito na cidade. Eu acho que a cidade não poderia ser muito mudada, porque esse jeito caipira de ser da cidade eu acho bárbaro. Mas algumas coisas poderiam ser mudadas, por exemplo, o paisagismo da praça porque esta feia, essa outra parte que esta toda ligada ao complexo do Rio aqui no centro da cidade, está muito feio poderia ser feito parcerias com empresas e ele não explora essas possibilidades. Por exemplo, a Centro Vias que explora a estrada, o dono dela ele tem uma fazenda aqui, poderia buscar parceria. Uma outra coisa que não se fez ainda na prefeitura e buscar usar a Lei de incentivo a cultura, para pedir parceria junto às empresas para fazer museus, tem o museu do café que poderia ser feito. Então, são coisas pequenas que poderiam redundar em recursos, que poderiam trazer coisas mais interessantes para a cidade, tanto para a população, porque o museu do café seria bárbaro, tiraria essa parte daqui e levaria para uma parte que já esta sendo destinada a isso. As parcerias para o paisagismo aqui da marginal poderia ser feita com empresas que ganham muito dinheiro através da Lei de incentivo a cultura, que mexe com cultura. Então, fazer parcerias com outros setores mesmos, até mesmo com o Daniel, que é um rapaz que ganha muito dinheiro hoje, porque não tentar com ele. Ele comprou o cinema, esta tentando restaurar o cinema, mas ele poderia ao invés de pagar impostos fazer outras coisas. Então eu não vejo iniciativa por parte da prefeitura nem para o básico, tem ali o Centro Comunitário, que é

uma coisa horrível, poderia fazer tanta coisa tira aquele alambrado incorporar aquele pátio junto com o outro, colocar uma trepadeira que não custa nada para tirar aquela muralha que tem ali do campo de futebol, colocar hera ali para esconder aquela muralha. Enfim coisas pequenas que não custaria nada, que já dariam outra cara ali para esses setores. Com relação à moradia e tudo mais, esse ano é ano eleitoral e se troca votos por lotes, e então ele está fazendo essa proposta agora e a demanda é grande, são ações em que no sentido de quem me beneficia. Nós lutamos através do Movimento Rio Vivo que ele realmente colocasse em ação, desde a primeira gestão dele já era para ele ter colocado em ação o Plano Diretor. Tem uma equipe maravilhosa da Universidade de Rio Claro da Unesp que veio aqui e disse, fizeram um diagnóstico da cidade, como você pode ver já naquela época eles já apontaram varias coisas que seriam legais e tudo, nunca foram colocadas em pratica ignoraram aquele material. Nós lutamos para que fosse feito o Plano Diretor já naquela primeira gestão dele, e ele só começou o Plano Diretor agora só para tapar a boca do grupo que estava pedindo o Plano Diretor, e não vai acabar de fazer... ele não tem uma postura de planejador que esta preocupado em resolver questões, então ele faz coisas pontuais, isso vai me dar voto. Ele era conhecido como o prefeito que solta rojão, qualquer coisinha ele solta rojão. Então tem lá um projeto de um loteamento que foi mal feito, e a gente esta questionando a condução daquilo e é para troca de votos, o objetivo é esse não é para resolver o problema do povo, não tem uma política habitacional na cidade, não tem.

Então eu percebo isso. Eu não estou vendo o dinheiro que está sendo ganho retornar para a prefeitura e retornar para melhorar a infraestrutura da cidade. Por outro lado é uma falta de dinamismo do próprio prefeito, de buscar outras alternativas, parcerias. Não tem isso, isso deveria ser iniciativa dele, ele ser um cara dinâmico e dizer não, eu não tenho recursos, mas vou buscar parcerias para certas coisas aqui na cidade que vá beneficiar a cidade e o cidadão. Eu não vejo isso.

Jucilene – Você gostaria de fazer alguma consideração final?

Mirian – Não, eu acho que passei uma visão da cidadã comum, e minha impressões, se depois você quiser refinar isso e vir para perguntar algumas outras coisas, eu estarei a disposição.

Entrevista com os representantes de Sítios Turísticos

Nome do Sitio: *Recanto das Cachoeiras*

Data: 20/01/2004

Horário: 14:00h/14:40h

Nome do Entrevistado: *Rodrigo Saldanha*

Função: Proprietário

Jucilene – Qual a principal atividade econômica da propriedade?

Rodrigo – Nós temos outras propriedades, mas essa é voltada unicamente para o turismo.

Jucilene – Ela sempre foi voltada para o turismo?

Rodrigo – Não, antigamente era pastagem e tinha outras culturas.

Jucilene – Conta um pouco sobre o processo de implantação do turismo aqui na propriedade.

Rodrigo – Então aqui era uma fazenda, que era do meu pai e do meu tio, era em comum, então o meu tio estava louco para vender a parte dele e eu comprei essa parte dele e desmembrei aqui essa parte que não interessava para a agricultura, o resto da fazenda é produtiva. E como o turismo já estava acontecendo em Brotas, já tinha visitação nas cachoeira, e que como as cachoeiras daqui eram boas para o banho e a maioria das cachoeiras, que estava abertas em Brotas nem eram tão boas para banho como é essa aqui. Então nós deixamos a agricultura e começamos a explorar para o turismo.

Jucilene – E qual era a imagem que vocês gostaria de criar do turismo para Brotas, desde o inicio?

Rodrigo – Bom em Brotas quase tudo é turismo de aventura, e aqui eu implantei ecoturismo, mais passeio e eu estou implantando o turismo rural, as outras cachoeiras é mais rapel, o meu a é mais passeio mesmo.

Jucilene – Você não tem as atividades de aventura por aqui?

Rodrigo – No momento não, eu dispensei todo mundo e agora eu quero ficar mais com o banho de cachoeira e o que os outros não tem.

Jucilene – Quem é responsável pela manutenção e manejo da área? Vocês recebem algum auxílio da prefeitura, ou orientação?

Rodrigo – Tudo é feito pela gente mesmo.

Jucilene – Existe algum plano de impacto que vocês seguem?

Rodrigo – Já passou várias professoras, a Tereza Magro, que andou por aí e eles deram opiniões, que é contensão de erosão e coisas do gênero, que na rotina nossa do dia a dia a gente já tenta solucionar, o mais falado foi a contensão da erosão que foi visto como um impacto maior.

Jucilene – Tem agências que trazem pessoas aqui? E como é feita a negociação com essas agências?

Rodrigo – Tanto eles como nós procuramos esse acordo, a gente tem o banho de cachoeira e uma trilha longa que dá umas três horas de caminhada. Então a gente repassa uma porcentagem para eles, e eles trazem um guia. Existe uma parceria.

Jucilene – Você acha que na grande maioria das propriedades existem essa parceria?

Rodrigo – Não, eu acho que não, só existe em algumas.

Jucilene – Vocês aqui participam do COMTUR?

Rodrigo – Eu participo, eu sou representante do meu seguimento, que é o sítio turístico.

Jucilene – Você participa como conselheiro, e pode votar?

Rodrigo – Isso como conselheiro.

Jucilene – Eu gostaria de saber um pouco sobre o COMTUR, como é essa participação de vocês e como tem sido a ação do COMTUR?

Rodrigo – O COMTUR da uma discussão legal, só que eu vejo que a maioria das vezes o poder público, quando quer passar alguma coisa, aí não tem jeito porque nós estamos 8 a 8 e o presidente do COMTUR desempata, e o presidente é um representante do poder público. Então nunca os empresários ganham, sempre ganha o poder público. Então eu vejo que isso tudo é balela, o poder público está usando a gente e dizendo que é a gente que está fazendo, mas na realidade são eles. Então, muita gente já está desanimado e desacreditado com esse COMTUR, porque quando eles querem passar alguma coisa eles passam e dizem que nós e que fizemos. Eles passam por cima e não querem nem saber, então isso não é uma democracia. O COMTUR é legal porque se tem algum problema na cidade reúne todo mundo e lava a roupa suja, mas quando é interesse do poder público mesmo eles fazem, e só comunica a gente que está fazendo, a maioria está tudo pronto. A gente só vai lá levantar a mão como tonto e a maioria já está tudo pronto. Então, eu acho que não é legal.

Jucilene – E como houve a participação de vocês na elaboração da Lei da Política Municipal do Turismo Sustentável? Conta um pouco desse processo?

Rodrigo – Essa elaboração teve o apoio do João Alieri, um consultor, e junto com a Daniela que era a secretária do turismo, e eles foram seguindo um padrão e adequando na cidade. Só que tudo, os atrativos nem tanto, mas os esportes foram o pessoal mesmo que fez e mostrou como é ou não, e essa parte ficou legal. Mas foi muita coisinha que eles puseram a mais, e democraticamente acho que não precisava, vai encher muito de coisa e no final acaba nem funcionando. Então a gente queria cortar muita coisa, mas na votação o poder público ganhava. E na época o João Alieri saiu e a Daniela também se afastou, e aí puseram tudo isso goela abaixo de todo mundo. Tem muita coisa legal, mas tem muita coisa que não está legal.

Jucilene - O que você entende por turismo sustentável?

Rodrigo – Para mim, por exemplo, esse sítio aqui ele mesmo tem que se alto sustentar e tirar a renda daqui, com vários funcionários e famílias vivendo daqui, ele tem que se tocar, se sustentar.

Jucilene – E qual a sua opinião em relação à PMTS o que mudou ou está mudando, no que ela está contribuindo, na prática já existe alguma coisa?

Rodrigo – Não, a gente por enquanto está muito desanimado, porque a gente não tem muita esperança, a gente às vezes cobra do poder público para ele melhorar tudo, eu não quero que ele melhore a minha propriedade, mas eu quero que ele melhore a praça, a cidade, a sinalização, as estradas de acesso, o saneamento, então a gente cobra isso do poder público que é obrigação normal, se todos pagam impostos a população merece um negócio adequado também. Então, se a prefeitura fizesse essa parte à gente já estava feliz, já estava tranquilo, porque até hoje quem está tocando Brotas é a iniciativa privada, todos os proprietários de agências, sítios, que está levando Brotas para mídia. Até um tempo atrás Brotas se vendia sozinha, todo mundo se vendia e vendia Brotas, agora ela está precisando se vender, e o poder público não está se preocupando com isso aí, eles não incentivam nada. Nós temos algumas empresas que vão para feira do Adventure Sport, já foi o segundo ano que nos fomos, e aí faz divulgação em revista e jornal, então sempre coloca Brotas na mídia e o poder público a gente vai atrás e não tem dinheiro, a gente nem olha para eles e não, não tem nada. Não tem dinheiro, mas não pode contribuir com outras coisas?

Jucilene – E o Licenciamento Ambiental, já está sendo feito?

Rodrigo – Não, o Licenciamento, a Teresa Magro veio aqui fazer um mapeamento das trilhas, já está tudo mapeado e segundo a prefeitura vai trazer o DEPRN vai fazer um pacote só e vai licenciar todas essas trilhas. Mas eu estou vendo outros caminhos que cada um vai ter que fazer o seu procedimento, fazer tudo, que eu acho mais difícil. Se fosse um pacote só facilitaria a vida de todo

mundo e acertaria mais, mas agora a gente não está sabendo mais. Já foram aprovadas umas 3 ou 4 leis na Câmara Municipal, e então a gente não está sabendo como a prefeitura vai apoiar a gente nessa fase. Porque depois que foi votada a lei tem um prazo para começar.

Jucilene – Como vai ser o processo de fiscalização, já está funcionando alguma coisa?

Rodrigo – Não, não. Ainda está no prazo de implantação, mas esse ano tudo começa a funcionar. Eu acho que eles vão fazer a fiscalização pelo vaucher. O vaucher foi votado também, e esse ano vai começar a vigorar. Então eles vão fazer essa fiscalização pelo vaucher.

Jucilene – Você acha que o vaucher vai facilitar?

Rodrigo – Eu não sei, eu preferia particularmente que cada dono de cada atrativo turístico, que tem seu interesse de preservar aquilo ali, como o que acontece em Bonito, lá entrou o vaucher e não funcionou. Eu estou preocupado, o pessoal ontem lá no comtur cobrou isso da gente, a gente está cobrando uma taxa de 10 reais hoje, e a gente vai passar para 15 reais, porque no carnaval vem muita gente, e a gente tem que diminuir esse fluxo, eu não quero fechar minha porteira que nem eu já fechei outros anos e aqui não vai entrar mais ninguém, aqui já está legal. Então eu subindo o preço vou ter só as pessoas que me interessam e não vou mandar ninguém embora.

Então eu acho que a melhor maneira de fazer o controle de capacidade de carga é subir o preço, e todo mundo tem o interesse de controlar, eu tenho uma freguesia já fiel aqui e não me interessa eu perder minha freguesia por causa de por mais 100 pessoas a mais aqui, e ficar inviável, fila para a cachoeira, fila para entrar no banheiro, isso não interessa para gente.

Jucilene – É o comportamento do turista que vem para cá, você acha que ele tem um comportamento que condiz com a ideia de um turismo sustentável?

Rodrigo – Condiz, o turista que vem para cá é um turista consciente, não acha ruim de pagar, inclusive a maioria que a gente conversa fala vocês estão certinhos mesmo de cobrar, faz uma renda da propriedade emprega bastante gente e por onde a gente anda está tudo limpinho, conservado, eles apóiam a gente bastante nisso. É lógico que quem vem e não é o ecoturista, ele reclama do preço e tal, mas esse tipo de pessoal não interessa para gente.

Jucilene – E em relação à manutenção eles se comportam, mantém a limpeza do local?

Rodrigo – Mantém, a gente tem monitores que ficam nas cachoeiras, então a gente sempre está em cima, a gente já treina o nosso pessoal de não bater boca e nada, jogou o papel no chão, vai lá pega na frente dele e joga no lixo, é a melhor forma de educar esse povo. Então acho que é uma aceitação muito grande, e o pessoal que às vezes não tem consciência acaba saindo daqui com consciência de que não pode sujar.

Jucilene – Fala um pouco da relação da comunidade local com o desenvolvimento do turismo aqui em Brotas? Você é de Brotas?

Rodrigo – Sim eu sou. Bom, o comércio na cidade para a população média, até a... média alta nem tanto, mas para a média foi um grande válvula de escape, está dando emprego para muita gente, faz o comércio circular melhor e emprega muita gente. Mas eu vejo uma contrapartida de muita gente que reclama do turismo, porque subiu um pouco os terrenos, falam que o mercado subiu, mas eu acho que não é por causa do turismo, eu viajo bastante e faço comparação e tudo subiu, então eles falam que foi por causa do turismo, mas eles não têm consciência que subiu tudo. Mas os terrenos subiram bastante. E o pessoal mais pobre que é cortador de cana, que é o povão não tem consciência ainda do que é o turismo, falta um trabalho maior em cima deles para mostrar que o turismo só trás benefício para cidade e não desgaste que nem eles pensam. Falta uma conscientização para a população em geral.

Jucilene – Em relação aos funcionários que vocês tem aqui, como eles são escolhidos, tem um treinamento específico?

Rodrigo – Nos temos vários funcionários, e a gente dá preferência para os vizinhos, dos sítios vizinhos, que estão mais perto do serviço, são pessoas humildes que começam a trabalhar e enxergar o que é, e percebem que agora eles são alguma coisa, está trabalhando com gente, está aprendendo a falar, se comunicar. Eu acho que o turismo está dando um chance para esse pessoal, é muito legal, é um pessoal muito bom, 100 % dos meus funcionários aqui são dos sítios vizinhos.

Jucilene – Existe algum treinamento para esse pessoal na cidade, algum curso?

Rodrigo – Não a gente vai conversando e lógico a gente dá um curso de primeiros socorros alguma coisa assim, quando tem algum curso específico para guia em agência, a gente manda eles, para melhorar um pouco o conhecimento. Mas a gente está no dia-a-dia daqui, sempre orientando.

Jucilene – Qual é a grande preocupação de vocês em relação ao turismo em Brotas?

Rodrigo – O que mais me preocupa é a segurança, a gente bate muito nessa tecla, tira todos os locais de risco, e a segunda coisa é a segurança do local, porque em época de feriado não tem um policiamento, então a gente sempre tem um segurança de fora para cuidar, mas isso não é suficiente,

se tivesse um carro patrulhando, parando e tal, já colocava respeito. O campo da segurança pega muito, a segurança do turista e a nossa.

Jucilene – E você acha que esse pode ser um trabalho feito pelo poder público?

Rodrigo – A nossa segurança com certeza, falta eles darem um incentivo a mais. Segundo eles, depois do vaucher a guarda municipal vai ficar direto aqui para cima e isso vai ser muito bom, vai resolver uma parte do nosso problema. Agora a segurança do turista aqui dentro 90% é seguro, os pontos mais perigosos à gente põe alambrado para as pessoas não passarem, o acidente mais grave que a gente tem aqui é torção de pé, mas isso é normal. E nessa parte de segurança a gente já está bem avançada.

Jucilene – Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o turismo em Brotas, você acha que a infraestrutura da cidade está legal?

Rodrigo – A infraestrutura da cidade eu acho que não está legal, veio em uma época uma verba para fazer o tratamento de esgoto aqui do Patrimônio e não foi feito, e isso está muito errado, porque o rio é o carro chefe da cidade, então se acabar o rio acaba a cidade, e em Brotas também tem muita coisa que poderia melhorar, o tratamento de água. Porque quando chega o carnaval eles jogam na cara da gente, porque usou tantos litros de água.... mas eu tenho minha firma, tenho minha caixa, sou cidadão e todos nós pagamos impostos, então isso já está embutido no preço de tudo. Então a gente não vê um respaldo da prefeitura, ao invés deixar a cidade mais bonita, mas arborizada, o portal da cidade ainda está fazendo, às vezes o poder público poderia correr mais atrás de verbas de várias coisas para a gente, melhorar a cidade a modo geral, e principalmente em relação ao saneamento básico.

Jucilene – Você gostaria de fazer mais alguma consideração final?

Rodrigo – Não, não.

Data: 20/01/2004

Horário: 15:15/16:00

Nome do Sítio : Vivenda da Cassorova e Quatis

Nome do Entrevista(a) : Milena Baltieri

Função: Proprietária

Jucilene – Qual a principal atividade econômica da propriedade?

Milene – Gado de corte.

Jucilene – O turismo é uma atividade secundária? E como vocês começaram a perceber que o turismo poderia ser uma boa atividade econômica, me conta um pouco desse processo?

Milene – É uma atividade secundária. Já fazem dez anos que nós estamos com a atividade do turismo, na verdade a gente abriu mesmo porque começou a vir muita gente para entrar, porque Brotas, a prefeitura e o pessoal do desenvolvimento local do turismo através do movimento Rio Vivo, eles resolveram catalogar os principais atrativos turísticos, e como a Cassorova é uma das mais altas, nesse catálogo deles, as pessoas iam até a secretaria de turismo e eles encaminhavam. Mas não tinha nada aberto, não tinha trilha nem nada, aí começou vir muita gente que queria ver a cachoeira, por ela ser muito perto da cerca da estrada. Aí o meu irmão, por ser mais novo, porque meus pais já são de idade, ele teve a idéia de abrir, porque ele sempre gostou, ele ia com os amigos dele na cachoeira, aí a principio nós abrimos só a trilha, depois foi aberto a lanchonete e essa piscina aqui debaixo, aí nós começamos a servir refeição lá em cima na casa da sede, para o pessoal que vinha fazer o canyoning, depois aquele restaurante ficou pequeno e a gente resolveu ampliar e fazer esse aqui maior. Mas ainda tem vários projetos para serem feitos aqui ainda.

Jucilene – Quando vocês começaram a abrir para o turismo, qual era o turismo que vocês pretendiam implantar, a aventura ou a contemplação da cachoeira, o que vocês pretendiam?

Milene – Eu acho que da aventura nem tanto, porque o canyoning veio depois. A gente ficou sabendo que eles desciam na cachoeira depois que já estava vindo o turista porque a cachoeira fica lá na estrada a gente não via que eles desciam. Até que, os próprios turista, vinham falar que tinha um pessoal doido pendurado na corda, aí nos fomos ver o que estava acontecendo, e eles chegavam e nem pediam permissão porque não ficava ninguém aqui. Então eu acho que começamos com o turismo de visitação primeiro, o ecoturismo.

Jucilene – Que tipo de atividades que vocês fazem aqui hoje?

Milene – Tem o canyoning, tem a trilha e as piscinas, que são piscinas naturais. Tem as agências de Brotas que trazem o pessoal para fazer uma trilha, que eles entram lá no Bom Jardim, lá perto do Rodrigo, e vem subindo a pé, mas esse já faz tempo que não acontece, e tem também a Mata'Dentro que traz gente para a trilha de orientação voltada para empresas.

Jucilene – E como é feita essa negociação entre vocês e as agências?

Milene - Eles procuram, tem um telefone para contato que é lá em Brotas mesmo, eles ligam reservam e aí trazem.

Jucilene – E como é feita a divisão dos ganhos.

Milene – Por porcentagem, eles ganham uma porcentagem.

Jucilene – E essa negociação é fácil?

Milene – É um pouco complicada, a gente tem muito potencial, poderia ter mais agências procurando, eles ficam investindo muito no rafting e acabam esquecendo a gente aqui. Como aqui é bem mais barato, para um hotel vender um rafting que custa 56 reais, ele vai ganhar 5,60 reais, que é os 10%, alguns pagam 20%, e aqui é 10 reais então ele vai ganhar um real, ele acaba vendendo passeios lá em Brotas e nosso aqui é mais para quem vem por conta, vê na divulgação de folhetos. As agências mandam, mas se você for comparar é muito pouco.

Jucilene – Quem é responsável pela manutenção e manejo da área? Houve ou há algum auxílio da prefeitura, ou algum plano de impactos?

Milene – Não, na verdade a USP já fez vários trabalhos aqui, mas foi posterior a implantação do turismo. Na verdade a trilha já existia, era uma trilha de caçador, o que nos acrescentamos nela foram os degraus, para facilitar o acesso e os corrimãos. Porque meu pai sempre fala, os caçadores procuravam o melhor lugar para descer, então se a gente for pela trilha deles é lógico que vai ser o lugar mais fácil. Até veio a USP e fizeram um trabalho e mandaram para a gente dizendo qual o material que a gente devia estar usando, mas na época eu também comecei a fazer turismo e eu mesma aprendi isso na faculdade, que deve ser usado material todo natural, nada de arame, e tal. Mas o meu pai já tinha essa consciência também, porque foi ele que teve a idéia de começar a fazer e começou a fazer de madeira para conservar. Inclusive muita gente diz que não tem tambor de lixo na trilha, mas a gente já não coloca, porque não é para descer com lixo. Parece que se a gente por o latão de lixo vai incentivar a pessoa da próxima vez a trazer uma sacola de comida e qualquer coisa para comer lá embaixo, e a idéia não é essa, por isso é que tem os quiosques aqui em cima para poder comer aqui e depois descer.

Jucilene – Eu gostaria de saber se existe um plano de impacto feito pela prefeitura?

Milene – Não da prefeitura não, só se for das faculdades mesmo, porque já veio varias aqui até a própria Unesp. Só que eles fazem, eu já falei para minha mãe quando eles falarem que vão fazer um trabalho pede para eles mandarem uma cópia para a gente depois, porque a gente não sabe qual é o resultado. A única que mandou foi a USP, é interessante a gente ter. Mesmo eu que estudei, às vezes, a minha idéia não é igual a sua, por isso é bom a gente ter esse contato. Até os jornais, que vem tirar fotos, a gente já pedi uma copia, somente um até hoje mandou e já vieram “milhares”, as pessoas falam que viram na revista veja, ou outra e eu nunca vi.

Jucilene – Vocês participam do COMTUR e como é essa participação?

Milene – Eu estou começando, eu comecei esse ano porque eu morava fora, mas o meu irmão participava antes. Mas eu acho que o pessoal aqui de cima é muito desunido, porque é longe um do outro, acho que teria que ter uma associação nossa para facilitar. Aqui a Cassorova, o Recanto e as Três quedas, são os que mais conversam, o seu Astor é complicadíssimo ele não participa do COMTUR, não sabe nada que se passa. Sábado mesmo eu estava na no restaurante e uma senhora me disse que ela perguntou se aqui tinha restaurante e ele disse que não tinha, ele não gosta de dar informação, porque acha que a gente é concorrente dele, e eu acho que aqui isso não pode acontecer, porque a pessoa que esta passeando ela não quer saber se há problemas, e a gente manda para ele.

Para nós seria interessante uma associação daqui, porque uma reunião no Patrimônio fica muito mais fácil do que em Brotas, é mais perto.

Jucilene – Eu gostaria que você falasse um pouco sobre a prefeitura e os órgãos públicos em relação ao turismo.

Milene – Eu estou por dentro de que tem vários projetos, mas o difícil é sair do papel, principalmente o da sinalização que está falha, esta totalmente falha, eu que estudei turismo sei que existe um monte de requisito, mais até agora nada. Esta para sair esta sinalização, tem também o projeto do portal lá da cidade, que de lá eles poderiam mandar os turistas aqui para cima, porque como aqui é muito retirado a gente perde muito, então aqui tem que ser bem sinalizado é necessidade. A prefeitura tem vários projetos, ela dá um apoio bom para o turismo, mas teria coisas lá na cidade que teria que terminar, que nem o Parque dos Saltos tem um potencial imenso aquele lugar, é lindo lá... eles deram uma boa ajeitada, mas mesmo eu que morei lá muitos anos não conhecia aquela quedinha que tem lá... um lugar tão bonito dá para fazer uns quiosques, dá para fazer umas mesas para o pessoal passar o dia. Eu não sei se é um pouco de medo de fazer ali perto do centro, mas ali esta mesmo falha a coisa, porque eles mesmos falam que é o cartão portal da cidade, então tem que

ser uma coisa caprichada. E está lá dentro, porque às vezes tem pessoas mais velhas com problemas de saúde e não podem descer na trilha e lá é um acesso mais fácil.

Jucilene – E a Política Municipal do Turismo Sustentável, ela já tem trazido alguma mudança para vocês, como esta esse processo?

Milene – Aqui para gente por enquanto não mudou nada, eles estão falando que vai mudar, porque vai ser com vaucher, a pessoa vai ter que pegar o vaucher na cidade para vir, eu não sei eu acho isso muito complicado porque aqui vem, por exemplo hoje 80% das pessoas que vieram aqui, vieram por São Pedro, elas não passaram por Brotas, elas vieram aqui por outra estrada. Então, o que eu vou fazer com essas pessoas vou ter que mandar elas embora? A não ser que, eu não sei como vai ser o projeto, que tenha uma venda aqui no balcão, Por que eu não posso dispensar as pessoas assim, às vezes vem gente de São Paulo que vem de Campinas e não passam pela cidade. Então, eu acho errado, vai ficar bem complicado, mas as questões de mudança nada ainda, por enquanto esta só no papel.

Jucilene – E o Licenciamento Ambiental, veio alguém aqui da prefeitura para fazer, ou fiscalizar a área?

Milene – Não ainda nada

Jucilene – Vocês participaram da elaboração de alguma dessas leis?

Milene – O João meu irmão participou, ele faz parte do comtur.

Jucilene – A Lei e o próprio slogan de Brotas diz que o que se pretende aqui é um turismo sustentável, o que vocês entendem por isso?

Milene – O turismo sustentável na verdade é o que sustenta o local, ele tem que ser suficiente para sustentar a propriedade e não agredindo o meio ambiente e se você destrói, ele tem que ser sustentável para o próprio ambiente dele porque é o ambiente que gera renda para gente.

Jucilene – E vocês acham que a maioria do pessoal que tem esses sítios turísticos tem essa consciência de preservação?

Milene – Dos sítios turísticos eu acho que sim, quem não tem essa consciência são os turistas, bem aqui diminuiu bastante, porque no início a gente cobrava 3 reais, era um preço acessível para qualquer pessoa, mais ai começou a vir muita excursão, e lixo, lixo, lixo e você fala, mas não adianta. Ai nós resolvemos subir, que é a única forma de limitar o número de pessoas e subindo não tem jeito. Agora melhorou bastante, eles perguntam por que a gente não vende chicletes e bala, por causa do papel que é muito pequeno, um saco de salgadinho é mais fácil de pegar, mas eu acho que melhorou bastante.

Jucilene – Fala um pouco da relação da comunidade com o desenvolvimento do turismo? Você é daqui?

Milene – Eu não nasci aqui, mais já faz muito tempo que estou aqui. Eu acho assim para as pessoas de mais idade é mais difícil essa convivência, agora para o mais jovem acho que foi a salvação de Brotas, até eu estava comentando para um senhor de Brotas que estava ai hoje, na verdade tem muita gente do norte que vem para cá trabalhar na cana e apanhar laranja, que assim não tem lugar para todos trabalharem, então o que as pessoas estão fazendo, estão trabalhando de guia, estão trabalhando na lanchonete e se não tivesse o turismo? Na verdade a maioria das pessoas não criticam, quem crítica mais são as pessoas de idade. Eles indicam as cachoeiras, lá em Brotas tem bastante gente que não conhece o Patrimônio, então eles falam já ouvi falar que a Cassorova e a mais alta, que a Recanto é a mais perto... mas tem muita gente que não conhece. Tem uma família que saiu daqui agora e a moça nunca tinha vindo aqui, sendo que os pais dela são de Brotas. Não sei se porque a pessoa mora no lugar que tem muita cachoeira, ai não tem graça, acaba indo para praia que é diferente.

Jucilene – E a infraestrutura da cidade, a coleta de lixo, saneamento, moradia como esta?

Milene – Olha, a coleta de lixo... nunca deixou de coletar, até no carnaval eles fazem uma coleta maior passam varias vezes. Porque o problema de Brotas é assim se chover a sujeira desce toda para o Rio e ai fica imundo no carnaval e ai é a época que mais se quer usar. Agora o saneamento, o esgoto esta tendo um problema, porque eles falam que não jogam no rio mais jogam, tem uma porcentagem de esgoto que jogam no rio, inclusive tem um cano que cai lá onde o pessoal faz o rafting, que o meu namorado que era instrutor falava que ficava até com vergonha, porque quando chega perto o pessoal sente o cheiro e pergunta o que é isso, então é uma coisa muito desagradável, se for falar a quantia é pequena em relação a água, porque desce um trecho do rio e o próprio rio vai fazendo uma limpeza. Mesmo assim eu acho que não poderia, mas se tem turista passando por ali acho que isso jamais poderia acontecer, é o cartão postal, mesmo o Patrimônio.

Jucilene – E em relação aos funcionários como vocês escolhem, fazem algum treinamento?

Milene – São pessoas da comunidade mesmo e nós mesmos fazemos o treinamento, nos contratamos duas pessoas para ficar na lanchonete, então nos temos de dar toda a instrução de

como explicar para chegar na cachoeira, o que pode levar ou não, mas são pessoas simples, não tem nenhum profissional da área. E agora a gente uma dificuldade para trazer pessoas de Brotas porque é um pouco longe e eles têm que vir as sete da manhã e sair a sete da noite, então é complicado porque é longe, o pessoal pergunta porque a gente não pega o pessoal do Patrimônio, mas eles são simples de mais, serviria assim para ser guia, mas a maioria trabalha na cana e laranja e é justamente de fim de semana, eles trabalham até de sábado e domingo, e tem a dificuldade de transporte, a Areia que Canta tem esse mesmo problema, eles compraram uma Kombi para levar, porque que nem no sábado, eu estava com 12 pessoas trabalhando, fora a gente da família que somos em sete, mas ai acho que a gente também vai ter que comprar uma Kombi.

Jucilene – Você sabe existe alguma associação de funcionários do turismo em Brotas?

Milene – os guias acho que tem, eles sempre se reúnem, ate a Mata'Dentro fez um curso de guia para eles, mas não conheço.

Jucilene – Qual é a grande preocupação de vocês em relação ao desenvolvimento do turismo aqui em Brotas?

Milene – Eu acho que até que Brotas teve muita sorte porque não houve assim uma invasão da cidade, o que mais me preocupa é a invasão da cidade, porque se vier muita gente e for uma coisa desordenada aí acaba, não adianta você por 100 pessoas na cachoeira, não pode, tem que ser uma coisa organizada, por que o pessoal sabe que se acabar, ficar lixo ninguém mais vai vir para cá, então você tem que estar sempre cuidando para ficar natural, sempre bom para que as pessoas possam vir e não acabar com a atividade. Porque que nem a cachoeira de Emas em Pirassununga, aquilo lá virou um horror, ninguém quer ir mais, não pode acontecer isso, ai tem muita gente que chega aqui e diz mais porque vocês cobram uma taxa, e senão cobrar essa taxa não tem como manter. O mais importante é a preservação, mais do que qualquer outra coisa, se falar a sinalização não tem, não tem fiscalização, isso daí a gente da um jeito, mas a natureza não tem como fazer de novo.

Jucilene – Você gostaria de fazer alguma consideração final?

Milene – Só gostaria de ter acesso ao seu trabalho depois, pela internete ou de alguma outra forma.

Data: 22/01/2004 **Horário: 15:15/16:00**

Nome da Fazenda: Areia que Canta

Nome do Entrevista(a) : Eloísa **Função: Proprietária**

A Eloísa nos contou como a sua família resolveu abrir a fazenda para visitação, a principio oferecendo a visita acompanhada de um café da tarde, assim eles cobravam pelo café, com o passar do tempo as visitas foram sendo melhor estabelecidas e o restaurante foi construído. Contatos com faculdades locais fizeram a nascente ser protegida e a visitação monitorada para impedir o desgaste e os impactos na área.

A Eloísa e seu irmão são os responsáveis pela Fazenda, que hoje é uma referência no turismo de Brotas. No espaço da fazenda existe uma corredeira e a nascente como atrativos naturais para visitação, e há um hotel cinco estrelas, um restaurante, uma pequena tirolesa, como suporte para atrair mais visitantes.

A Eloísa nos falou sobre a preocupação deles com os impactos e os estudos que eles contrataram de geólogos para entender melhor o funcionamento da nascente, e como poderiam melhor preservá-la, ela nos disse que nunca receberam nenhum auxilio dos órgãos públicos para a manutenção da nascente, nem mesmo uma orientação para diminuição dos impactos, tudo o que eles sabem ou fazem em seus atrativos é feita de forma particular com gastos e iniciativas próprias.

Ela acha que a Política Municipal pode melhorar o turismo local, mas acha que muita coisa ainda deve ser feita, e que a prefeitura não colabora muito com os empreendedores.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, ela pensa como os outros que o empreendimento deve se desenvolver de forma que possa gerar sustento e de forma que possa se manter por mais tempo.

Os seus funcionários são treinados na própria fazenda, a Eloísa e seu irmão fizeram alguns cursos e passam o que sabem para seus funcionários, tentam ser o mais profissional possível.

NOTA – Não transcrevemos a entrevista feita com Eloísa proprietária da Areia que Canta, pois ocorreu um problema na gravação, assim apenas mencionamos de memória o que foi conversado com a Eloísa .

Todas as outras transcrições foram feitas na integra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO, Prefeito Municipal de Brotas, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Brotas aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 De 26 de novembro de 2002

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PMTS E O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE BROTAS, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I

Dos Conceitos e Objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS

Artigo 1º - Entende-se por **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, os programas voltados à implementação de visitação controlada e responsável, nas áreas naturais ou culturais, visando o equilíbrio entre o crescimento econômico-social, a biodiversidade e a conservação do ecossistema.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = **De 26 de novembro de 2002** **Fls. 02**

Artigo 2º - A Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, deve estabelecer regras, instrumentos de gestão e recursos a serem definidos com os diversos setores sociais, econômicos e governamentais, no sentido de garantir a preservação da biodiversidade, a organização empresarial e o envolvimento da comunidade local.

Artigo 3º - A implementação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, tem por objetivo:

I - planejar, regulamentar e fiscalizar a atividade turística no município, de forma a desenvolvê-la em harmonia com a preservação da biodiversidade, a conservação dos ecossistemas regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e do patrimônio histórico e cultural, visando melhorar as condições de vida da população local;

II - incentivar a redução de resíduos, bem como seu tratamento e destinação final;

III - estabelecer o número ideal de usuários dos atrativos e das atividades, monitorando o impacto e controlando o crescimento do turismo e evitando a degradação ambiental, garantindo a qualidade dos produtos e serviços;

IV - fortalecer a cooperação interinstitucional, congregando os segmentos sociais interessados em investir e desenvolver a conservação do meio ambiente, promovendo a sinergia entre os segmentos da iniciativa privada, do setor público, da comunidade local e dos turistas/consumidores;

V - estabelecer sistema de Licenciamento Turístico Ambiental - LTA, para as atividades, produtos e serviços turísticos oferecidos, com a formação de um cadastro municipal que identifique tais empreendedores e prestadores de serviços;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = **De 26 de novembro de 2002** **Fls. 03**

VI - promover a conscientização, capacitação e estímulo da população local, para a atividade do turismo sustentável;

VII - identificar e otimizar o potencial turístico do Município, mediante ações governamentais e apoio da iniciativa privada;

VIII - garantir a conservação de áreas representativas dos ecossistemas naturais da região, mediante o apoio à criação e manutenção de Unidades de Conservação públicas e privadas, de forma a incrementar o potencial turístico do município;

IX - promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do turismo, respeitando o número ideal de usuários para cada ecossistema;

X - promover o aproveitamento do turismo como veículo de educação ambiental;

XI - valorizar e respeitar os costumes e tradições das comunidades locais;

XII - garantir a participação efetiva da comunidade local nas instâncias decisórias, nos moldes da Agenda 21.

Artigo 4º - Para atingir os objetivos propostos pela **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, o Poder Público poderá celebrar convênios com a iniciativa privada, as universidades, os órgãos da sociedade civil representativos do terceiro setor, e as instituições públicas municipais, estaduais e federais.

CAPÍTULO II **Dos Órgãos**

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = **De 26 de novembro de 2002** **Fls. 04**

Artigo 5º - Para gerir e administrar a **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, fica criado o Sistema Municipal de Turismo Sustentável - SMTS, composto pelos seguintes órgãos:

I - Órgão Executivo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo;

II - Órgão Normativo e Deliberativo: Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

III - Órgão Consultivo: membros da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, entidades da sociedade civil, Organizações Não Governamentais - ONG's, e a comunidade científica relacionada ao turismo e meio ambiente.

CAPÍTULO III **Dos Instrumentos**

Artigo 6º - São instrumentos da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**:

I - O Plano Diretor de Turismo;

II - O Zoneamento ambiental;

III - O Plano de Manejo para as Unidades de Conservação, públicas e privadas;

IV - O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 05

- V - O Fundo Municipal de Turismo -FUMTUR;
- VI - O Licenciamento Turístico Ambiental -LTA;
- VII - O Sistema Municipal de Monitoramento e Controle da Visitação Turística.

Artigo 7º - Os instrumentos normativos da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, serão regulamentados por lei, e devem ser implementados em total consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional para o Ecoturismo, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT e a Agenda 21, além da legislação turística e ambiental concernente.

Artigo 8º - O Poder Público, em conjunto com Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, deve criar um sistema de controle, baseado no monitoramento do impacto da visitação e número ideal de usuários do atrativo receptor, com a criação de um ingresso de entrada ou *voucher*, que garanta a sustentabilidade turística e ambiental dos serviços e produtos.

Artigo 9º - O Poder Público Municipal fica autorizado a criar impostos e taxas, estabelecer sanções fiscais e administrativas e implantar um sistema de fiscalização destinado a garantir o cumprimento das normas legais estabelecidas pela **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, conforme legislação em vigor.

Artigo 10 - A regulamentação normativa dos objetivos e metas da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**, será feita por lei, e abordará todos os assuntos relacionados com o planejamento sustentável do turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 06

CAPÍTULO IV

Das Propostas da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS

Artigo 11 - A Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável PMTS, deve abranger os preceitos da atividade ambientalmente sustentável, e promover a:

- I - Capacitação e qualificação de recursos humanos;
- II - Educação ambiental no ensino formal e informal;
- III - Conscientização e respeito da população ao turista/consumidor consumidor;
- IV - Sinalização informativa, educativa e advertiva;
- V - Informação turística e ambiental;

Artigo 12 - A Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, deve também incentivar as construções ambientalmente corretas, contempladas no Código de Obras do Município, tais como:

- I - planta técnica construtiva e localização das construções, que interajam com o ecossistema, adaptada à região e com o emprego de materiais e paisagismo regional;
- II - priorização de mão-de-obra local;
- III - pavimentação e calçamento com técnica que permita a permeabilização do solo;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 07

IV - mecanismos logísticos de acondicionamento, coleta, transporte, descarte e tratamento dos resíduos antrópicos;

V - emprego de meios de transportes alternativos e não poluentes ou agressivos ao meio ambiente.

CAPÍTULO V

Da Gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS

Artigo 13 - A Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, será implementada em sinergia com a Política do Turismo Sustentável do Estado de São Paulo, Lei nº 10.892 de 20 de setembro de 2001.

Artigo 14 - A gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, será promovida pela Administração Pública, com o apoio técnico do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, juntamente com a sociedade civil organizada, comunidade científica e órgãos públicos competentes.

Artigo 15 - A gestão da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS, priorizará as seguintes ações:

I - prevenção da degradação do meio ambiente:

a) natural: extensão da área e espaço utilizável, fragilidade do ambiente e sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 08

b) social: monitoramento da visitação, implantação de trilhas e/ou caminhos em sistema de rodízio e de distribuição dos visitantes, controle sobre o uso inadequado dos recursos e/ou serviços;

c) cultural: manutenção das tradições locais.

II - preservação da biodiversidade;

III - tratamento e destinação ambientalmente seguros de resíduos antrópicos;

IV - recuperação das áreas degradadas.

CAPÍTULO VI

Dos Instrumentos de Fomento da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PMTS)

Artigo 16 - O Município deverá criar programas específicos através de seus órgãos competentes, que incentivem a implantação e ampliação da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS**.

Artigo 17 - Poderão ser concedidos incentivos fiscais e financeiros às instituições públicas e privadas, que comprovem cabalmente através de documentação específica, que incentivem programas de pesquisa e informação de processos que utilizam as chamadas tecnologias limpas, sempre precedidos de lei.

Parágrafo único - Os instrumentos de que trata este artigo, serão concedidos sob forma de créditos especiais,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 09

deduções, isenções total ou parcial de impostos, tarifas diferenciadas, prêmios, empréstimos e demais modalidades especificamente estabelecidas, após análise dos documentos apresentados e aprovação do órgão municipal competente, em conjunto com o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, observando o que dispõe o "caput" deste artigo.

Artigo 18 - O Poder Público Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, estimulará a elaboração dos planos de gestão dos atrativos turísticos e a adoção das medidas necessárias ao aprimoramento das atividades ou empreendimentos turísticos, mediante processo de normatização e licenciamento.

Artigo 19 - A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo, com apoio do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, envidará esforços para a realização de convênios com os Poderes Públicos Estadual e Federal, ou com as Organizações Não Governamentais - ONG's, visando implementar:

I - programas de treinamento e capacitação técnica e administrativa aos empresários e demais prestadores de serviços turísticos, que estejam operando regularmente, com vistas ao aprimoramento da qualidade dos serviços por eles prestados e à captação de financiamento para suas atividades;

II - programas específicos de divulgação das atividades e empreendimentos turísticos, devidamente cadastrados e licenciados pelo poder público, com ênfase na promoção das atividades e dos atrativos;

III - programa municipal para estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN's e Monumentos Naturais de que trata a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Federal nº 9.985/00.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = **De 26 de novembro de 2002** **Fls. 10**

CAPÍTULO VII **Das Atribuições e Competências dos Órgãos Municipais**

Artigo 20 - A Prefeitura Municipal, através de sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, poderá captar recursos financeiros junto ao Estado, a União ou junto às Organizações Não Governamentais - ONG's, nacionais e internacionais e iniciativa privada, para efetuar cooperação técnica e financeira em ações, projetos, programas e planos relacionados ao gerenciamento da **Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PMTS.**

Artigo 21 - Para gerir e administrar os recursos materiais e financeiros, o poder público deverá criar o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR.

Artigo 22 - A Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo, e com o apoio técnico do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, deverá :

I - estabelecer um sistema de licenciamento turístico-ambiental, obrigatório, nos moldes da legislação ditada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA;

II - criar instrumentos e mecanismos, que garantam a avaliação e o monitoramento do impacto e o controle da visitação pública nos atrativos turísticos;

III - criar um serviço público de fiscalização turística-ambiental;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 11

IV - criar um cadastro municipal e um banco de dados informatizado, que ajude na coleta e interpretação das informações de interesse turístico, especialmente as referentes à demanda e oferta de produtos e serviços;

V - implementar um projeto de gerenciamento de resíduos, executando ações práticas de coleta seletiva de lixo e de prevenção à poluição ambiental, sonora, visual, paisagística e atmosférica;

VI - estabelecer normas para a entrada, circulação e o estacionamento de veículos de turismo e ônibus de excursão, conforme regulamento específico e Código Nacional de Trânsito;

VII - estabelecer normas para a divulgação em vias públicas, de publicidade e propaganda dos serviços e produtos turísticos, além de disciplinar a sinalização turística informativa, educativa e advertiva.

CAPÍTULO VIII

Do Funcionamento das Atividades e Empreendimentos Turísticos

Artigo 23 - Entende-se por atividade ou empreendimento turístico, para efeito desta lei, toda a infra-estrutura e serviços oferecidos aos turistas/consumidores e visitantes, mediante remuneração, por pessoas físicas, jurídicas, autônomos, instituições, públicas ou privadas, que visam a integração das pessoas com a natureza, praticadas em áreas de reconhecido interesse turístico e de visitação pública, incluindo-se aí:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 12

I - as práticas ecoturísticas e os esportes de aventura e ação;

II - o comércio de viagens, assim compreendidas as agências intermediadora e/ou operadoras de viagem e turismo

III - as propriedades particulares receptivas, ou “Sítios Turísticos Receptivos”, assim compreendidas como empresas turísticas, que venham operar atividades relacionadas diretamente ao turismo especificamente no território de sua propriedade, que por sua vez pode ser em área rural ou urbana, que receba a visita de turista/consumidor mediante pagamento e que abrigue locais de beleza cênica expressiva ou de interesse ambiental, cultural ou histórico relevantes;

IV - os meios de hospedagem, assim compreendidos todos os empreendimentos e estabelecimentos destinados a prestar serviços de acomodação e hospedagem;

V - as empresas responsáveis pela realização de eventos, encontros, convenções e festividades de natureza turística e esportiva;

VI - o fornecimento de refeições, bebidas, lanches e serviços de abastecimento destinados a atender o turista/consumidor;

VII - os serviços turísticos prestados por profissionais na realização de atividades turísticas;

VIII - os meios de transportes, assim entendidos todos os serviços de transportes de turistas/consumidores por veículos motorizados ou não, seja aéreo, terrestre ou aquático.

Parágrafo único - Entende-se por Sítio Turístico Receptivo, a propriedade ou posse particular ou pública, rural



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 13

ou urbana, que receba a visita de turista/consumidor mediante pagamento e que abrigue locais de beleza cênica expressiva, ou de interesse ambiental, cultural ou histórico relevantes, tais como: cachoeiras, corredeiras, rios, nascentes, *canyons*, florestas, cerrados, montanhas, chapadas, lagos, lagoas, represas, paisagens exuberantes, sítios históricos, construções ou conjuntos arquitetônicos representativos da cultura regional ou local, que abriguem atividades de lazer e cultura, e demais áreas naturais ou culturais.

CAPÍTULO IX

Do Licenciamento Turístico Ambiental - LTA

Artigo 24 - Toda atividade ou empreendimento turístico, que esteja operando ou venha a operar no Município, deverá obter anualmente a Licença Turística Ambiental - LTA, junto ao poder público, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, e deverá atender aos critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Artigo 25 - O Poder Público poderá exigir, nos termos de resolução e legislação complementar do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, a realização de estudo prévio de impacto sobre o meio ambiente, para a emissão de licença de atividades ou empreendimentos previstos neste artigo, que possuam potencial significativo de impacto sobre o meio ambiente local.

Artigo 26 - O Poder Público poderá, com base na legislação federal ditada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, exigir dos empreendimentos com significativo potencial de impacto sobre o meio ambiente, a realização de Estudo de Impacto Ambiental - EIA-RIMA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 14

Artigo 27 - O Poder Público estabelecerá, nos prazos previstos nesta lei, as regras para a obtenção da Licença Turística Ambiental - LTA, sem prejuízo de outras exigências legais cabíveis.

Artigo 28 - O Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, estabelecerá, através de lei, complementarmente às normas federais e estaduais em vigor, as condições mínimas para que as atividades ou empreendimentos turísticos possam obter a licença turística ambiental, tais como:

- I - divulgação e informação ao consumidor;
- II - instalações, equipamentos e serviços básicos;
- III - credenciamento dos instrutores/monitores ambientais;
- IV - saúde, segurança e higiene;
- V - prevenção, controle, mitigação e compensação de danos ambientais
- VI - determinação do número ideal de usuários e o manejo da visitação turística, conforme planos de monitoramento;
- VII - circulação de veículos automotores em regiões de interesse turístico;
- VIII - equipamentos sonoros e de publicidade audiovisual em áreas públicas e privadas;
- IX - compromisso ambiental sustentável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 15

Parágrafo único – O Poder Público, juntamente com o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, poderá estabelecer, através de lei, regulamentos básicos para cada tipo de atividade ou empreendimento turístico, atendendo às suas peculiaridades.

Artigo 29 - O funcionamento dos atrativos turísticos no Município, a implantação e manutenção de sua infra-estrutura e o seu planejamento de uso, deverão respeitar, além do disposto nas deliberações normativas do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, os seguintes instrumentos:

I - a legislação ambiental federal e estadual, em especial:

a) Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/65) e suas posteriores alterações, principalmente no que se refere às áreas de preservação permanente e reserva legal;

b) a legislação sobre os recursos hídricos e mananciais (Lei Estadual nº 9.866/97);

c) a Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998);

d) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei Federal nº 9.985/00, notadamente no que se refere às zonas de amortecimento e corredores ecológicos entre Unidades de Conservação;

e) Código de Posturas e as leis municipais de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único: O responsável pelos atrativos de que trata o "caput" deste artigo, deverá, obrigatoriamente e previamente, requerer junto ao Poder Público Municipal, certidão de diretrizes para o referido empreendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = De 26 de novembro de 2002 Fls. 16

CAPÍTULO X

Da Fiscalização

Artigo 30 - O Poder Público, poderá implantar um sistema preventivo de fiscalização e de repressão aos delitos turísticos-ambientais.

Artigo 31 - O Poder Público, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Esportes, Recreação, Cultura e Turismo, e do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, exercerá rígido controle sobre as atividades e empreendimentos turísticos, estabelecendo prazos para sua regularização, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO XI

Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 32 - As atividades ou empreendimentos turísticos que estiverem operando comercialmente terão prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem a este novo regulamento.

Artigo 33 - O responsável pela atividade ou empreendimento turístico, responde plenamente por qualquer acidente que tenha relação direta ou indireta, com o descumprimento das medidas preventivas de segurança prevista nesta deliberação.

Artigo 34 - O Poder Público regulamentará, através de lei, com apoio Técnico do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, Órgão do Poder Executivo, criado para assessorar e deliberar sobre os assuntos da política municipal para o



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.846/2002 = **De 26 de novembro de 2002** **Fls. 17**

desenvolvimento do turismo sustentável e das normas da atividade turística no município.

Artigo 35 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, em 26 de novembro de 2002.

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Seção de Protocolo, Expediente e Arquivo da Prefeitura Municipal de Brotas, na mesma data.

EDUARDO NAVARRO PRIMO
Encarregado de Protocolo, Expediente
e Arquivo

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO, Prefeito Municipal de Brotas, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Brotas aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 De 11 de junho de 2003

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO TURÍSTICO AMBIENTAL (LTA) DAS ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE BROTAS, ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Entende-se como *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, sem prejuízo do Alvará de Localização e Funcionamento, o procedimento administrativo pelo qual o poder público municipal, através de seus organismos competentes, licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades turísticas utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do ambiente, nos termos das disposições legais e regulamentares e das normas técnicas aplicáveis ao caso.

Art. 2º Entende-se como *Licença Turística Ambiental (LITA)*, o ato administrativo pelo qual o poder público municipal estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental e turístico, que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades turísticas utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas impactantes ou degradadoras do meio físico ou social.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 02

CAPÍTULO II Dos Empreendimentos e Serviços Turísticos

Art. 3º Considera-se como atividade turística recreativa, cultural e de entretenimento, todos os serviços e a infra-estrutura pública e privada de apoio, colocados à disposição do mercado, mediante remuneração, incluindo:

I - Os meios de hospedagem, assim compreendidos todos os empreendimentos e estabelecimentos destinados a prestar serviços de hospedagem e acomodação, tais como:

- a) hotéis;
- b) hotéis históricos;
- c) hotéis de lazer;
- d) hotéis-fazenda;
- e) hotéis-residência;
- f) pousadas e chalés;
- g) campings e acampamentos;
- h) ecoresorts e lodges;
- i) flats;
- j) albergues e alojamentos;
- k) imobiliárias e locadoras de residências para temporada;
- l) ou qualquer outra denominação que se dê ao serviço.

II - O fornecimento ao turista/consumidor, de refeições, bebidas, lanches e serviços congêneres, tais como:

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 03

- a) restaurantes turísticos;
- b) bares e lanchonetes;
- c) barracas e quiosques;
- d) serviços de bordo e similares.

III – As agências de viagens e turismo, operadoras ou intermediadoras, sejam emissivas ou receptivas, compreendendo ainda as relacionadas ao ecoturismo, aos esportes de aventura e ação, e as atividades esportivas e culturais tais como:

a) atividades aquáticas de descidas em corredeiras de rios com o uso de equipamentos individuais ou coletivos, tais como: o *rafting*; o *boiacross*, o *aquaride*; o *hidrospeed*, a canoagem e seus similares;

b) caminhadas à pé por trilhas;

c) descidas em cachoeiras e *canyons* com auxílio de cabos e cordas, conhecidas como *canyoning* e *cascading*;

d) descidas de morros e paredes de rochas com auxílio de cabos e cordas, conhecidas como rapel;

e) travessias de cachoeiras, vales e rios com auxílio de cabos e cordas, conhecidas como tirolesa;

f) passeios de bicicletas, ou cicloturismo;

g) passeios à cavalo, ou cavalgadas;

h) passeios em veículos motorizados, incluindo motocicletas, jeeps e demais veículos *off road*;

i) escaladas em rochas ou paredes artificiais, incluindo o arborismo;

j) observação da natureza, fauna, flora e céu;

k) arborismo/arvorismo/verticália

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 04

- compreendendo:
- IV** - Os prestadores de serviços diretos,
- a) guias, condutores e monitores ambientais;
- b) serviços básicos de atendimento de saúde e segurança;
- V** - Os serviços de transportes aéreos e de superfície, ferroviário, rodoviário, fluvial, e lacustre, compreendendo deslocamentos dentro e fora do município, tais como:
- a) aeronaves;
- b) helicópteros;
- c) ultra-leves;
- d) balões de ar quente;
- e) ônibus;
- f) vans;
- g) automóveis;
- h) trens;
- i) barcos, botes, canoas, e caiaques;
- j) bicicletas;
- k) motocicletas;
- l) animais de tração.
- VI** - A organização de eventos e festividades, periódicas ou esporádicas, que promovam a vinda de pessoas para a região, tais como:
- a) festivais culturais;
- b) carnavais de rua;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 05

- c) centros de informações turísticas;
- d) museus;
- e) balneários naturais ou artificiais;
- f) clubes ou associações;
- g) parques temáticos;
- h) hípicas;
- i) autódromos;
- j) kartódromos;
- k) pistas de *motocross*;
- l) pistas de bicicleta.
- m) pistas de esportes de ação, tais como *skate*, patins e similares

Parágrafo único - Entende-se como sítio receptivo turístico, para efeito desta deliberação normativa, a propriedade ou posse, rural ou urbana, que abrigue locais de beleza cênica expressiva ou de interesse turístico, cultural ou histórico relevantes, tais como: rios, cachoeiras, corredeiras, *canyons*, florestas, fauna, flora, vales, mirantes, montanhas, chapadas, *cuestas*, lagos, lagoas, represas, paisagens naturais, sítios históricos, construções arquitetônicas representativas da cultura regional, e demais áreas naturais e culturais de interesse à visitação pública, o turismo e o lazer.

CAPÍTULO III **Do Licenciamento das Atividades Turísticas Ambientais**

Art. 4º Fica criado o *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, e a ele estão sujeitas todas as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as entidades da administração pública, direta ou indireta, responsáveis pela construção, instalação, ampliação, funcionamento e operação de estabelecimentos e atividades turísticas utilizadoras dos recursos

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 06

ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras e degradadoras do meio ambiente natural e cultural.

Art. 5º O *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, compreende a expedição das licenças denominadas Licença Prévia (LP) e Licença de Operação (LO).

Art. 6º Entende-se por:

I - Licença Prévia (LP), aquela fornecida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental turística e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos na próxima fase de implementação, observados os planos municipais, estaduais ou federais atinentes.

II - Licença de Operação (LO), aquela que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta da licença anterior, com as medidas de controle ambiental e turístico e os condicionantes determinados para seu funcionamento.

Art. 7º O *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, obedecerá as seguintes etapas:

I - Indicação pelo órgão municipal competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos, necessários ao início do processo de licenciamento;

II - Requerimento da Licença Turística Ambiental (LTA), pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão municipal competente, dos documentos projetos e estudos apresentados pelo empreendedor e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão municipal competente, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação, caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 07

V - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando necessário, seu embasamento jurídico;

VI - Deferimento ou indeferimento do pedido de Licença Turística Ambiental (LITA), dando-se a devida publicidade.

§ 1º - No procedimento de *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade está em conformidade com a legislação municipal, sem prejuízo das outras licenças estaduais e federais pertinentes.

§ 2º - Quando da regulamentação do Licenciamento Turístico Ambiental (LTA) e da Licença Turística Ambiental (LITA), o Órgão Municipal competente, deverá definir previamente, quais os documentos necessários, relacionando-os para obtenção da referida licença.

Art. 8º O órgão turístico ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - Superveniência de graves riscos ambientais e riscos à saúde pública;

IV - Vencimento do prazo de validade da licença.

Seção I Da Licença Prévia

Art. 9º A Licença Prévia (LP), será obrigatória para todas as atividades sujeitas ao *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, e tem por objetivo:

I - Avaliar parecer sobre a conveniência da implantação

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 08

da atividade no local pretendido;

II - Suprir o requerente de normas federais, estaduais e municipais, cabíveis;

III - Suprir o requerente com dados técnicos necessários à apresentação de projetos para o *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*.

Parágrafo Único – O Órgão Municipal responsável, deverá fornecer ao empreendedor, a relação dos documentos necessários para obtenção da licença prévia.

Seção II Da Licença de Operação

Art. 10 Todas as atividades deverão obter a Licença de Operação (LO) antes do início do seu funcionamento, e tem como objetivo:

I - Verificar a efetiva implantação das atividades licenciadas e o cumprimento da legislação pertinente;

II - Verificar o funcionamento, a eficiência e a concordância com o projeto apresentado.

Art. 11 A Licença de Operação (LO), somente será expedida se:

Parágrafo Único – O Órgão Municipal responsável, deverá fornecer ao empreendedor, a relação dos documentos necessários para obtenção da licença de operação.

I - A implantação do empreendimento ou atividade, atender todas as exigências e eventuais restrições estabelecidas na Licença Prévia (LP);

II - Obedecer as condições previstas no controle e monitoramento do impacto turístico ambiental.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205

Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03

ESTADO DE SÃO PAULO

site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 =

De 11 de junho de 2003

Fls. 09

CAPÍTULO IV

Da Concessão e Renovação das Licenças

Art. 12 Todos os empreendimentos turísticos receptivos, bem como as atividades turísticas realizadas no município, deverão obter anualmente, Licença Turística Ambiental (LTA), sem prejuízo do Alvará de Localização e Funcionamento, junto ao poder público, obedecidos os critérios estabelecidos por esta Lei.

Art. 13 A concessão ou renovação de licenças, dependerá do resultado de pareceres técnicos, bem como da fiscalização prévia do poder público municipal.

Parágrafo Único - O poder público municipal, poderá criar organismos e instrumentos próprios para planejar, gerir e administrar a concessão das licenças turísticas ambientais, monitorar o impacto da visitação turística e desenvolver estudos, projetos e pesquisas que ajudem a embasar técnica e cientificamente o desenvolvimento do turismo sustentável.

Art. 14 No processo de *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, serão considerados como limites máximos, os parâmetros de qualidade ambiental, bem como os padrões de emissão e de lançamento de poluentes, definidos na legislação brasileira.

Art. 15 São diretrizes do *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*:

I - Considerar simultaneamente, os elementos e processos capazes de provocar poluição ao meio ambiente, bem como seus efeitos diretos e indiretos sobre: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a fauna e a flora silvestres; as condições estéticas do meio ambiente; a qualidade dos recursos naturais.

II - Utilizar critérios diferenciados para o licenciamento ambiental em função do porte, da complexidade e do nível potencial de poluição da atividade;

III - Orientar o empreendedor quanto aos processos operacionais mais adequados;

IV - Incluir o risco de possibilidade de acidentes,

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 10

na determinação de restrições e condições para instalação e operação da atividade;

V - Analisar os processos técnicos, baseando-se nas informações e nos documentos apresentados pelo requerente, cujo fornecimento e conteúdo é de sua inteira responsabilidade;

VI - Emitir relatório de visita, relativo a cada vistoria efetuada na atividade licenciada, do qual tomará ciência o interessado ou seu preposto legal.

Parágrafo Único - Atendidas todas as exigências, o Poder Público Municipal fará a vistoria do local e da área de exploração, a fim de conferir as informações prestadas, emitindo seu parecer final.

Art. 16 Os pedidos serão indeferidos liminarmente quando:

I - Não forem atendidos os requisitos exigidos para o processamento do pedido, e/ou não estejam de acordo com as informações com que foi instruído;

II - Na fase inicial da análise do requerimento quando: comprovar-se os prejuízos que a atividade acarretar ao meio ambiente; a área a ser explorada, estiver em desacordo com as posturas municipais e normas estabelecidas no planejamento turístico sustentável, e legislação ambiental vigente.

Parágrafo Único - O indeferimento liminar, poderá ser revisto caso a empresa interessada cumprir, dentro dos prazos, às exigências legais impostas pelo poder público municipal.

Art. 17 Incorrendo o indeferimento liminar, a concessão ou renovação de Licença Turística Ambiental (LITA), dependerá da apresentação pela empresa interessada, do Estudo de Impacto Ambiental-EIA e do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, na forma e condições previstas na Resolução CONAMA 001/86.

CAPÍTULO V Dos Prazos e das Sanções Administrativas

Art. 18 - O descumprimento do disposto nesta

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 11

deliberação normativa e seu regulamento, ensejará, respectivamente nesta ordem:

I - Advertência formal com estabelecimento de prazo, não inferior a 30 (trinta dias), para a regulamentação da atividade;

II - Multa de 250,00 (Duzentos e Cinquenta Reais), pela não regularização no prazo estabelecido, com fixação de novo prazo de 15 (quinze) dias para sua efetiva regularização;

III - Após esse novo prazo e permanecendo a irregularidade, será suspensa a licença de operação da atividade, até a sua efetiva regularização;

IV - O empreendimento ou atividade que funcionar durante a vigência da suspensão do *Licenciamento Turístico Ambiental (LTA)*, será multado em 10 (dez) vezes o valor da multa prevista no inciso II deste artigo.

§ 1º - Nos casos onde a segurança individual e coletiva dos usuários estiver ameaçada, caberá ao poder público de forma imediata e sumária, suspender a Licença Turística Ambiental (LITA), dispensados os prazos de advertência e multa previstas nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º - Compete ao poder público municipal lavrar as advertências, multas e suspensões previstas neste artigo, em formulário próprio que deverá conter:

I - Nome e localização exata do empreendimento;

II - Nome e qualificação do responsável;

III - Tipo de irregularidade, indicando o dispositivo legal infringido, com a descrição pormenorizada da infração;

IV - Estabelecimento de prazo para regularização;

V - Valor da multa, quando for o caso;

VI - Indicação do prazo e a quem dirigir o recurso.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 12

§ 3º - O infrator terá o prazo de 30(trinta) dias, após a notificação formal da multa, para recorrer ao poder público, ouvido o órgão competente, ficando o pagamento da multa suspensa até decisão final.

§ 4º - Após o julgamento do recurso e no caso da ratificação da penalidade, o infrator terá o prazo de 15(quinze) dias para pagar a multa e regularizar seu empreendimento, mediante termo de ajustamento de conduta, que deverá conter:

I - Indicação das medidas a serem adotadas para a regularização;

II - Cronograma de implementação das medidas previstas, que não poderá ter prazo superior a 90(noventa) dias.

§ 5º - A regularização do empreendimento, comprovada mediante relatório de vistoria do órgão competente, não exclui o pagamento da multa, devendo o infrator recolher a quantia devida dentro do prazo de 5(cinco) dias contados da aprovação do relatório de vistoria, devendo esse valor ser integralmente destinado ao Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR).

Art. 19 O poder público municipal, promoverá a fiscalização dos empreendimentos e das atividades turísticas, podendo se valer do concurso da guarda municipal, polícia militar ou florestal, ou ainda criar uma polícia turístico-ambiental.

Art. 20 As infrações aos dispositivos desta Lei e outras exigências técnicas serão, a critério da autoridade competente, classificadas em leves, graves e gravíssimas, levando-se em conta:

I - A intensidade do dano, efetivo ou potencial;

II - As circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III - Os antecedentes do infrator.

Parágrafo Único - Responderá pela infração, quem por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 21 Ficam previstas as seguintes sanções:

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = De 11 de junho de 2003 Fls. 13

- I - Multa de R\$.150,00 (Cento e Cinquenta Reais),
no caso de infração leve;
- II - Multa de R\$.300,00 (Trezentos Reais) no caso
de infração grave;
- III - Multa de R\$.600,00 (Seiscentos Reais), no
caso de infração gravíssima.

Parágrafo Único - A legislação complementar, disciplinará e classificará os diferentes graus das infrações, de acordo com as características de cada atividade e/ou empreendimento.

Art. 22 O pagamento de multas não implica na isenção da responsabilidade civil e penal cabível, sendo solidária a responsabilidade entre os envolvidos.

Art. 23 As empresas e prestadores de serviços já existentes terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias para regularizarem o empreendimento ou serviço, mediante obtenção da Licença de Operação (LO), dispensada a Licença Prévia (LP), podendo ser prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, caso a documentação necessária dependa de órgãos estaduais e federais, as quais não possam ser providenciadas no prazo.

Parágrafo Único – O prazo estabelecido no caput deste artigo, somente entrará em vigência após a regulamentação de cada atividade turística desenvolvida no Município e respectivamente operada pela empresa ou prestadora de serviços.

CAPÍTULO VI **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 24 Serão retiradas das estradas e logradouros públicos no território do município, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, todas as placas indicadoras das atividades ou empreendimentos turísticos que estiverem funcionando sem a Licença Turística Ambiental (LITA), respeitados os prazos estabelecidos nesta lei.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 653-1107 – FAX: (14) 653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= LEI MUNICIPAL Nº 1.874/2003 = **De 11 de junho de 2003** **Fls. 14**

Art. 25 Os pedidos de licenciamento, em quaisquer de suas modalidades, serão publicados por conta do interessado em periódico de circulação, regional ou local.

Art. 26 Os requisitos exigidos para a concessão das licenças criadas pela presente Lei, constarão de decreto de regulamentação, a ser expedido pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 27 Os prazos constantes desta Lei, só terão início após a sua regulamentação.

Art. 28 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, em 11 de junho de 2003.

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Seção de Protocolo, Expediente e Arquivo da Prefeitura Municipal de Brotas, na mesma data.

EDUARDO NAVARRO PRIMO
Encarregado de Protocolo, Expediente e Arquivo

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-1107 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= D E C R E T O N° 2.531/2004 = **De 6 de janeiro de 2004**

CRIA O GRUPO DE ANÁLISE TÉCNICA DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS – GATET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO, Prefeito Municipal de Brotas, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a prioridade com que a questão turística deve ser tratada;

CONSIDERANDO a importância de dotar o Município de Brotas de mecanismos hábeis para racionalizar a ação da Administração Pública e agilizar a tramitação de projetos turísticos;

CONSIDERANDO o constante nos autos do Processo PM n.º 4.924/03, de 03 de junho de 2003,

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito, o Grupo de Análise Técnica de Empreendimentos Turísticos – GATET, objetivando centralizar e agilizar o trâmite dos projetos turísticos, apresentados para apreciação no âmbito deste Município.

Art. 2.º O GATET será constituído por representante, com respectivo suplente, de cada um das seguintes diretorias e/ou departamentos e/ou setores, da Prefeitura Municipal de Brotas:

- I-** Diretoria de Turismo e Cultura;
- II-** Diretoria de Meio Ambiente;
- III-** Diretoria de Fiscalização;
- IV-** Departamento de Planejamento;
- V-** Vigilância Sanitária;
- VI-** Procuradoria Jurídica.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-1107 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= D E C R E T O N° 2.531/2004 = De 6 de janeiro de 2004 Fls. 02

§ 1.º Cada um dos integrantes do GATET, terá poderes expressos, pelas diretorias e/ou departamentos e/ou setores que representam, para analisar, deliberar e emitir parecer conclusivo frente aos projetos turísticos.

§ 2.º Os encarregados de cada diretoria e/ou departamento e/ou setor, a que se refere este artigo, indicarão ao Gabinete do Prefeito, os respectivos membros, titular e suplente, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste Decreto.

§ 3.º Fica assegurada a participação, nas reuniões do GATET de um representante legal do empreendimento turístico, devida e previamente credenciado pela Diretoria de Turismo e Cultura, sem direito a participação nos pareceres conclusivos.

Art. 3.º O GATET, além dos membros a que se refere o art. 2.º, terá um Presidente designado pelo Senhor Prefeito Municipal.

Art. 4.º À Diretoria de Turismo e Cultura, incumbe, após o protocolo do projeto turístico e documentos que o acompanham junto ao Setor de Expediente, Protocolo e Arquivo, recebê-lo, velando por sua tramitação até o parecer final do GATET.

Art. 5.º Recebido o projeto turístico nos termos do art. 4.º, será fixada as datas das reuniões em que deverá ser analisado pelo GATET, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, contado da data do seu recebimento.

§ 1.º Na reunião estabelecida para a análise do projeto turístico, cada membro que compõe o GATET, deverá oferecer sua manifestação ou parecer sobre a aprovação requerida.

§ 2.º As eventuais exigências para a análise do projeto turístico, deverão ser formuladas pelos membros que compõem o GATET de uma só vez na reunião, a que se refere o parágrafo anterior, contando-se, a partir do cumprimento, pelo interessado, de todas as exigências formuladas ou de sua manifestação sobre elas, um novo prazo de 60 (sessenta) dias para o parecer final e conclusivo.

§ 3.º Em caso de especiais dificuldades técnicas, reconhecidas por, no mínimo, dois terços dos membros do GATET, para análise ou parecer conclusivo, o prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por tempo a ser fixado pelo GATET.

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS

CNPJ 46.362.927/0001-72

Fone: (14) 3653-1107 – FAX: (14) 3653-1205
Rua Benjamin Constant, 300 – CEP 17380-000 – Cx.Postal 03
ESTADO DE SÃO PAULO
site: www.brotas.sp.gov.br e-mail: pmbrotas@brotas.sp.gov.br



= D E C R E T O N° 2.531/2004 = **De 6 de janeiro de 2004** **Fls. 03**

Art. 6.º O parecer final e conclusivo do GATET, somente será considerado válido se emitido pela unanimidade de seus membros.

Art. 7.º Poderá o GATET propor as medidas para a adequação de todas as normas e disposições legais que tratam do assunto no âmbito municipal, bem como sugerir instruções normativas.

Art. 8.º O GATET poderá propor ao Senhor Prefeito Municipal, a assinatura de convênios ou outros instrumentos de parcerias, com órgãos federais e estaduais e ainda instituições não governamentais, para agilização da análise de projetos turísticos.

Art. 9.º O GATET poderá solicitar de qualquer Secretaria, Diretoria, Departamento e Setor que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Brotas, quaisquer documentos, materiais e informações necessários à realização de suas tarefas.

Art. 10 Aplicam-se as disposições deste Decreto, aos projetos turísticos já em andamento na Prefeitura Municipal de Brotas.

Art. 11 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS, em 6 de janeiro de 2004.

ORLANDO PEREIRA BARRETO NETO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Seção de Protocolo, Expediente e Arquivo da Prefeitura Municipal de Brotas, na mesma data.

EDUARDO NAVARRO PRIMO
Encarregado de Protocolo, Expediente e Arquivo

Administração: Brotas no Coração da Gente!
Desde 1993, impulso oficial ao Turismo.